

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ- UNIOESTE
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS – CCHEL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Arthur Carpenedo Andreani

PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO EM CHAPECÓ:
inter-relações entre economia e política (1960-1970)

Marechal Cândido Rondon
2019

Arthur Carpenedo Andreani

Processo de desenvolvimento em Chapecó:
inter-relações entre economia e política (1960-1970)

Dissertação submetida à banca de qualificação como requisito para obtenção do título de mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação “História, poder e práticas sociais”, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus de Marechal Cândido Rondon. Linha de Pesquisa “Estado e Poder”.

Orientador: Prof. Dr. Paulo José Koling

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Andreani, Arthur Carpenedo

Processo de desenvolvimento em Chapecó : Inter-relações entre economia e política (1960-1970) / Arthur Carpenedo Andreani; orientador(a), Paulo José Koling, 2019.
157 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, Programa de Pós-Graduação em História, 2019.

1. Desenvolvimento. 2. Estado. 3. Planejamento econômico. 4. Tecnoestrutura. I. Koling, Paulo José. II. Título.



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Programa de Pós-Graduação em História

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE Mestrado de Arthur Carpenedo Andreani, Aluno(a) do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, e de acordo com a Resolução do Programa e o Regimento Geral da UNIOESTE.

Ao(s) 25 dia(s) do mês de março de 2019 às 19h15min, no(a) sala 60, realizou-se a sessão pública da Defesa de Dissertação do(a) candidato(a) Arthur Carpenedo Andreani, aluno(a) do Programa de Pós-Graduação em História - nível de Mestrado, na área de concentração em História, Poder e Práticas Sociais. A comissão examinadora da Defesa Pública foi aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História. Integraram a referida Comissão os(as) Professores(as) Doutores(as): Paulo José Koling, Adelar Heinsfeld, Marcio Antônio Both da Silva. Os trabalhos foram presididos pelo(a) Paulo José Koling, orientador(a) do(a) candidato(a). Tendo satisfeito todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor, o(a) candidato(a) foi admitido(a) à Defesa de DISSERTAÇÃO DE Mestrado, intitulada: "Processo de Desenvolvimento em Chapecó: Inter-relações entre Economia e Política (1960 – 1970)". O(a) Senhor(a) Presidente declarou abertos os trabalhos, e em seguida, convidou o(a) candidato(a) a discorrer, em linhas gerais, sobre o conteúdo da Dissertação. Feita a explanação, o(a) candidato(a) foi arguido(a) sucessivamente, pelos(as) professores(as) doutores(as): Adelar Heinsfeld, Marcio Antônio Both da Silva. Findas as arguições, o(a) Senhor(a) Presidente suspendeu os trabalhos da sessão pública, a fim de que, em sessão secreta, a Comissão expressasse o seu julgamento sobre a Dissertação. Efetuado o julgamento, o(a) candidato(a) foi **aprovado(a)**. A seguir, o(a) Senhor(a) Presidente reabriu os trabalhos da sessão pública e deu conhecimento do resultado. E, para constar, o(a) Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE - Campus de Marechal Cândido Rondon, lavra a presente ata, e assina juntamente com os membros da Comissão Examinadora e o(a) candidato(a).

Orientador(a) - Paulo José Koling

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)

Adelar Heinsfeld

Universidade de Passo Fundo (UPF)



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Programa de Pós-Graduação em História

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE Mestrado de ARTHUR CARPENEDO ANDREANI, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Marcio Antônio Both da Silva

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)

Arthur Carpenedo Andreani

Candidato(a)

Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História

Prof. Dr. Meisés Antiquera
Coordenador do Programa de
Pós-Graduação em História
Mestrado e Doutorado
Portaria nº 5114/2018-GRE

Dedico este trabalho à minha família, que possibilitou condições materiais e afetivas para conclusão deste trabalho.

Agradeço ao professor Dr. José Paulo Koling, pelas orientações que possibilitaram a escrita desta pesquisa. Agradeço à Fundação Araucária e à CAPES, instituições de fomento que proporcionaram bolsas de estudo durante todo o período de Mestrado. Por último, mas não menos importante, agradeço ao corpo docente e aos funcionários da Universidade Estadual do Oeste do Paraná que me ajudaram nesse processo de amadurecimento profissional.

PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO EM CHAPECÓ: INTER-RELAÇÕES ENTRE ECONOMIA E POLÍTICA (1960-1970)

RESUMO

Esta dissertação trabalha com a problemática do desenvolvimento econômico, procurando entender as complexas relações que se estabeleceram entre Estado e economia no âmbito do Brasil, de Santa Catarina e da região de Chapecó (SC). A partir de 1930, mas principalmente nos anos 1950, o Brasil construiu um projeto industrial no qual o Estado atuou como principal agente do desenvolvimento econômico. Influenciados por este processo, Santa Catarina empreendeu projeto semelhante a partir dos anos 1960, no qual o Estado vai ser reformulado por uma aliança entre tecnoburocratas e parte da “elite” política e econômica catarinense. No Oeste catarinense esse projeto é estendido pelos aliados dessa “elite”, e é neste processo que vemos a construção das bases para tornar Chapecó a “capital do Oeste”.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Estado; Planejamento Econômico; Tecnoestrutura.

DEVELOPMENT PROCESS IN CHAPECÓ: INTER-RELATIONS BETWEEN
ECONOMY AND POLITICS (1960-1970)

ABSTRACT

This dissertation deals with the problems of economic development, trying to understand the complex relationships that have been established between State and economy within Brazil, Santa Catarina and the region of Chapecó (SC). From 1930, but mainly in the 1950s, Brazil built an industrial project in which the state acted as the main agent of economic development. Influenced by this process, Santa Catarina undertook a similar project from the 1960s, in which the state will be reformulated by an alliance between techno-bureaucrats and part of the political and economic “elite” of Santa Catarina. In the West of Santa Catarina this project is extended by allies of this “elite”, and it is in this process that we see the construction of the bases to make Chapecó the "capital of the West".

Key-words: Developent; State; Economic planning; Technostructure.

LISTA DE SIGLAS

ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BDE	Banco de Desenvolvimento do Estado
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNDE	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CMBEU	Comissão Mista Brasil-Estados Unidos
EFAPI	Exposição-Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Chapecó
FGV	Fundação Getulio Vargas
FIESC	Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FUNDESC	Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina
ONU	Organização das Nações Unidas
PLAMEG	Plano de Metas do Governo
PSD	Partido Social Democrático
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SAC	Sociedade Amigos de Chapecó
SAIC	S.A. Indústria e Comércio Chapecó
SNO	Secretaria dos Negócios do Oeste
UDN	União Democrática Nacional
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

Sumário

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO I – O ESTADO, A INDUSTRIALIZAÇÃO E O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO (1930 – 1970)	20
1.1 O Desenvolvimento e os desenvolvimentistas	20
1.1.1 Desenvolvimentismo enquanto industrialização na política econômica.....	21
1.1.2 O sistema centro-periferia da CEPAL.....	29
1.1.3 Os Cepalinos	31
1.2 Dependência e dependentistas	39
1.2.1 As possibilidades de desenvolvimento.....	48
1.3 O Estado, a Política e a Economia.....	51
1.3.1 Classe industrial, Estado e planejamento no Brasil.....	52
1.3.2 Estado, planejamento e classe industrial durante o primeiro governo Vargas (1930-1945).....	54
1.3.3 Estado, planejamento e classe industrial durante a década de 1950	63
1.3.4 Estado e planejamento: do golpe de 1964 até 1970	77
1.3.5 As correntes econômicas no Brasil: uma interpretação a partir do Estado Ampliado.....	81
CAPÍTULO II – INTER-RELAÇÕES ENTRE POLÍTICA E ECONOMIA EM CHAPECÓ (1960-1970)	85
2.1 A “Era do jato” chega ao Oeste: os anos 1960, as concepções de desenvolvimento e a Secretaria de Negócios do Oeste	89
2.2 Santa Catarina: As concepções de desenvolvimento.....	95
2.2.1 Os tecnoburocratas	95
2.2.2 O Seminário Socioeconômico	99
2.2.3 O planejamento econômico em SC	101
2.2.4 A Secretaria de Negócios do Oeste	109
2.3 A quem serve tudo isso?.....	120

2.4 A capital do Oeste.....	127
2.4.1 Hegemonia chapecoense	128
2.4.2 Progresso para todos?	145
CONCLUSÕES	149
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	153

INTRODUÇÃO

Esta dissertação trabalha com a problemática do desenvolvimento econômico, procurando entender as complexas relações que se estabeleceram entre Estado e economia no âmbito do Brasil, de Santa Catarina e da região de Chapecó (SC). Essas relações, muitas vezes, foram vistas como maneiras do Estado “intervir” na economia, porém o conceito de “intervenção estatal” deve ser usado com algumas ressalvas, pois pode dar a falsa impressão de uma intervenção de algo que é externo, como se a economia fosse um domínio das práticas humanas que funcione de acordo com leis próprias e autônomo da esfera política, mesmo sendo esta vista como prática da sociedade política. Nessa perspectiva, a economia também é vista enquanto livre mercado, nos termos em que Adam Smith e Davi Ricardo trataram acerca da “mão invisível do mercado”.

Tomando como base o livro de Ellen Wood, “Democracia contra Capitalismo” (2003), essa clivagem entre o econômico e o político pode ser vista como uma construção histórica dentro da constituição do próprio sistema capitalista, e teve como sustentação ideológica a nascente economia política liberal surgida no período e algumas correntes marxistas consideradas mecanicistas. A autora reexaminou as condições que tornaram possível essa clivagem:

Portanto, a questão é explicar como e em que sentido o capitalismo enfiou uma cunha entre o econômico e o político – como e em que sentido questões essencialmente políticas, como a disposição do poder de controlar a produção e a apropriação, ou a alocação do trabalho e dos recursos sociais, foram afastadas da arena política e deslocadas para uma outra esfera (WOOD, 2003, p. 28).

Para Wood, as raízes desta divisão podem ser encontradas nas origens do capitalismo. Citando a obra de Marx (Volume I de “O capital”), esse ponto de partida do capitalismo foi o processo histórico de isolar o produtor dos meios de produção, através da ação coercitiva do Estado. A relação de trabalho entre proprietários e trabalhadores a partir daí se daria num nível de negociação entre indivíduos – que juridicamente seriam – iguais e livres. O que ocorreu, de acordo com a autora, foi uma diferenciação de funções entre a esfera pública e a privada. Enquanto o poder privado cuidaria da apropriação da mais-valia, o Estado iria garantir toda a ordem necessária para sustentar essa esfera privada. Essa garantia se dá através de um arcabouço jurídico (garantir o contrato entre proprietários e trabalhadores) e político (através

do monopólio da força coercitiva) para garantir a funcionalidade das novas relações econômicas que surgiam:

Há no capitalismo uma separação completa entre a apropriação privada e os deveres públicos; isso implica o desenvolvimento de uma nova esfera de poder inteiramente dedicada aos fins privados, e não os sociais. [...] a diferenciação entre o econômico e o político no capitalismo é mais precisamente a diferenciação das funções políticas e sua alocação separada para a esfera econômica privada e para a esfera do Estado. Essa alocação separa as funções políticas imediatamente interessadas na extração e apropriação de mais-valia daquelas que tem um propósito mais geral ou comunitário (WOOD, 2003, p. 36).

Essa divisão de funções pode ser vista como parte de um longo processo de diferenciação entre poder de classe (classes sociais) e poder de Estado. Uma das funções do Estado é justamente garantir esse poder de classe através da coerção, desfazendo a necessidade dos proprietários a usar poderes políticos diretos:

Em geral, somente quando sai para a rua, o conflito de classes se transforma em guerra aberta, principalmente porque o braço coercitivo do capital está instalado fora dos muros da unidade produtiva. O que significa que confrontações violentas, quando acontecem, não se dão geralmente entre capital e trabalho. Não é o capital, mas o Estado, que conduz o conflito de classe aparece disfarçada como um Estado “autônomo” e “neutro” (WOOD, 2003, p. 47).

Para Darlan Montenegro, ao analisar essa mesma obra de Wood, a separação entre economia e política, configurariam, ao mesmo tempo, uma dimensão real e uma dissimulação representativa do real:

Uma realidade, uma vez que ela se materializa nas instituições concretas do capitalismo liberal: a esfera econômica encontra-se essencialmente apartada da esfera política, no que diz respeito à instituição mais importante dessa última – o Estado. Uma dissimulação, porque ela camufla a origem política das instituições liberais, que somente teriam ganhado vida com a tomada do poder de Estado por parte da burguesia e pela ampla ampliação do poder coercitivo do Estado sobre a sociedade, bem como o fato de que a força repressiva do Estado atua de forma permanente como a guardiã última da ordem burguesa (MONTENEGRO, 2012, p. 115).

Tomando como base as análises de Ellen Wood, o estabelecimento das relações capitalistas entre capital e trabalho, encarados enquanto contratos estabelecidos entre indivíduos juridicamente iguais e livres, deram a falsa impressão de que a esfera do econômico funcionaria segundo leis próprias. No entanto, a própria separação entre trabalhadores e proprietários, e todo aparato jurídico e político que deram sustentação a esse modelo, foram construídos (e garantidos) pelo e no Estado (WOOD, 2003).

As considerações acima levantadas apontam também para uma teorização do que foi/é o Estado. Historicamente foram construídas diversas acepções do que seria esse Estado, algumas delas acabaram por contribuir na dissimulada divisão entre economia e política. Sônia Regina de Mendonça (2014) caracterizou essas formas de simplificação na corrente intelectual liberal e em algumas marxistas ortodoxas.

Para essa autora, grande parte das visões contemporâneas que tratam o Estado enquanto identificação com o governo tem suas raízes ancoradas na matriz liberal, que foi elaborada no século XVIII. O conceito de Estado forjado através dessa matriz tem como principais influências os estudos sobre Direito Natural do período, por isso seus intelectuais são chamados de jusnaturalistas (Justiça/Direito Natural). Dessa forma, tornava-se necessário estabelecer leis universais que explicassem o comportamento humano. Dessa tentativa de procurar leis universais decorre a noção de “estado de natureza”, considerada princípio chave para esse conceito liberal de Estado (MENDONÇA, 2014).

Seguindo esta leitura de Mendonça, o Estado emergiria através de um contrato social. Haveria duas formas de vida, o “estado de natureza” e o “estado civil”. Em um determinado momento, as pessoas abririam mão de parte de seus direitos individuais para viver coletivamente em nome de um “Soberano”, que seria uma entidade capaz de frear a violência presente no “estado de natureza”. Daí surge a noção de sociedade civil, a qual os homens seriam tanto civilizados quanto cidadãos. Em consequência do pacto firmado, o governante passaria a regular a todos de modo imparcial e acima de interesses individualistas (MENDONÇA, 2014).

A partir das considerações da autora, é possível falar, na matriz liberal, em um “Estado-Sujeito”:

[...] a mais grave herança legada pela matriz liberal de Estado, tem-se que este último é um Estado Sujeito, ou seja, uma entidade ativa, externa e acima dos homens e da sociedade em seu conjunto, dotada de vontade própria, de autoiniciativa, sem correspondência com os indivíduos e grupos sociais distintos e, por isso mesmo, dotada de total poder de (co)mando sobre os homens em sociedade (MENDONÇA, 2014, p. 30).

Através da crítica da autora, percebe-se como essa matriz liberal construiu uma concepção de Estado que paira sob a sociedade, praticamente exterior a essa. Além disso, a busca por leis naturais e universais acabaram por tornarem esse modelo a-histórico. Para Mendonça, foi Marx que rompeu com esse modelo (MENDONÇA, 2014).

Em substituição ao binômio sociedade de natureza versus sociedade civil, a matriz marxiana¹ – segundo Mendonça – introduziu a noção de sociedade civil e sociedade política. Tal mudança atingiu o cerne da visão liberal anterior, pois incluiu a historicidade no conceito/categoria, ao afirmar que o indivíduo jamais teria vivido em “estado de natureza”. A sociabilidade não viria através de um contrato, mas era conferida para os indivíduos pela posição que ocupam no processo de produção e trabalho (MENDONÇA, 2014).

Segundo Mendonça (2014), a grande inovação da matriz marxiana foi ter conferido historicidade ao conceito e à própria corporação do Estado (sociedade política), e introduziu a este uma visão classista, refutando a aceção de que o Estado seria imparcial e acima dos interesses individuais. A construção do Estado teria origem na necessidade de que a classe proprietária teria para assegurar sua apropriação, através de leis (direitos e deveres gerais e específicos estabelecidos na Constituição) e medidas coercitivas as quais seriam capazes de garantir a manutenção do *status quo*, além de fazer com que os despossuídos não se levantem contra esse sistema (MENDONÇA, 2014)

Ainda, segundo Mendonça, Marx introduziu uma nova tipologia, a qual se confrontavam duas entidades coletivas: “a infraestrutura” – espaço da produção e organização dos homens junto a ela –, e a “superestrutura” – correspondente tanto ao domínio do Estado propriamente dito, quanto a ideologia e suas formas de representação, o direito, a religião, a moral, a ética e a literatura, dentre outras questões da Cultura (MENDONÇA, 2014, p. 31).

De acordo com a interpretação da autora, através do estabelecimento da indústria e do mercado mundial, a burguesia foi conquistando a soberania política do Estado representativo moderno. Marx e Engels interpretaram essa conquista com a transformação do Estado em um “comitê” para gerir os negócios burgueses. Essa visão do Estado enquanto “comitê” das classes dominantes gerou diversas correntes dentro do marxismo que passaram a fazer uma associação mecanicista entre economia e política (MENDONÇA, 2014).

Gestava-se, assim, uma variante da matriz marxiana onde o Estado, no lugar do papel de Sujeito ocupado na matriz liberal, erigia-se em Estado Objeto, ou seja, cuja existência devia-se, tão somente, para garantir e fazer valer os interesses econômicos das classes dominantes, baseado fundamentalmente na coerção e no “engodo” ideológico (MENDONÇA, 2014, p. 32).

As correntes descritas por Mendonça até aqui acabaram por simplificar a relação entre Estado/Sociedade/Economia. De um lado temos o Estado-sujeito, que paira sobre as classes e

¹ Por matriz marxiana entende-se a leitura e interpretação histórico-social produzida por Karl Marx e a leitura da sua produção intelectual (textos produzidos por ele).

regula a sociedade procurando evitar que os interesses individuais se sobressaíam. De outro lado, temos o Estado enquanto objeto dos interesses da classe dominante.

Após caracterizar o processo de divisão analítico entre a economia e a política descritas por Wood, e das simplificações acerca da relação entre essas esferas empreendidas tanto por liberais quanto marxistas mecanicistas, buscaremos outro aspecto dessa discussão dentro da historiografia, mais especificamente à questão da história política.

O historiador francês René Rémond organizou um livro – em colaboração com vários outros autores – no final da década de 1980, intitulado “Por uma História Política”, que se inseriu em uma longa discussão acerca da legitimidade desse campo de pesquisa dentro da disciplina histórica.

Sônia Regina de Mendonça e Virginia Fontes (2012) contribuíram para caracterizar essa ascensão da história política, associando com o movimento intelectual que se constituía no período:

A história política foi a modalidade mais significativa da historiografia do século XIX, período de construção tanto de Estados-nação no mundo europeu e americano, quanto do estabelecimento de tradições nacionais. Seus distintos autores supunham que uma perfeita descrição dos fenômenos do Estado e de seus agentes corresponderia ao próprio processo histórico, sendo esta a base de sua matriz interpretativa. Período de constituição da própria disciplina histórica, lastreada em boa parte nos institutos históricos e geográficos, tratava-se de estabelecer fatos, datações e documentos privilegiados para consolidar o que se esperava que viesse a ser uma história plenamente científica. Escassas dúvidas pairavam sobre o papel central da personalidade dos grandes líderes e estadistas, e os temas históricos giravam em torno de batalhas, relações internacionais, decisões ou hesitações dos ocupantes dos principais postos políticos. A história política devia tanto a vertentes aristocráticas quanto republicanas de cunho liberal, defrontando-se com intensos debates coligados às lutas sociais então emergentes e à desigualdade no ritmo de consolidação dos Estados nacionais (FONTES; MENDONÇA, 2012, p. 55).

O declínio da história política se deu ao longo do século XX, principalmente com a ascensão da escola dos *Annales*, que a criticou de forma enfática. Rémond destacou que a historiografia carrega as transformações da sociedade. Dessa forma, um campo dentro da historiografia pode ganhar ou perder terreno em detrimento de outro com o avanço do tempo. Para o autor, foi isso que aconteceu com a história política, que perdeu terreno com o prestígio que ganhava os *Annales* (RÉMOND, 2003).

José D’assunção Barros (2010) trouxe um balanço sobre esse processo que ocorreu dentro da disciplina histórica:

Para se firmar como corrente historiográfica dominante na França, e estender posteriormente sua influência a outros países da Europa e também da América, os

fundadores e consolidadores dos *Annales* precisaram estabelecer uma arguta e impiedosa crítica da historiografia de seu tempo – particularmente daquela historiografia que apodaram de “História Historizante” ou de “História Eventual” – buscando combater mais especialmente a Escola Metódica Francesa e certos setores mais conservadores do Historicismo (BARROS, 2010, p. 79).

Para o autor, é preciso ter em consideração que é necessário relativizar as críticas feitas pelos *Annales* com a História Metódica, uma vez que podem ter feito uma imagem caricata da mesma, em busca de legitimidade de suas propostas para a disciplina (BARROS, 2010, p. 83).

Entre os motivos citados para a volta do prestígio da história política – em que o próprio livro de Rémond participou dessa discussão, marcando os novos territórios que ela estava ganhando – temos o papel exercido pelo próprio Estado no século XX. Segundo Ciro Flamarion Cardoso (2012): “Na prática, o poder de Estado pesa bem mais sobre os cidadãos hoje em dia do que, por exemplo, o de Luís XIV e outros monarcas absolutos sobre seus súditos” (CARDOSO, 2012, p. 49). Para Rémond, essas mudanças no papel estatal “contribuíram para dar crédito a ideia de que o político tinha uma consistência própria e dispunha mesmo de uma certa autonomia em relação aos outros componentes da realidade social” (RÉMOND, 2003, pg. 23). Essa passagem é importante, pois sugere uma revalorização do político:

As crises que perturbaram o funcionamento das trocas e desajustaram os mecanismos da economia liberal, obrigando o Estado a intervir, também deram a política a oportunidade de penetrar num setor diferente. O desenvolvimento das políticas públicas sugeriu que a relação entre economia e política não era de mão única: se não há dúvida de que a pressão dos interesses organizados as vezes altera a condução dos negócios públicos, a recíproca não é menos verdadeira: a decisão política pode modificar o curso da economia para melhor e para pior. Uma escolha política pode nada dever à análise econômica, e obedecer apenas a considerações ideológicas, como a decisão de nacionalizar grandes setores de produção ou de troca, terá sobre a economia consequências incalculáveis (RÉMOND, 2003, p. 23).

Nesta citação, podemos ver uma crítica do autor a versão de “Estado Objeto” descrito por Mendonça. Além disso, o autor faz uma separação entre a esfera política e econômica, delimitando que a atuação da política pode “intervir” como agente externo à racionalidade econômica, podendo ter certa predominância sobre ela.

A atuação do Estado ampliou os objetos da história política:

À medida que os poderes públicos eram levados a legislar, regulamentar, subvencionar, controlar a produção, a construção de moradias, a assistência social, a saúde pública, a difusão da cultura, esses setores passaram, uns após os outros, para os domínios da história política (RÉMOND, 2003, p. 24).

É importante destacar que Rémond estava demarcando um lugar para a história política dentro da disciplina histórica (da História e da Historiografia), tentando legitimá-la frente as críticas que ela vinha recebendo desde os inícios do século XX. Para isso, o autor destacou a preponderância da política (atuação das corporações da sociedade política, agências e agentes) sobre os outros campos, enfocando que seu papel é quase de uma gerência sobre as outras demais.

Para a análise do envolvimento do Estado no processo de desenvolvimento econômico do Brasil, bem como de Santa Catarina e de Chapecó – e também de suas relações com as classes engajadas nesse processo -, uma alternativa metodológica baseada nos escritos do filósofo italiano Antônio Gramsci – e dos especialistas em sua obra – se mostra valiosa. Antes é necessário fazer uma ressalva: interpretar o pensamento gramsciano não é tarefa fácil. Guido Liguori, estudioso da obra de Gramsci, afirmou que é uma leitura complexa e labiríntica, com oscilações e evoluções internas, em que diversas acepções são utilizadas frequentemente com conotações diferentes dentro da própria obra (LIGUORI, 2003, p.175). É muito comum notar divergências entre as interpretações de sua obra. Para auxiliar as interpretações da visão gramsciana, além da leitura da mesma, utilizei autores que analisaram os escritos de Gramsci, sendo eles: Alvaro Bianchi (2007), Guido Liguori (2003) e Sonia Regina de Mendonça (2012).

Gramsci viveu um momento de redefinição nas relações entre Estado, sociedade e economia. Guido Liguori (2003), em texto intitulado “Estado e sociedade civil: entender Gramsci para entender a realidade”, presente no livro “Ler Gramsci, entender a realidade” – organizado por Carlos Nelson Coutinho e Andréa de Paula Teixeira –, afirmou que Gramsci foi o que melhor aprendeu – no campo marxista – essa nova relação, causada por uma ampliação das funções do Estado ao longo da modernidade do século XX, sob diferentes formas: fascista, keynesiana, bolchevique e socialdemocracia.

Voltando à interpretação de Mendonça, a reflexão gramsciana voltou-se para as formas de dominação no capitalismo ocidental desde o princípio do século XX, uma vez que, sob o imperialismo, não só a estrutura produtiva se diversificou e se complexificou, como também as superestruturas que asseguravam a ordem social, à qual Gramsci denominou “sociedade/civilização Ocidental”. Nesse estudo, Gramsci deu importância a processos de organização da vontade coletiva, principalmente através da política e da ideologia, bem como para as modalidades de dominação de classe (MENDONÇA, 2014).

Para a autora, o mérito de Gramsci foi perceber as redefinições que ocorriam na relação entre Estado e sociedade, e elaborar a partir daí concepções de Estado que não viam essas esferas enquanto separadas ou vinculadas de forma mecanicista. Ele construiu uma acepção de

Estado que abarcava a complexidade dessa relação, em um conceito que alguns estudiosos de sua obra chamaram de “Estado Ampliado” (MENDONÇA, 2014)

Passando para a análise do próprio Gramsci, os autores analisados por ele para construir sua teoria de Estado, é interessante nos determos sobre uma observação que fez sobre as concepções de Benedetto Croce e Giovanni Gentile – também italianos e contemporâneos de Gramsci – acerca do Estado:

Para Gentile, a história é inteiramente história do Estado; para Croce, ao contrário, é ‘ético-política’, vale dizer, que Croce quer manter uma distinção entre sociedade civil e sociedade política. [Para Gentile], hegemonia e ditadura são indistinguíveis, a força é simplesmente pura e consenso: não se pode distinguir a sociedade política da sociedade civil: só existe o Estado (Gramsci, 1999, p. 436-437).

Dessa forma, o autor pretende se estabelecer como uma outra possibilidade entre essas duas acepções. Isso pode ser percebido em outros trechos da obra do filósofo italiano, como nesta do “Caderno 13”, presente no volume 3 dos *Cadernos do Cárcere*, em que faz uma crítica ao liberalismo:

A formulação do movimento do livre-câmbio baseia-se num erro teórico cuja origem prática não é difícil identificar, ou seja, baseia-se na distinção entre sociedade política e sociedade civil, que de distinção metodológica é transformada e apresentada como distinção orgânica. Assim, afirma-se que a atividade econômica é própria da sociedade civil e que o Estado não deve intervir em sua regulamentação. Mas, dado que sociedade civil e Estado se identificam na realidade dos fatos, deve-se estabelecer que também o liberalismo é uma "regulamentação" de caráter estatal, introduzida e mantida por via legislativa e coercitiva: é um fato de vontade consciente dos próprios fins, e não a expressão espontânea, automática, do fato econômico (GRAMSCI, 2007, p. 47).

Essa passagem se revela importante para entender o pensamento do autor, uma vez que esta crítica ao liberalismo (ou liberismo) dialoga diretamente com as considerações de Wood (2003) já apresentadas. Gramsci também considerou que o próprio livre comércio, que considera as leis próprias da economia como suficientes para seu bom funcionamento, seriam na verdade formas de regulamentação também, uma vez que é o Estado que o garante, pela via legislativa ou coercitiva. Porém Gramsci vai além desta crítica, indicando que sociedade civil – local no qual estaria a esfera econômica – se identifica com o Estado (sociedade política).

Diante da centralidade que os conceitos de sociedade civil e sociedade política (ou Estado restrito) tiveram na obra de Gramsci, torna-se necessário explicitar melhor esses conceitos e noções. A sociedade política corresponde ao Estado restrito, ou seja, aos órgãos governamentais, e a sociedade civil significa o conjunto dos organismos privados, chamados

de “aparelhos privados de hegemonia”. Dentre esses aparelhos podem ser destacados igrejas, sindicatos, associações de classe, partidos e imprensa:

Por enquanto, podem-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “ sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, planos que correspondem, respectivamente, à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “ domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “ jurídico” (GRAMSCI, 2001, p. 20-21).

É possível perceber que o autor fez um esforço para não separar essas duas esferas, afinal “elas se identificam na realidade dos fatos”. Outra passagem, na “Carta a Tania”, dentro do “Cartas do cárcere” (2005) pode ser importante para lançar luz a essa questão:

[...] Este estudo também leva a certas determinações do conceito de Estado, que, habitualmente é entendido como sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo, para moldar a massa popular segundo o tipo de produção e a economia de um dado momento), e não como um equilíbrio da sociedade política com a sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional, exercida através das organizações ditas privadas, como a igreja, os sindicatos, as escolas etc.) [...] (GRAMSCI, 2005, p. 84).

De acordo com essas passagens, e estando de acordo com a análise feita por Liguori, a separação entre sociedade civil e sociedade política é apenas metodológica, pois a relação entre as duas é orgânica e dialética, indicando uma influência recíproca entre as duas esferas. Estado – em sua forma restrita – e sociedade civil constituem, em seu conjunto, o “Estado Ampliado” (LIGUORI, 2003).

Ainda criticando a identificação entre governo e Estado, Gramsci afirmou:

Estamos sempre no terreno da identificação de Estado e Governo, identificação que é, precisamente, uma reapresentação da forma corporativo-econômica, isto é, da confusão entre sociedade civil e sociedade política, uma vez que se deve notar que, na noção geral de Estado, entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, poderia dizer, de que Estado = sociedade civil + sociedade política, isto é, hegemonia coraçada de coerção) (Gramsci, 2007, p. 244-245).

De acordo com a interpretação feita por Alvaro Bianchi (2007) – em artigo intitulado “Gramsci além de Maquiavel e Croce: Estado e Sociedade Civil nos *Quaderni del cárcere*” –, a sociedade civil pode ser vista enquanto espaço de conflito entre os diversos grupos sociais, que buscam o consenso na sociedade para promoverem seus projetos. No entanto, o projeto de

determinado grupo não pode aparecer como a realização dos interesses exclusivos do mesmo. Ele deve se apresentar como reivindicação de toda a sociedade (BIANCHI, 2007, p. 38).

Para Mendonça, a marca do Estado capitalista da época de Gramsci é de que ele guarda um espaço de consenso e não apenas de violência. O consenso é obtido através da ação dos aparelhos privados de hegemonia da sociedade civil e sua construção no âmbito do Estado restrito, e em seu conjunto e interação, o Estado ampliado (MENDONÇA, 2014, p. 37).

No entanto, além do consenso, para que um grupo consiga ser hegemônico, ele deve buscar seu espaço na sociedade política:

Portanto, este reconhecimento gramsciano da sociedade contemporânea tem em seu centro o Estado. Não no sentido de que o Estado seja o sujeito da história, mas no sentido de que os sujeitos da história, que são as classes sociais, só podem verdadeiramente se tornar hegemônicos na medida em que avaliam a si mesmo como capazes de “tornar-se Estado” (LIGUORI, 2003, p. 180).

Ainda sobre a construção e conquista da hegemonia, Liguori afirmou:

O Estado – volto a repetir – é ao mesmo tempo o terreno, o meio e o processo onde essa luta necessariamente se trava; mas os atores principais dessa luta são o que Gramsci chama de “classes fundamentais”. Para Gramsci, o “tornar-se” Estado dessas classes é um momento ineludível na luta pela hegemonia (como também o é o fato de dispor de um partido que sirva como portador de uma “concepção do mundo” precisa e alternativa) (LIGUORI, 2003, p. 184).

As considerações de Bianchi e de Mendonça sobre Gramsci apontam para a análise da sociedade civil enquanto objeto de conflito de projetos de classe. De acordo com esses autores, as diferentes classes, abrigadas em aparelhos privados de hegemonia², devem buscar o consenso na sociedade para a construção de seus projetos, devendo esses projetos parecerem ter a pretensão de envolver toda a sociedade, mesmo que voltado para uma classe. Mas apenas o consenso não é suficiente. Liguori afirma que o exercício do poder acontece quando há o acesso dos membros da sociedade civil na sociedade política.

A discussão da obra de Gramsci e de seus analistas apontam para a construção do conceito “Estado Ampliado”, entendendo este como as complexas relações entre sociedade civil e sociedade política, que não são separadas, mas se misturam.

² Lembrando que podem existir divergências dentro da mesma classe, entre suas frações, podendo ter projetos diferentes dentro de uma mesma classe, especialmente em termo da direção na organização da civilização e do desenvolvimento do capitalismo.

Para Virgínia Fontes e Sônia Regina de Mendonça, as vantagens do uso deste conceito é que ele

[...] permite identificar a íntima correlação entre as formas de organização das vontades (singulares e coletivas), a ação (imediata ou mediata) e a própria consciência (sociedade civil) – sempre enraizadas na vida socioeconômica – e as instâncias específicas do Estado em seu sentido restrito (sociedade política). Gramsci supera a dualidade das análises que contrapunham a base à superestrutura, integrando a sociedade civil e a sociedade política em uma só totalidade, em permanente interação, no âmbito do que ele considera as superestruturas. (FONTES & MENDONÇA, 2012, p. 62-63).

Para Mendonça (2014), pensar o Estado de acordo com o “Estado Ampliado” permite ao pesquisador observar a consolidação de formas de produção dominantes na sociedade civil e a tentativa de levar seus projetos para dentro do Estado restrito:

Pensar o Estado gramscianamente é sempre pensá-lo a partir de um duplo registro: o das formas dominantes na produção (classes e frações) que se constituem e se consolidam por intermédio de organizações da sociedade civil, ao mesmo tempo em que, junto a cada aparelho ou órgão do Estado restrito, estão sempre presentes projetos e intelectuais vinculados às agência(s) da sociedade civil. Uma delas, por certo, deterá a hegemonia junto a certo organismo estatal, conquanto outras igualmente lá far-se-ão presentes, em permanente disputa (MENDONÇA, 2014, p. 38).

Concluindo, não há apenas uma forma de se analisar teoricamente o Estado, a economia e a política. A relação entre esses domínios é complexa, mas acredito que a medida que fomos analisando a constituição do Estado no processo de desenvolvimento brasileiro, e sua relação com as classes envolvidas nesse processo, a concepção de “Estado Ampliado” pode nos ser de grande utilidade metodológica.

Esta dissertação está dividida em dois capítulos, que por sua vez estão subdivididos em três partes cada um. A divisão em dois capítulos se deu pela necessidade de trabalhar, primeiramente, quais foram as concepções e os processos de desenvolvimento no Brasil a partir de 1930, que alteraram as relações entre Estado, economia e sociedade no país, e posteriormente, como isso influenciou, e como se deram esses mesmos objetos no âmbito de Santa Catarina, e em Chapecó no recorte desta pesquisa.

Dessa forma, no primeiro capítulo, trabalho com o cenário nacional. Isso é importante pois são essas concepções que iriam nortear os projetos econômicos tanto em Santa Catarina, e por extensão, no Oeste do Estado. Na primeira parte, discutiremos as diferentes correntes desenvolvimentistas dentro do pensamento econômico brasileiro, mas focaremos na atuação dos intelectuais vinculados à CEPAL. Na segunda parte, trabalharemos com a teoria marxista

da dependência, que discutiu o tema do desenvolvimento nacional com os cepalinos. Na terceira parte, discutiremos as relações entre política, economia e sociedade no Brasil, dando atenção à reformulação do Aparelho de Estado brasileiro e a relação deste com a classe industrial, buscando articular teoria e prática.

No segundo capítulo, trabalharemos a questão do desenvolvimento em Santa Catarina e na região de Chapecó, principalmente nos anos 1960, buscando compreender as relações entre as elites locais e estaduais e sua organização dentro da sociedade, bem como a construção de Chapecó enquanto “Capital do Oeste”; Na primeira parte, nos debruçaremos sobre a evolução histórica e político do município chapecoense, alguns nomes que construíram as concepções que nortearam as políticas econômicas a partir de 1960, e a formação da Secretaria de Negócios do Oeste, que executou parte do projeto estadual no Oeste. Na segunda parte, escrevemos sobre a organização das elites locais e estaduais e sua relação com o poder público. No terceiro subcapítulo, nos deteremos com mais profundidade o fim da década de 1960, quando houve a movimentação para um projeto agroindustrial explícito para Chapecó, e como isso alavancou a cidade na condição de polo. Termina a dissertação com uma contestação a esse modelo de desenvolvimento.

CAPÍTULO I – O ESTADO, A INDUSTRIALIZAÇÃO E O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO (1930 – 1970)

Este primeiro capítulo tem como principal objeto o desenvolvimento brasileiro no início do século XX até meados de 1970 e algumas interpretações sobre o mesmo. Ele está dividido em três subitens: O desenvolvimento e os desenvolvimentistas; Dependência e os dependentistas; O Estado, a política e a economia. Ao iniciar cada um desses itens explicitamos as escolhas bibliográficas da pesquisa, e procuramos explicar mais detalhadamente nossos objetivos.

1.1 O Desenvolvimento e os desenvolvimentistas

Esta parte da dissertação vai tratar do pensamento econômico brasileiro no período de 1930 até o final da década de 1960, principalmente sobre o que Ricardo Bielschowsky chamou de ciclo ideológico do desenvolvimentismo, que teria durado até o golpe de 1964. Este autor realizou uma vasta pesquisa documental sobre essa questão em sua tese de doutorado, finalizada em 1985, com o título “Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo (1930-1964)”, posteriormente publicada como livro contendo o mesmo título. É interessante notar que o autor também é um cepalino, trabalhando na CEPAL a partir de 1991. Pela relevância da pesquisa empreendida pelo autor, este subitem utiliza suas discussões, principalmente sobre o desenvolvimentismo.

Para a discussão desse processo histórico, utilizo também as discussões do historiador brasileiro Thomas Skidmore (1982), que fez uma pesquisa histórica mais geral sobre o período trabalhado em seu livro “Brasil: de Getúlio a Castelo”. Além de Skidmore, utilizo para discutir o período o livro “Estado e Planejamento econômico no Brasil (1930-1970)” de Octavio Ianni, e a obra de Sônia Regina de Mendonça (1985), “Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento”.

Ao discutir a Comissão Econômica para América Latina – CEPAL (posteriormente incluiu o Caribe na nomenclatura), utilizamos a pesquisa de Paulo José Koling (2004), intitulada “América Latina Periférica: o desenvolvimento latino-americano na concepção de Prebisch/CEPAL (1948/1981), na qual o autor trabalhou as principais questões que nortearam a produção intelectual da Comissão e de seus principais membros.

Para discutir o pensamento de Celso Furtado, trazemos algumas análises de sua obra com Francisco de Oliveira, através do texto “Celso Furtado e o Pensamento econômico

brasileiro³” (1986) e do livro “A navegação Venturosa: ensaios sobre Celso Furtado” (2003). A obra de Furtado escolhida para análise foi “A formação econômica do Brasil” (2005), pela relevância que teve dentro das ciências sociais no Brasil.

A discussão sobre o desenvolvimentismo se conclui com o debate das teses de Maria Conceição Tavares, através da análise de seu livro “Da substituição de importações ao capitalismo financeiro” (1978).

1.1.1 Desenvolvimentismo enquanto industrialização na política econômica

Segundo Ricardo Bielschowsky, a origem do desenvolvimentismo brasileiro se deu nos anos de 1930 até 1945. Nesses quinze anos, o Brasil vivenciou o colapso da economia cafeeira, principalmente após a crise de 1929, e o primeiro governo de Getúlio Vargas – incluindo a ditadura do Estado Novo (BIELSCHOWSKY, 2000).

Para Sônia Regina de Mendonça (1985), esse foi um período de grandes transformações e as análises sobre o desenvolvimento do capitalismo brasileiro não podem deixar de lado as transformações ocorridas a partir dos anos iniciais da década de 1930, já que o período marca uma ruptura no avanço da acumulação capitalista no país, através da redefinição do papel do Estado na economia, voltada fundamentalmente na industrialização, com o objetivo de tornar o polo urbano-industrial como eixo dinâmico da economia no país (MENDONÇA, 1985, p.13).

O desenvolvimentismo só conheceria sua hegemonia no âmbito da política econômica do e no estado nacional a partir dos anos 1950, portanto, em suas origens, o que ocorreu foi uma limitada tomada de consciência da problemática da industrialização por uma nova elite técnica, civil e militar. Essa primeira fase reuniu quatro elementos que foram fundamentais para o projeto em construção. São estes os elementos: 1) consciência de que seria necessário e possível a implantação de um setor industrial integrado no Brasil, capaz de produzir os insumos e bens de capital necessários à produção de bens finais; 2) necessidade de instituir mecanismo de centralização de recursos financeiros que viabilizassem a industrialização (aqui se incluem os investimentos de grande porte na indústria pesada, como na siderurgia ou refinação de petróleo); 3) juntamente com a ideia do Estado enquanto guardião dos interesses nacionais, a ideia de intervenção estatal em apoio da iniciativa privada ganha legitimação entre as elites técnicas e empresariais brasileiras. A ideia de planejamento econômico começa a se impor diante das consequências da crise de 1929; 4) por último, o nacionalismo associado ao

³ In: MORAES, R.. (Org.). A inteligência brasileira. 1 ed., Brasiliense, São Paulo, 1986.

desenvolvimento nacional e ao Estado enquanto regulador e incentivador da economia, e que também possa investir diretamente em setores como transporte, mineração, energia e indústria de base (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 250-252).

Dois fatores foram importantes, na visão de Bielschowsky, para dar sustentação ao nascente desenvolvimentismo. Em primeiro lugar, ocorria um imponente salto industrial. Apenas entre 1932 e 1939, a produção industrial cresceu a uma média de 10% ao ano, contra menos de 10% da produção agrícola. O segundo fator foi de ordem institucional. Como resposta à crise da economia cafeeira foram se construindo um arcabouço de instituições de regulação e controle da economia brasileira. Os novos órgãos reuniam, em formato corporativo, autoridades governamentais, empresários, técnicos civis e militares. A criação desses órgãos respondia a necessidade de diminuir a vulnerabilidade econômica nacional diante das crises mundiais (BIELSCHOWSKY, 2000, p.253).

Um exemplo dessa nova estrutura institucional que foi se desenhando foi o Conselho Federal de Comércio Exterior, criado pelo governo brasileiro em 1934, sendo o primeiro órgão de planejamento governamental. Segundo Octavio Ianni (1971), no livro “Estado e planejamento econômico no Brasil”, seu leque de atuação era muito amplo, mas dentre suas atividades, buscava soluções técnicas para a indústria nacional e a criação de institutos e departamentos relacionados com matérias-primas. O Conselho também realizou diversos estudos sobre os principais problemas brasileiros, e esteve ligado a algumas das mais importantes realizações do período. Reunia em seu interior técnicos e membros do setor público e privado, em uma das primeiras manifestações da tecnoestrutura⁴ estatal que estava se desenvolvendo (IANNI, 1971, p. 25).

Conforme Ricardo Bielschowsky, é a partir dessa nova configuração institucional que surgiram uma “elite⁵” técnica, governamental, militar e empresarial que dariam voz ao projeto desenvolvimentista:

⁴ Como tecnoestrutura estatal, Ianni entende como um novo estágio do poder executivo, o qual incorpora o pensamento técnico sobre planejamento. O elemento essencial desse novo estágio foi a hipertrofia do executivo – entendida, nesse contexto enquanto ampliação das funções do Estado enquanto instituição administrativa, bem como a ampliação de seu quadro burocrático. Ainda sobre o conceito de tecnoburocracia, Ianni o usa em detrimento do conceito de tecnocracia, pois considera este último inadequado, pois “[...] a) Envolve a ideia de governo ou regime em que predominam os técnicos, isto é, uma determinada elite, independente do jogo político dos partidos, das relações e lutas de classes etc. b) Traz consigo a ideia de que a técnica, em sentido lato, é uma variável independente e predominante” (IANNI, 1971, pg. 51).

⁵ Bielschowsky não deu uma definição exata de seu conceito de “elite”. Porém, a partir da leitura da obra, o termo pode ser entendido como os técnicos civis, militares e governamentais que exerciam cargos mais graduados nas empresas ou no governo (incluindo o exército), e maior poder de influência nas arenas decisórias nacionais. Nesse sentido, o termo “elite” utilizado no texto segue essa noção, em decorrência do próprio sentido que Ricardo Bielschowsky expôs. Contudo, destacamos que esse debate não é objeto da presente pesquisa.

[...]uma elite emergente de técnicos e militares, que buscava sua inserção no universo das elites brasileiras. Aproveitavam esses indivíduos a possibilidade histórica, aberta pela Revolução de 1930 e instrumentalizada pela valorização do conhecimento técnico e da segurança militar, de participação na restrita esfera do poder decisório sobre os destinos nacionais (BIELSCHOSKY, 2000, pg. 258).

Apesar disso, como indicou Bielschowsky, não podemos falar ainda em um projeto de industrialização articulado e perfeitamente definido. Faltavam coordenação e recursos financeiros para que os órgãos dessem a mínima continuidade em seus trabalhos. Sobretudo faltava uma diretriz geral de política econômica condizente com um embasamento teórico de suas atividades “pioneiras” em matéria de planejamento econômico. Faltava também para o empresariado industrial um projeto definido de industrialização (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 258).

Os anos finais do Estado Novo e os iniciais do governo de Eurico Gaspar Dutra foram de intenso debate econômico no país, e na frente ideológica da sociedade, havia certo equilíbrio entre as posições em conflito, ou seja, entre neoliberais, as correntes desenvolvimentistas e os socialistas. As disputas se travavam em torno do protecionismo, intervenção estatal, inflação e balanço de pagamentos. Os liberais se reuniam principalmente em torno da Fundação Getúlio Vargas, criada em 1944, e defendiam a normalização da economia de mercado no pós-guerra. Para os desenvolvimentistas, que tiveram a colaboração das lideranças industriais, tratava-se de continuar o processo de industrialização (BIELSCHOWSKY, 2000, p.267-280).

Foi uma época em que os “ventos liberais” estavam fortes, em sintonia com o contexto internacional. Já ao término da segunda guerra mundial, Vargas começou a ser criticado, por seus opositores político-partidários pelo autoritarismo do regime. A oposição estava aglutinada em torno da União Democrática Nacional (UDN) e era formada por pessoas “de fora” do regime varguista, ou seja, aqueles que ficaram marginalizados do poder durante os quinze anos do regime. Sua tática era a de associar o varguismo e seu autoritarismo com a intervenção estatal na industrialização, denunciando o uso do Banco do Brasil para proteger indústrias ineficientes. Apesar dessa oposição ser formada principalmente por partidários do livre comércio (teóricos de economia e defensores do modelo ricardiano das vantagens comparativas), vale destacar que o programa udenista para a industrialização permanecia como uma questão ambígua, uma vez que também apoiavam indústrias que tivessem condições de competir através de equipamentos modernos (SKIDMORE, 1982, p. 86).

As características trabalhadas por esses autores mostram como o projeto desenvolvimentista estava ganhando força. Apesar de importantes medidas econômicas do início do governo Dutra terem características liberais, essa corrente suavizou as críticas a um

dos pilares do desenvolvimentismo, a industrialização de base e do setor dos bens de capital em território nacional. Liberais (livre cambistas, que defendia a retomada do projeto anterior à crise de 1929, política econômica interna e inserção no mercado internacional) e desenvolvimentistas disputavam, com forças equivalentes e de forma gradual, as questões básicas do desenvolvimento nacional e vão ganhando espaço na sociedade. No início do segundo governo Vargas o amadurecimento desse projeto envolveu a construção institucional que fosse capaz de dar conta da identificação dos problemas, a formulação dos projetos prioritários e estratégicos e a concentração dos recursos financeiros. Essa construção se torna concreta a partir da eleição de Vargas, em que o desenvolvimentismo conquista importante espaço dentro do aparelho do Estado e no governo federal. Importante citar que o desenvolvimentismo ganhava apoio do Clube Militar, da Campanha Nacional de Defesa do Petróleo (Cedpen) e da Confederação Nacional da Indústria (apesar de que está já manifestava posições a favor de diversos elementos desenvolvimentistas), que teve seus principais integrantes dentro do governo de Getúlio Vargas (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 322-323).

No cenário mundial, o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) respaldava o conceito de planejamento econômico. De forma mais intensa, a CEPAL também serviu como agência de fundamentação e legitimação do desenvolvimentismo (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 326). A criação da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), em 1948, foi de grande importância para fornecer a legitimidade e produzir um arsenal teórico e instrumental para o desenvolvimentismo. Na Comissão se reuniram importantes nomes do desenvolvimentismo, como o economista argentino Raúl Prebisch (seu principal intelectual e dirigente) e o economista brasileiro Celso Furtado. A CEPAL foi resultado da pressão dos países da região, principalmente da Argentina, do Brasil e do México, sobre a ONU, que, no contexto do pós-1945 e o indicativo de financiamento nos moldes do Plano Marshall, levaram em consideração a instabilidade regional, principalmente o estado de pobreza que atingia grande parte da população latino-americana (KOLING, 2004, p. 116-118).

Percebe-se que o desenvolvimentismo começava a se sobressair no debate econômico:

O pensamento desenvolvimentista não se incorporou apenas à linguagem do presidente ou a um ou outro documento oficial. Daí para a frente, de forma definitiva, as principais instituições econômicas do Estado passariam, através de seus técnicos, a expressar e divulgar o projeto de industrialização integral. Durante o governo Dutra, era sobretudo através de instituições da sociedade civil que se observava a resistência e a expansão do desenvolvimentismo (CNI, parcela da FGV, Cedpen e, até onde se possa se considerar “sociedade civil” uma associação de militares, o clube militar). A partir desse momento e recuperando a trajetória iniciada em sua fase de origem (anos 1930-45), o desenvolvimentismo reinstalou-se no aparelho de Estado brasileiro. Seus principais núcleos serão as entidades econômicas federais da capital do país

(Assessoria Econômica da presidência, Banco do Brasil, Comissão mista Brasil-Estados Unidos e Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico), com a diferença, agora, de que os técnicos civis teriam mais destaque que os militares (BIELSCHOWSKY, p. 341).

A ideologia originada nos anos 1930 se fortaleceu ao absorver as críticas à passividade do liberalismo no governo Dutra. Isso fez com que o governo Vargas adotasse um desenvolvimentismo consciente. Nessa direção foi criado o Plano de Reparcelamento Econômico, a construção institucional que desse suporte a seus projetos econômicos. A gestão de Horácio Lafer no Ministério da Fazenda abriu brechas na antiquada estrutura institucional, criando órgãos com poder de planejar e viabilizar projetos econômicos. O Plano era vinculado ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), criado em 1952, e esse banco de investimentos e fomento era uma bandeira do empresariado, com autonomia financeira, poderia fazer investimentos públicos, bem como disponibilizar crédito subsidiado interno e contratar e avaliar empréstimos internacionais. Também se destaca a criação do Conselho de Desenvolvimento Industrial, o qual ficou responsável por orientar os investimentos no setor através de um plano setorial, e a criação da Assessoria Econômica, que deveria formular os projetos politicamente mais complicados, como foi o caso da Petrobrás e da Eletrobrás (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 316 -320).

Para os anos de 1953-1955 houve a renovação dos quadros de instituição de produção intelectual. Os neoliberais conseguiram espaço na FGV, formaram um Departamento Econômico, no Conselho Nacional de Economia, e um Conselho Técnico, na Confederação Nacional do Comércio. Os nomes de destaque deste grupo foram o Eugenio Gudín e o Otávio Gouveia de Bulhões. Os socialistas integrantes do Partido Comunista tiveram espaço em publicações sobre economia, com destaque aos nomes de Nelson Werneck Sodré, de Heitor Ferreira Lima e de Caio Prado Jr. nesse período que a arma o institucional das três correntes (ou subcorrentes, internas ao desenvolvimentismo) foi finalmente estabelecida. Os desenvolvimentistas “não nacionalistas” constituíam grupo pequeno, mas intelectualmente ativos, e como não tinham um núcleo de produ o intelectual próprio, transitavam entre os neoliberais e os nacionalistas, o que demonstrava certa “flexibilidade” em suas posi es. A atua o desse grupo estava localizada principalmente no BNDE (dividindo terreno com os nacionalistas) e na Comissão Mista Brasil-Estados Unidos - CMBEU. Os desenvolvimentistas nacionalistas criaram duas institui es de relevo,   época: o Instituto Brasileiro de Economia,

Sociologia e Política (ISESP)⁶ e o Clube dos Economistas. O Clube foi formado a partir de um núcleo inicial do BNDE e tinha como grande liderança Celso Furtado, além de Américo de Oliveira, ambos trabalhando, à época, na Comissão Mista Cepal-BNDE⁷. Além destes nomes, contava com a participação de técnicos de diversos órgãos federais. Já os desenvolvimentistas com atuação na área privada trabalhavam no Departamento Econômico da CNI, o qual foi se reduzindo ao longo do governo Vargas, em vista de que absorveu vários membros em cargos no governo federal (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 368-371).

A busca por soluções dos problemas passou a vincular e deixar de lado soluções de curto prazo. As questões monetárias e fiscais, a problemática da inflação e do desequilíbrio externos passaram a ser vinculadas a temas mais gerais sobre o desenvolvimento nacional. Se para os liberais a solução passava por soluções ortodoxas (livre cambista), como a diminuição dos gastos públicos, para os desenvolvimentistas o problema era estrutural e a solução seria intensificar o processo de industrialização em curso (mais conhecida como modelo de substituição de importações ou industrialização para dentro). Nessa queda de braço, o planejamento econômico foi ganhando espaço. Mesmo os liberais passaram a ter certa tolerância com estes instrumentos, porém criticando uma possível maior participação estatal (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 384).

O autor também mencionou outra proposta de planejamento, cuja construção se deu na Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, no período de 1953-1955, sob a liderança de Roberto Campos⁸ e Lucas Lopes. Essa proposta, através do conceito de planejamento seccional, tinha por objetivo transformar os estrangulamentos setoriais em “pontos de germinação” através de investimentos que pudessem ter efeito de expansão sobre o restante do sistema. Essa proposta não foi contestada pelos liberais, uma vez que ela foi feita por técnicos favoráveis a entrada de capital estrangeiro, e até mesmo investimentos estatais em infraestrutura ganharam o apoio dos liberais. Esse tipo de planejamento foi usado – segundo Bielschowsky – no governo de

⁶ Posteriormente esse instituto muda o nome para Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).

⁷ Criado em 1952, o Grupo Misto CEPAL-BNDE ficou encarregado de fazer análises e projeções acerca da economia latino-americana, com o objetivo de subsidiar políticas econômicas e assessorar os governos da região. Um exemplo desse trabalho foi o relatório de 1957 (GRUPO MISTO DO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO BRASIL E DA COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA. Análise e projeções do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, 1957. 290 p.)

⁸ Roberto de Oliveira Campos (1917-2001) trabalhou para o governo brasileiro pela primeira vez em 1942, no Itamarati. Campos integrou a assessoria econômica no segundo governo Vargas, além da comissão mista Brasil-Estados Unidos e do BNDE (do qual se demitiu em 1953, retornando a sua chefia no governo de Kubitschek). No governo de João Goulart, foi nomeado embaixador extraordinário para trabalhar em Washington. Após o golpe de 1964, assumiu o Ministério Extraordinário para o Planejamento e Coordenação econômica. Fonte: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/roberto_campos. Acesso em 25/09/2018 às 23:00.

Juscelino Kubitschek através do Plano de Metas, na segunda metade dos anos 1950 (BIELSCHOWSKY, pg. 385-386).

Ao discutir o período de Juscelino Kubitschek, Skidmore (1982) afirmou que o presidente assumiu após uma grave crise política e em um cenário de radicalizações. Experiente político mineiro, trouxe para o governo o apoio do partido politicamente mais sólido do país, o Partido Social Democrático (PSD). Economicamente, o período foi marcado por crescimento real e pujante da economia brasileira. A base para esse crescimento foi a expansão industrial, que cresceu, em preços constantes, cerca de 80% no período, com destaques para a indústria de aço e automóveis. A taxa de crescimento real ficou na média de 7% ao ano. O governo se aproveitou de um contexto econômico favorável, com a existência de um “grande” mercado interno, uma maior capacidade em áreas chave (como ferro e aço) e disposição de investidores estrangeiros. Porém foi o papel dinâmico do governo que serviu para estimular e canalizar as forças do crescimento, através da expansão, o mais rápido possível, dos investimentos públicos e privados. A ênfase se deu para as indústrias de bens de capital, marcando uma nova fase no processo de desenvolvimento, iniciado em 1930 e que produziu uma autossuficiência em bens de consumo leves no meio da década de 1950 (SKIDMORE, 1982, p. 204-207).

A estratégia política de Juscelino – segundo Maria Antonieta Leopoldi (2000) – foi construir uma estrutura burocrática paralela, os grupos executivos, que criava novas áreas responsáveis pela política econômica, com o objetivo de criar reformas estruturais sem a necessidade da aprovação do Legislativo (LEOPOLDI, 2000, p. 263).

O nacionalismo do governo Kubitschek, na visão de Skidmore, continha diferenças com o varguista, pois já não era mais baseado em qualquer movimento de massas, mas, sim, na elite administrativa e empresarial brasileira. Juscelino adaptou seu discurso nacionalista para cada classe, sendo os industriais um alvo especial. Até mesmo a facilidade concedida aos investidores estrangeiros foi atenuada pela necessidade desses estrangeiros terem sócios no Brasil. O crédito foi facilitado ao investidor estrangeiro e as indústrias protegidas de concorrência estrangeira (SKIDMORE, 1982, p. 209). Essa visão positiva do autor brasileiro sobre a entrada do capital estrangeiro será contestada no subitem seguinte por Ruy Mauro Marini (2017).

No início de seu governo, o presidente instalou o Conselho de Desenvolvimento Econômico que formulou e acompanhou, à época, “o maior instrumento de planejamento de toda história do país, o Plano de Metas”. Bielschowsky afirmou que naquele momento, a retórica desenvolvimentista estava incorporada a retórica oficial de governo e a industrialização planejada tornou-se amplamente difundida na literatura econômica. O pensamento econômico

do período ficou centralizado em quatro pontos: aprofundar a industrialização, planejando-a; ampliar a infraestrutura de bens e serviços básicos; garantir as importações necessárias; e evitar que políticas contracionistas interrompessem o processo (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 401-406).

Voltando a Skidmore (1982), o autor afirmou que o programa de Kubitschek começou a demonstrar problemas em seu financiamento. O executivo esperava por recursos vindos do exterior, mas a balança de pagamentos entrava em desequilíbrio. Para piorar, a inflação e o déficit das contas públicas pioraram a partir de 1958. O governo aprovou medidas de contenção de gastos públicos, salários e créditos com o objetivo de frear a inflação, mas diante das críticas das classes afetadas – e, na interpretação do autor, visando a eleição em 1965 – desiste, deixando a crise para seu sucessor (SKIDMORE, 1982, p. 225).

Levando em consideração as discussões acima, concluímos que o governo de Kubitschek foi um período de grandes taxas de desenvolvimento econômico e foi também um período de auge da ideologia desenvolvimentista associada ao capital externo. No entanto, o início da década de 1960 trouxe consigo instabilidade política e econômica, e isso gerou consequências negativas ao desenvolvimentismo.

O desenvolvimentismo não conservador atingiu nova fase, ao entender que o progresso social e econômico passava pela necessidade de mudanças institucionais e na base social e econômica, ou, na linguagem da época, por reformas de base. Esse desenvolvimentismo era menos otimista e estava repensando o caminho para o desenvolvimento social e econômico:

Tratava-se, no mínimo, de um desenvolvimentismo profundamente alterado, menos otimista e absorvido pelas campanhas “reformistas”. Difundia-se o entendimento de que, dentro das estruturas institucionais existentes, a continuidade do desenvolvimento era difícil, senão inviável. Em primeiro lugar, estaria faltando, pensa-se, uma equação financeira que permitisse um crescimento sem profundos desequilíbrios monetários. Em segundo, reconhecia-se cada vez mais que, salvo por uma reforma na estrutura da propriedade rural e de uma alteração no padrão de distribuição de renda, o desenvolvimento industrial não conseguiria resolver, conforme se havia pensado, o problema do desemprego e da pobreza da maioria da população e de vastas regiões do país (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 409).

Ainda, de acordo com o autor, as crises políticas e econômicas do início da década de 1960 foram um duro golpe no desenvolvimentismo brasileiro. O Golpe de Estado realizado no ano de 1964 e o subsequente abandono, dentre outros, do projeto das reformas de base significaram o fim deste ciclo ideológico no aparelho de Estado e entre os intelectuais desenvolvimentistas partidários da ação estratégica e pública, direta e indutiva, do Estado,

abrindo espaço para novas formas do processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro associado ao capital externo e liberalizante da economia do país.

1.1.2 O sistema centro-periferia da CEPAL

Como foi afirmado anteriormente, a CEPAL foi uma demanda dos próprios países latino-americanos junto à ONU para pensar saídas alternativas para a instabilidade econômica e a pobreza da maioria da população que, de longa data, permanecia como realidade socioeconômica na América Latina e se mantinha no pós-guerra. A visão cepalina era estrutural, procurando observar os problemas latino-americanos a longo prazo. Havia nos textos iniciais da Comissão, uma grande preocupação em abranger um período histórico longo, desde as independências, ocorridas no início do século XIX (momento da inserção das economias latino-americanas no mercado internacional, voltadas “para fora”) até a transição para os modelos de substituição de importações ocorrido, principalmente no período entre a crise de 1929 até o final da segunda guerra mundial, em 1945).

O objetivo da CEPAL era a ruptura com um sistema desigual dentro do capitalismo contemporâneo e ocidental, que era o sistema centro-periferia. Esse sistema foi formado ao longo da expansão capitalista e tinham como uma de suas características principais a difusão desigual do progresso técnico:

Desde sua origem até a primeira metade do séc. XX, o progresso técnico passou por fases de intensidade e de expansão internacional. Outros países se industrializaram e se incorporaram na divisão internacional do trabalho, porém nem todos os Estados Nacionais e as regiões do mundo atingiram essa realidade econômica. Em si, estas diferenças deram origem aos campos internacionais do sistema centro-periferia (Estados Nacionais com economia industrializada, interna e externamente; e, Estados Nacionais com predominância da economia primária, interna e externamente). O caráter expansivo da economia capitalista (sua internacionalização ancorada nos Estados Nacionais) reproduziu a estrutura do sistema no comércio mundial. Portanto, o conceito centro-periferia representou uma interpretação do processo histórico capitalista, elaborado a partir da investigação dos fatores que deram forma, conteúdo e relação ao sistema centro-periferia (KOLING, 2004, p. 132).

Portanto, a visão que se deveria ter sobre a especificidade da economia latino-americana (e por consequência, brasileira) deveria ter em mente esse sistema mais amplo em que estavam inseridos no mercado e no comércio internacional.

O sistema-centro periferia se sustentava através do mercado mundial, no qual a ideologia predominante foi a teoria das vantagens comparativas. Essa teoria afirmava que através do intercâmbio internacional, todos os países poderiam ter vantagens. Cada país,

aproveitando melhor suas vantagens naturais ou manufatureiras (progresso técnico), produziriam mais e, por consequência, a um preço mais barato. Dessa forma, era possível vender e comprar produtos ao melhor preço possível, de acordo com as necessidades de cada nação. No entanto, as vantagens desapareciam no comércio entre países desiguais, uma vez que a América Latina apresentava desigualdades na distribuição de renda e baixa renda *per capita*. Além disso, havia uma deterioração histórica em desfavor dos preços das matérias primas e produtos primários, o que prejudicava os países da periferia (KOLING, 2004, p. 148-150).

Na época da elaboração dos primeiros textos da CEPAL, a preocupação recaía sobre a dinamização do processo de substituição de importações enquanto instrumental para superar ou romper o sistema centro-periferia. A nova abordagem heterodoxa insistiu na necessidade de fortalecer o Estado para intervir na economia e “corrigir o mercado” (KOLING, 2004, p. 116). Como dito anteriormente, o contexto do final da segunda guerra mundial foi de igualdade de forças entre as correntes teóricas e de intelectuais economistas brasileiros, que representavam projetos diferentes:

A disputa não foi apenas entre teorias, ou melhor, entre concepções de projetos de desenvolvimento (política econômica nacional), tampouco se restringiu em nível teórico abstrato (entre as ideias e os intelectuais). Tratou-se, isso sim, de encontros de hegemonias, de correlações de forças e a perspectiva de sua concretude enquanto projeto de Nação com caráter de classes: de o modelo "para fora" (hacia afuera) de crescimento (oligárquico e agroexportador); e, o modelo "para dentro" (hacia adentro) de desenvolvimento (burguesia industrial nacional, Setor Público desenvolvimentista e nacionalista, e voltado para o mercado interno) (KOLING, 2004, p. 120).

Após a segunda guerra mundial, houve uma melhora dos preços internacionais e no mercado externo, e com isso, os liberais alimentavam a expectativa de uma volta aos princípios liberais, livre cambistas, na economia brasileira, no que diz respeito ao comércio exterior (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 269). Como vimos, a ideologia desenvolvimentista (e cepalina) conseguiu vencer essa disputa ideológica na década de 1950, e através de sua atuação junto aos governos, deu sustentação teórica às políticas de industrialização, da intervenção indutora do Estado e planejamento econômico nos países da região.

Após traçar um histórico do nacional-desenvolvimentismo e da participação de intelectuais e teóricos no âmbito da ciência econômica, passaremos para a análise de dois autores atuantes nesse processo, e que estavam vinculados à Cepal.

1.1.3 Os Cepalinos

Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares tiveram em comum sua atuação à frente da CEPAL, a carreira universitária e o exílio. Além disso, tiveram em comum um conjunto de ideias sobre o processo de desenvolvimento brasileiro. O economista paraibano Celso Furtado foi um dos principais intelectuais brasileiros na área da Economia no século XX. Teve grande experiência nos espaços de formulação de políticas econômicas governamentais no Brasil e na América Latina, como foi o caso da sua participação na CEPAL, no Grupo Misto CEPAL-BNDE, no Ministério do Planejamento e na Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), durante o governo de João Goulart.

Segundo Francisco de Oliveira (1986), no texto “Celso Furtado e o pensamento econômico brasileiro⁹”, o pensamento de Furtado não pode ser deslocado da CEPAL, da qual foi um dos grandes nomes. Essa produção intelectual cepalina cria uma “terceira via latino-americana” à duas correntes teóricas que predominavam até então. A primeira dessas correntes é a neoclássica, que dominou as ciências econômicas em fins do século XIX até sofrerem mudanças importantes a partir da teoria keynesiana. Francisco de Oliveira afirma que essa vertente se caracteriza pela a-historicidade e pela falta de especificidade temporal, o qual usa os mesmos pressupostos para países desiguais. A segunda vertente é a marxista, que teria perdido a especificidade da periferia no sistema capitalista ao adotar a teleologia – ou seja, de que os países passariam da etapa de subdesenvolvimento para desenvolvimento – como forma de análise. Seria nesse vazio teórico que o pensamento furtadiano e cepalino emergiram, tomando empréstimos tanto do neoclassicismo, quanto do keynesianismo e do marxismo (OLIVEIRA, 1986, p. 151-153). O subdesenvolvimento surgiu, então, como conceito importante para se pensar a especificidade das economias latino-americanas que tinham grandes diferenças com as economias centrais, principalmente na questão da difusão do progresso técnico contemporâneo. Plínio de Arruda Sampaio Junior (1997), em sua tese de doutorado¹⁰, afirmou:

Na interpretação de Celso Furtado, o subdesenvolvimento é produto de um sistema econômico mundial que integra, em um mesmo padrão de transformação, formações sociais que têm capacidades assimétricas de introduzir e difundir progresso técnico. A discrepância na capacidade de elevar a produtividade média do trabalho e na capacidade de socializar o excedente entre salário e lucro faz com que o estilo de vida

⁹ In: MORAES, R. (Org.). *A inteligência brasileira*. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1986.

¹⁰ SAMPAIO JUNIOR, P. S. A. *Entre a nação e a barbárie: uma leitura da contribuição de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Celso Furtado à crítica do capitalismo dependente*. Campinas, 1997. Tese de Doutorado – IE/Universidade Estadual de Campinas.

que prevalece nas economias centrais não possa ser generalizado para o conjunto da população das economias periféricas. O subdesenvolvimento surge quando, ignorando tais diferenças, as elites que monopolizam a apropriação do excedente impõem a cópia do estilo de vida dos países centrais como prioridade absoluta do processo de acumulação, o que impede a integração de parcela considerável da população no tipo de vida material e cultural propiciado pelo capitalismo. [...] Por essa razão, o subdesenvolvimento não é uma fase que possa ser superada pelo simples crescimento econômico (SAMPAIO JUNIOR, 1997, p. 195-196).

Levando em conta a citação de Plínio de Arruda Sampaio Júnior, Furtado considerou que havia alguns problemas no processo de desenvolvimento latino-americano, e um desses problemas era a forma de repartição da renda, dos lucros e do consumo, a qual acabava desviando recursos importantes que poderiam ter melhor destinação às melhorias na produtividade média do trabalho e dos investimentos. Dessa forma, o esforço de Furtado se deu no sentido de estabelecer critérios éticos para o funcionamento da economia, através da definição de parâmetros éticos para a atuação do Estado (SAMPAIO JR, 1997, p.78).

Furtado elaborou uma interpretação do Brasil, articulando sociedade, economia e suas relações com o Estado, pensando as formas da transição para a economia industrial e as novas funções que o Estado passou a exercer. De acordo com Oliveira ¹¹(2003), a obra *Formação Econômica do Brasil*, tornou-se referência para se pensar a economia e a sociedade nacionais:

Essa interpretação tornou-se hegemônica, influenciando na ação estratégica de curto, médio e longo prazos, formando os quadros da burocracia estatal, influenciando na formação acadêmica, moldando a ideologia do desenvolvimento que se firmou no país pelo menos durante o período populista. As orientações políticas tomaram a ideologia do desenvolvimento como sua estrela polar; mesmo a esquerda, de início hostil e renitente, acabou por render-se ao encanto do esquema furtadiano, [...] (OLIVEIRA, 2003 p. 60).

O livro de Celso Furtado deu conta da formação econômica do Brasil a partir do século XVIII até o momento de sua escrita, em 1958. Resultado de seu pós-doutoramento na Inglaterra, a obra foi publicada em formato de livro no Brasil no ano seguinte. Condizente com o objeto dessa dissertação, nos concentraremos na quinta parte da obra, que se inicia com a economia cafeeira.

Maria da Conceição Tavares é professora e economista portuguesa naturalizada brasileira e exerceu cargos no BNDE e no escritório brasileiro da CEPAL antes de se auto exilar no Chile, entre os anos de 1968 até 1972, aonde trabalhou no Ministério da Economia do presidente Salvador Allende. Enquanto professora, lecionou na UNICAMP e na UFRJ. A obra

¹¹ O livro desta referência é: OLIVEIRA, Francisco de. *A Navegação Venturosa: ensaios sobre Celso Furtado*. 2. ed. São Paulo: Boitempo Editorial., 2003.

escolhida para esta pesquisa foi seu livro “Da substituição de importações ao capitalismo financeiro”, publicado pela primeira vez no ano de 1972.

Tavares e Furtado tiveram pontos em comum nessa análise, como foi o caso da passagem de uma economia primário-exportadora para um modelo que passou a priorizar a indústria. Nestas obras, Furtado se deteve de forma mais profunda sobre a formação da economia cafeeira e sua superação, enquanto Tavares ampliou a pesquisa para a América Latina.

Furtado inicia o capítulo afirmando que os empresários de economias primário-exportadoras tinham poucas opções de produtos requeridos pelo mercado mundial para fazerem seus investimentos. No caso brasileiro, o café apresentava as maiores vantagens relativas, no final do século XIX os cafeicultores brasileiros controlavam três quartos da oferta mundial desse produto. Uma série de condições favoráveis no período contribuíram para que os investimentos nesse produto fossem de interesse econômico. Primeiro porque houve uma grande inflação de crédito que financiou a abertura de novas frentes de cultivo. A depreciação cambial fez com que os preços nacionais desse produto se elevassem. Além disso, havia a disponibilidade de mão-de-obra e diversos investimentos ligados à infraestrutura de transporte tinham sido realizados (FURTADO, 2005, p. 174-175).

Essas condições atraíam os investimentos e a tendência era de que a expansão do café não declinasse enquanto a expectativa de lucros fosse positiva, tudo o que se necessitava era contrair a oferta de forma artificial, medida adotava pelo governo através da compra e retenção de excedentes. A retenção da oferta e a manutenção dos lucros do setor atraíam maiores investimentos e ampliando ainda mais essa oferta, que não era acompanhada pela evolução da procura, o que gerava um problema para o futuro. Esse complexo mecanismo de defesa da economia cafeeira funcionou até o fim da década de 1920, quando sofre o impacto da crise de 1929 (FURTADO, 2005, p. 177-178).

Para Tavares (1978), a pesquisa acerca da economia primário-exportadora na América Latina, ou como ela denomina, economia “para fora”, se deu com a análise do desempenho dos setores exportadores e do setor interno desses países em contraste com os países desenvolvidos. No desenvolvimento das economias centrais, o setor exportador foi importante e desempenhou aquelas funções, mas o investimento e progresso tecnológico no setor interno também tinha destaque. As importações tinham o objetivo de suprir a demanda por matérias primas que não eram produzidas internamente devido as condições naturais. Já nos países da América Latina a exportação se configurava como centro dinâmico da economia, e seu efeito irradiador e distribuidor de renda sobre o sistema era limitado, dando lugar a um processo de urbanização

ao qual iam se estabelecendo indústrias de bens de consumo interno de baixo nível de produtividade. Como essa atividade interna era limitada e não conseguia ter dinamismo próprio, somado ao fato do setor exportador era o componente principal da renda, a economia ficava dependente da demanda externa por produtos primários, e as importações deveriam dar conta de bens de consumo terminados e os bens de capital necessários as indústrias do mercado interno (TAVARES, 1978, p.31-32).

Para a autora, o cerne do problema está vinculado ao quadro da divisão internacional do trabalho, que tem como consequência uma divisão do trabalho social no centro totalmente diverso da América Latina, que tem como características uma alta rentabilidade do setor exportador associado com um setor interno de baixa produtividade e uma agricultura de subsistência. Essa divisão tinha como consequência uma distribuição de renda desigual, no qual a maioria da população tinha um nível de renda baixo, enquanto as classes altas conseguiam altos rendimentos, o que lhes dava acesso a padrões de consumo próximos aos dos grandes centros, atendidos pelas importações:

O cerne da problemática do crescimento “para fora” típico de nossas economias está evidentemente vinculado ao quadro da divisão internacional do trabalho que foi imposto pelo próprio processo de desenvolvimento das economias líderes e do qual decorria, para os países da periferia, uma divisão do trabalho social totalmente distinta do centro (TAVARES, 1978, p. 31).

A divisão internacional do trabalho impôs - segundo Tavares (1978) - internamente à América Latina, uma divisão social do trabalho que proporcionava uma grande desigualdade de renda. Para as classes altas cujos rendimentos dependiam desse tipo de modelo econômico, não havia problema, visto que sua demanda era atendida pelas importações. Esse cenário mudaria a partir da crise desse modelo e a transição para um novo (TAVARES, 1978).

Os dois autores também falaram sobre como as medidas de defesa para a renda cafeeira (ou do setor “para fora”) impulsionaram o processo industrial. Para Furtado, quando a crise de 1929 atingiu a economia brasileira, as lavouras de café estavam em expansão, até porque como as lavouras levam tempo para crescer, as grandes plantações de 1927 e 1928 só deram resultado em 1933. Como a oferta de crédito externo havia se tornado escassa para financiar a retenção dos excedentes, a solução adotada pela economia cafeeira, ou seja, os cafeicultores e sua mobilização junto ao Estado, foi a de transferir esse custo para o restante da sociedade, garantindo recursos internos ao país. Uma das formas que foi feito essa transferência foi através da alta dos preços de importação. Outra forma foi através da expansão do crédito, depreciando a moeda e contribuindo para um desequilíbrio externo (FURTADO, 2005, p. 182-185).

As medidas de defesa da renda interna acabaram provando um desequilíbrio externo. Em primeiro, as divisas advindas das exportações não davam conta da demanda por importações, o que gerava uma renda represada. Em segundo lugar, a depreciação da moeda nacional encarecia os produtos importados frente aos nacionais, criando um novo nível de preços relativos para os artigos de produção interna e os importados (FURTADO, 2005, p. 198).

Diante desses fatores, a renda represada acabou se transferindo para o mercado interno, criando uma situação inédita no país, em que o setor interno apresentava melhores oportunidade de investimento do que o setor externo, sendo preponderante na formação de capital (FURTADO, p. 195).

Para Tavares, essa foi a primeira fase do “processo de substituição de importações”, que se estendeu para outros países da América Latina. Ele pode ser estendido como um processo que procurou “repetir aceleradamente, em condições históricas distintas, a experiência de industrialização dos países desenvolvidos” (TAVARES, 1978, p. 35). O segundo período, do final da segunda guerra até 1954, representou uma melhora do setor externo e da atividade interna, resultando um aumento do dinamismo econômico como um todo. A partir de 1954 as condições externas voltaram a piorar, e conseqüentemente a capacidade para importar se reduziu novamente. A maior parte dos países não puderam continuar seu ritmo de desenvolvimento pela via substitutiva, com exceção de México e Brasil, que continuaram sua expansão em ritmo acelerado. Isso foi possível, no caso brasileiro, a capacidade do setor privado e a política econômica do governo que se orientou na componente dinâmica do modelo (TAVARES, 1978, p. 37-38).

Retornando à obra de Celso Furtado, o autor afirmou que entre os anos de 1939 até 1949, operou-se um processo de retorno aos preços relativos de 1929, com a elevação dos preços internos do país e a revalorização da moeda, o que fez com que as importações subissem bruscamente. Ao se reestabelecer esses preços, o nível de gastos com a importação se tornou incompatível com a capacidade de importar, pois os desejos de consumo da população excediam as reais possibilidades de pagamento (FURTADO, 2005, p. 212-214).

Para correção desse desequilíbrio, o governo adotou uma série de mecanismos para controle de importações, medida de importância central para a intensificação da industrialização brasileira, pois houve

[...] uma redução relativa das importações de manufaturas acabadas de consumo, em benefício da de bens de capital e de matérias-primas. O setor industrial era assim favorecido duplamente: por um lado, porque a possibilidade de concorrência externa se reduzia ao mínimo através do controle das importações; por outro, porque as matérias-primas e os equipamentos podiam ser adquiridos a preços relativamente

baixos. [...] Criou-se, em consequência, uma conjuntura extremamente favorável às inversões nas indústrias ligadas ao mercado interno. Essa conjuntura foi responsável pelo aumento da taxa de capitalização e pela intensificação do processo de crescimento que se observa no pós-guerra. Enquanto continuava a elevar-se dentro do país o nível geral de preços os bens de capital podiam ser adquiridos no exterior a preços praticamente constantes (FURTADO, 2005, pg. 214-215).

Para ele, o que se operou no Brasil não foi apenas uma transferência de renda para o setor interno, nem mesmo da agricultura para a indústria, uma vez que tanto o setor ligado ao mercado externo quanto os preços agrícolas evoluíram de forma positiva durante o período. O que aconteceu foi uma concentração na mão dos empresários industriais, fruto da melhora econômica como um todo. Caso as medidas cambiais não tivessem sido tomadas, provavelmente o aumento da produtividade teria sido absorvido pelo consumo. Ainda para esse autor, o aumento da produtividade industrial como consequência do sistema cambial implantado não foi benéfico apenas para a indústria, pois parte desse benefício foi transferido para a população em geral devido à baixa de preços (FURTADO, 2005, p. 216-220).

Como observado anteriormente, a obra de Furtado discutiu a formação econômica do Brasil até o momento de sua escrita, ao final da década de 1950. Para continuar a discussão dos desenvolvimentistas, passaremos a análise mais atenta da obra de Maria Conceição Tavares.

No período do pós-guerra, Tavares analisou que o desenvolvimento se deu em condições de maior dinamismo do setor exportador. No entanto, a partir de 1954 a perda de dinamismo deste setor teve de ser compensada com a entrada de capital estrangeiro. Assim, os anos de 1955 até 1961 são de uma nova fase de desenvolvimento, na qual houve um aumento da participação direta e indireta do Estado, bem como do capital estrangeiro nos investimentos, consubstanciados através do Plano de Metas, que deu certo grau de racionalidade à expansão industrial. Essa fase teve como característica um aceleração do processo de substituição de importações no Brasil, com a instalação de indústrias dinâmicas, como a automobilística, de material elétrico pesado, de bens de capital e indústrias básicas (TAVARES, 1978, p. 38).

Esse modelo de desenvolvimento, para Tavares (1978), apesar de ter tido como características altas taxas de crescimento da economia como um todo, apresentou desequilíbrios sociais. A incapacidade dos setores dinâmicos de absorverem as massas crescentes de trabalhadores, fez com que grande parte da população trabalhasse nos setores atrasados da economia, criando um modelo dual. Essa dualidade reflete nos modos de consumo da sociedade, pois a massa de trabalhadores do setor “atrasado” fica a margem desse mercado consumidor, enquanto a cúpula tem acesso a bens de consumo duráveis, como por exemplo, carros de luxo. Esse modelo dual cria um círculo vicioso, pois os ramos mais dinâmicos

necessitavam, para sua expansão, a continuar a explorar a demanda dessas classes altas (TAVARES, 1978, p. 107-114).

A crise dos anos 1960 esteve relacionada, conforme escreveu a autora, a nível estrutural, com o esgotamento do modelo de industrialização substitutivo. A distribuição extremamente concentrada limitava a diversificação e expansão do consumo, e o declínio da rentabilidade e a redução do volume de recursos para investimento levaram a uma forte redução das taxas de investimento públicas e privadas. No governo de João Goulart, o *Jango*, houve uma tentativa de redistribuição de renda a favor dos assalariados e de frear a inflação via contenção do crédito privado, que tiveram um resultado depressivo (TAVARES, 1978, p.167-170).

Os anos críticos da crise revelaram o esgotamento do modelo de substituição de importações que, apesar de altas taxas de crescimento econômico, marginalizou grande parte da população do mercado capitalista que se criava. A partir do golpe de 1964 houve o início de um novo modelo, que teve como características, na visão de Tavares, a concentração empresarial e financeira, e a cooperação entre Estado e capital estrangeiro (TAVARES, 1978, p.170-173).

Nos anos de 1964-1966, Tavares afirma que se acentuou a depressão, ao serem freados os habituais mecanismo de financiamento. A carga fiscal elevou-se, bem como diminuiu o gasto público e se restringiu o crédito. Nessa fase, diversas empresas marginais foram liquidadas, abrindo terreno para uma reconcentração da atividade industrial. A compressão salarial ajudou nesse sentido, pois atuou em favor de empresas que tinham melhores condições de sobreviver (TAVARES, 1978, p. 171-172).

A partir de 1966, o governo construiu um novo esquema de financiamento do setor público e privado:

O capitalismo brasileiro tinha condições para passar a um esquema de expansão cujos estímulos emanavam do próprio sistema (sem que isso significasse o enfraquecimento dos laços de dependência externa, tornando-os, pelo contrário, mais estreitos) [...]. Esse quadro de soluções só poderia ser viável a partir de uma reordenação da política econômica pública no que diz respeito a financiamento, distribuição da renda, orientação dos gastos e assinação de recursos, exigindo, ainda, uma rearticulação do sistema monetário-financeiro em outras bases (TAVARES, 1978, p. 172).

Nesse novo modelo, a autora afirmou que o Brasil, apoiado em seu mercado interno, buscou uma maior solidariedade entre o Estado (enquanto Estado-empresário) e capital internacional no investimento dos setores estratégicos (petroquímica, mineração, siderurgia, energia elétrica, transportes e mineração). Na divisão de tarefas, coube ao Estado a

responsabilidade mais pesada, ou seja, a de atender o mercado interno com insumos baratos (TAVARES, 1978, p. 178-179).

O processo de reconcentração, que estava em curso desde 1964, apoiou-se nos novos mecanismos de poder do Estado e pelo crescente controle financeiro e tecnológico do capitalismo internacional. As empresas mais modernas e as empresas líderes estavam em posição para gerar e se apropriar de grande parcela do excedente econômico. No que diz respeito ao mercado financeiro, este foi se desenvolvendo inicialmente como um conjunto de agências nacionais, mas principalmente estrangeiras, com o objetivo de permitir um controle mais orgânico da expansão capitalista, e uma melhor integração do capital nacional com o estrangeiro (TAVARES, 1978, p. 179-181).

As características da economia brasileira após o esgotamento do processo de substituição de importações foram a concentração empresarial, a atuação do Estado ao lado do capital estrangeiro, e a formação de um mercado financeiro. Esse processo possibilitou uma adaptação do Brasil ao mercado mundial:

O capitalismo brasileiro, após uma importante ruptura em seu esquema político, parece haver conseguido tirar maior proveito de seu poder de controle sobre as variáveis chaves da acumulação e modernização, conseguindo, além disso, alcançar um modesto lugar, embora relativamente privilegiado, no novo esquema de divisão do mercado regional e internacional que vem se processando através das corporações transnacionais (TAVARES, 1978, p. 206).

Discutindo as tendências de concentração da economia, Tavares escreveu que as grandes empresas – solidamente consolidadas e em sua maioria estrangeiras – tinham relativa autonomia em seu financiamento, diferente das empresas cujo poder financeiro é frágil, com poucas possibilidades de expansão e sem apoio considerável dos grupos financeiros. Dessa forma, aquela articulação entre capital financeiro e industrial que deu sustentação ao processo de integração capitalista foi substituído não estava mais em condições de se realizar (TAVARES, 1978, p. 248-252).

Enquanto para os países centrais o capitalismo financeiro significou uma etapa mais avançada do desenvolvimento das forças produtivas internas em sua expansão monopolística mundial, no Brasil ele correspondeu a uma tentativa de adaptação da estrutura oligopólica interna as novas regras mundiais:

[...] um processo cujo caráter supõe o estabelecimento de um novo esquema de articulação entre empresas públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, no qual joga um papel decisivo o capital financeiro internacional, e que corresponde a uma nova

forma de inserção de setores fundamentais da economia brasileira em um marco distinto de relações de dependência. As características dominantes dessas novas relações estão dadas pela dinâmica da competição entre as grandes empresas monopólicas internacionais, num mercado mundial também em rearticulação. O afã competitivo na conquista de novos mercados, a necessidade de controlar e escalonar a introdução do progresso técnico num processo de acumulação de capital em escala mundial, têm levado ao surgimento das novas formas de organização empresarial em conglomerado, que adquirem, muitas vezes, caráter “multinacional” (TAVARES, 1978, p. 254-255).

Essa nova dinâmica estava baseada no aprofundamento e diversificação de consumo das camadas altas e no endividamento das camadas médias. Como essa etapa baseado no consumismo poderia ser de curta duração, houve o esforço pela abertura de mercados externos, na tentativa de encontrar oportunidades de investimento que fossem independentes da expansão autossustentada do mercado de consumo preexistente (TAVARES, 1978, p. 259).

Após a discussão sobre o ciclo ideológico do desenvolvimentismo, da CEPAL e dos autores cepalinos selecionados, passaremos para outra interpretação sobre o processo de desenvolvimento brasileiro, a teoria marxista da dependência.

1.2 Dependência e dependentistas

A teoria marxista da dependência foi construída por intelectuais latino-americanos como forma de pensar o desenvolvimento da região em uma relação de dependência com o capitalismo mundial. Por ter essa característica em transbordar a análise fora das fronteiras nacionais, estabeleceu um certo diálogo com os desenvolvimentistas e cepalinos. Dentre seus principais autores temos André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra, entre outros.

Foi uma corrente de pensamento politicamente atuante, a qual seus autores brasileiros foram exilados após a instauração da ditadura civil-militar no Brasil¹², da mesma forma isso ocorreu com outros pensadores e militantes em demais países da América Latina onde foram impostas ditaduras, sem contar com os casos mortes e assassinatos. Além dessa exclusão via repressão, Nildo Ouriques (2015), no livro “Colapso do figurino francês: Crítica as ciências sociais no Brasil”, afirmou que houve um processo de exclusão intelectual dos dependentistas no âmbito das ciências sociais no Brasil, principalmente por intelectuais ligados ao Centro

¹² O exílio não envolveu somente intelectuais integrantes da teoria marxista da dependência. O próprio Celso Furtado estava entre os primeiros 100 brasileiros expulsos do país após o golpe de 1964. Como esse tema não faz parte dessa pesquisa, sua indicação visa, para o momento, destacar que a ditadura perseguiu muitos outros “opositores”.

Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), criado em 1969 e com atuação intelectual importante no país no período anterior a 1964 ou no contexto seguinte (OURIQUES, 2015, p. 39-71).

Para a análise da teoria marxista da dependência foram escolhidas duas importantes obras escritas no final da década de 1960 e no início da de 1970, quando os países latino-americanos entravam em uma nova fase de dependência associada a ascensão dos regimes ditatoriais. As obras são: “Subdesenvolvimento e Revolução”, de Ruy Mauro Marini (publicada em 1969), e “O capitalismo dependente latino-americano”, de Vânia Bambirra (escrita em 1970). A relevância dessas obras justifica minha escolha, em que Tânia Bambirra da conta do desenvolvimento capitalismo na América Latina como um todo, e Ruy Marini trata mais especificamente sobre o caso brasileiro. Além destes autores e obras, também será analisada a tese de doutorado (posteriormente publicada em formato de livro) de Plínio de Arruda Sampaio Junior, “Entre a Nação e a Barbárie” (1999), que fez uma análise do desenvolvimento dependente brasileiro com base nos estudos e abordagens de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Celso Furtado, sendo que deteremos nossa atenção mais a este último autor, por ser possível quando não provocativo, estabelecer um diálogo com e entre os desenvolvimentistas.

Vânia Bambirra foi uma intelectual brasileira, professora da Universidade de Brasília e uma das fundadoras da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop), no início da década de 1960. Exilada no Chile, e posteriormente no México - após o golpe de 1964 -, participou do Centro de Estudos Socioeconômicos e foi vinculada como docente a Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM).

A obra aqui analisada, “O capitalismo dependente latino-americano”, foi publicada no Chile, em 1972. Neste livro, Bambirra tratou do movimento de expansão do capitalismo mundial no decorrer do século XIX, que formou nos países da América Latina economias dependentes no modelo primário exportador, bem como a superação desse modelo. Após isso, a autora analisou os processos de industrialização dessas economias e a transição para uma nova fase de dependência, com características diversas da primeira, sob hegemonia estadunidense após a segunda guerra mundial.

É necessário destacar que Bambirra (2015) fez uma diferenciação entre os países da região entre dois grupos. O grupo A foi composto pelos países cuja industrialização começou antes da segunda guerra mundial, dentre os quais estavam o Brasil, Argentina, México, Chile, Uruguai e Colômbia. O grupo B seria composto por países que começaram a construir seu parque industrial após a segunda guerra, sob controle do capital estrangeiro, como os casos da

Venezuela, Equador, Peru, Costa Rica, Guatemala, Bolívia, El Salvador, Panamá, Nicarágua, Honduras, República Dominicana e Cuba. Pode-se ainda subdividir esse grupo B em um outro grupo C, de países – que até a escrita do livro – não tinham diversificação industrial, como foi o caso do Paraguai e Haiti (BAMBIRRA, 2015, pg. 55-32). Portanto, concentraremos nossa análise no grupo A.

Ruy Mauro Marini foi um cientista político brasileiro que, assim como Vânia Bambirra, foi professor da UnB e um dos fundadores da POLOP, sendo exilado após o golpe de 1964, inclusive sendo vítima de tortura em 1965. Teve passagens pelo Chile e o México, país em que exerceu relevante atividade intelectual, atuando na Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM).

O livro aqui analisado, “Subdesenvolvimento e Revolução”, foi escrito no final da década de 1960, quando Marini estava no México. No livro, Marini destacou a especificidade do subdesenvolvimento brasileiro no contexto do desenvolvimento dependente. O autor analisou a formação da economia brasileira enquanto produto da expansão do capitalismo mundial do século XIX, gerando o modelo primário-exportador. Após essa primeira passagem, Marini analisou o desenvolvimento brasileiro a partir de duas fases, uma em que há a construção – com a liderança da burguesia industrial – de um projeto de desenvolvimento autônomo com a aceleração das transferências de renda do setor externo para o interno. A segunda fase marca o esgotamento desse projeto, com a associação de interesses entre Estado, grande capital nacional e estrangeiro, iniciados com a Instrução 113 da SUMOC e aprofundado a partir de 1964. Como se poderá perceber, a obra de Marini demonstrou que, à medida em que o processo de desenvolvimento capitalista brasileiro se aprofundava, se intensificava as relações de dependência com os centros hegemônicos.

Para ambos os autores o processo de industrialização dos países latino-americanos no século XX foi possível graças a uma renda interna preexistente, fruto de relações capitalistas já estabelecidas. Para Bambirra (2015), a expansão do capitalismo mundial provocou modificações nas economias latino-americanas, gerando o modelo primário-exportador, que se vinculou ao sistema mundial dando sustentação ao mesmo, através da exportação de matérias primas e a importação de produtos industrializados. Essas modificações acabaram por criar “efeitos colaterais”, que dinamizaram o setor interno vinculado a economia exportadora, gerando nesse processo as condições para superação do modelo primário-exportador (BAMBIRRA, 2015, pg. 65-71). Marini tratou esse momento como o início da dependência brasileira em relação aos países centrais, no qual a consequência foi a implantação da

superexploração enquanto regime de trabalho, gerando baixos salários e desempregos nos países dependentes (MARINI, 2017, p. 47-52)

Assim, a dependência em relação ao centro moldou as estruturas produtivas dos países “atrasados”, ao mesmo tempo em que estas estruturas foram redefinidas ao longo do processo:

Portanto, embora todo o processo de modernização do setor exportador e dos setores complementares a este se realize em função dos interesses hegemônicos da metrópole capitalista e dos setores oligárquicos minerador, latifundiário e comercial exportador – em função do qual evoluem as relações de produção e se expande o mercado interno, que em grande medida (nos setores de altas rendas que vivem da exploração de mais-valia) é atendida pela produção manufatureira europeia –, a estrutura interna adquire um relativo dinamismo próprio, resultante do desenvolvimento da indústria e que funciona segundo leis específicas do novo modelo de capitalismo dependente (BAMBIRRA, 2015, p. 74).

Assim como os desenvolvimentistas, nos dependentistas as crises da primeira metade do século XX foram consideradas como processo de transição para um modelo econômico que teria como centro dinâmico a instalação de indústrias. No entanto, as duas correntes destacaram que essa liderança da indústria não se deu de forma independente ao setor exportador, mas graças a este, pela importância que este setor tinha na economia como um todo:

No entanto, sua independência [do setor industrial] é relativa, pois, embora a indústria tenda, no final das contas, a subordinar o setor exportador, necessita dele como condição de sobrevivência e expansão. Seus limites estão dados, portanto, pela dependência em relação ao funcionamento do setor exportador, que é, em última instância, a dependência em relação ao funcionamento do sistema capitalista mundial em seu conjunto (BAMBIRRA, 2015, p. 77).

Marini trabalhou isto através da noção de pacto de compromissos:

O pacto estabelecido entre a burguesia agroexportadora e a burguesia industrial expressava uma cooperação antagônica e não excluía, portanto, o conflito de interesses no interior da coalização dominante. As divergências sobre a política cambial e de crédito, as tentativas constantes da burguesia industrial de canalizar para si o excedente gerado no setor exportador, e seu propósito de assegurar através do Estado o desenvolvimento dos setores básicos foram motivos de conflitos interburgueses constantes, que se manifestaram numa instabilidade política superficial, sem nunca colocar em xeque, de fato, as próprias bases do poder. Estas tensões resultavam, em última instância, dos movimentos do polo econômico vinculado ao mercado interno, em sua progressiva busca por se libertar da dependência do polo externo e impor seu predomínio (MARINI, 2017, p. 57).

De acordo com o autor, as divergências na coalizão dominante resultavam da força que a classe industrial estava ganhando com o processo de substituição de importações. Ao fim da segunda guerra mundial, temos o esgotamento da primeira fase do processo substitutivo, até

então limitado aos bens de consumo não-duráveis¹³. O esgotamento se deu pelas dificuldades enfrentadas pelas indústrias em importar os equipamentos e bens intermediários necessários à expansão das mesmas, criando a consciência em avançar o processo substitutivo para esse tipo de indústria (bens duráveis, intermediários e de capital). Para dar conta do aprofundamento da industrialização, fazia-se necessário aumentar as transferências do setor externo para o interno, bem como proteger o mercado nacional, através de barreiras alfandegárias. Isso fez com que os interesses da burguesia se chocassem com o dos latifundiários e do capital estrangeiro, mas nesse primeiro momento a burguesia tinha apoio das classes médias e do proletariado que se beneficiavam com a urbanização e industrialização (MARINI, 2017, p. 57-58).

A liderança da burguesia industrial se devia ao fato de que foi a única classe com condição de aproveitar as contradições existentes entre as antigas classes e conseguir reivindicar para si uma participação importante no controle do poder. A classe industrial representou os interesses do desenvolvimento do sistema de dominação em seu conjunto e, com ela, outras classes puderam aumentar sua participação no sistema econômico, como foi o caso das classes médias, que se beneficiaram através de empregos decorrentes do desenvolvimento industrial e da ampliação do aparelho burocrático público (BAMBIRRA, 2015, p. 89).

Baseado nas reflexões dos autores, podemos inferir que apesar da ascensão da burguesia latino-americana (países do grupo A) a partir da primeira metade do XX, sua liderança frente ao processo de desenvolvimento capitalista na região esteve vinculada a um Estado de compromisso, que também defendia os interesses das antigas classes dominantes ligadas ao setor externo, visto que a indústria ainda dependia da renda dessas classes para financiar a continuidade de seu próprio desenvolvimento.

O projeto de desenvolvimento autônomo da classe industrial começou a fracassar a partir da nova fase imperialista, no pós-segunda guerra mundial, quando o capital estrangeiro começou a penetrar nos setores-chave das economias regionais, marginalizando parte da burguesia nacional do controle desses setores. A partir daí “a história das burguesias nacionais latino-americanas [...], é a história de sua integração ao imperialismo, de sua submissão enquanto classe ao imperialismo, do abandono de suas ambições nacionalistas e autonomistas e do fim dos seus projetos próprios” (BAMBIRRA, 2015, p. 134).

Essa nova fase do capitalismo se caracterizou pela hegemonia do capitalismo estadunidense no pós-guerra, cuja economia se caracterizava pelo alto desenvolvimento

¹³ Mas não ficou limitado a este setor. Temos como exemplo a construção da siderúrgica de Volta Redonda, em 1941.

tecnológico e pela concentração financeira e empresarial. Através dessa dominância que se consolidou o desenvolvimento do sistema capitalista mundial, baseado no processo de proliferação das grandes empresas multinacionais, difundidas em todo mundo capitalista a partir dos acordos regionais de comércio e da criação de sistemas financeiros internacionais. Nessa fase, o imperialismo não se orientou mais para o domínio das matérias primas e mercados, mas, sim, para investimentos mais vantajosos, como foi o caso do parque industrial nos países tidos como em desenvolvimento (BAMBIRRA, 2015, pg. 121-123).

Dentre os motivos dessa penetração do capital estrangeiro, Bambirra (2015) citou o grande desenvolvimento das forças produtivas do centro hegemônico que gerou a necessidade de novos mercados para seu excedente, em especial para as máquinas e equipamentos que rapidamente se tornavam obsoletos. Em segundo lugar, o lobby das burguesias nacionais em busca de proteção às empresas estrangeiras fez com que essas mesmas empresas instalassem filiais nos países dependentes. Além disso, a existência de uma infraestrutura prévia, mão de obra barata, um mercado nacional (com possibilidades de expansão) e facilidades para remessa de lucros foram primordiais para essa expansão de capital estrangeiro (BAMBIRRA, 2015, p. 133-136).

Para Marini, essa fase significou o esgotamento do modelo de desenvolvimento “autônomo”, que significou, para o autor, o fim da oposição da burguesia frente ao capital estrangeiro. Essa fase se iniciou com a edição da Instrução 113 da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito), em 1955, no governo provisório de Café Filho. Através dessa medida, os equipamentos introduzidos no país por empresas estrangeiras não precisavam de cobertura cambial, exigência que era mantida para as empresas estrangeiras. A partir dessa instrução, a burguesia aceitava a entrada de capital estrangeiro como solução para o esgotamento do modelo anterior, renunciando a política nacionalista esboçada durante o governo Vargas e se aliando ao capital estrangeiro na nova etapa de desenvolvimento econômico brasileiro (MARINI, 2017, p. 80-81).

O novo amalgama do poder nos países latino-americanos passaram a agregar o capital financeiro como sócio importante. No entanto, para Bambirra, não seria viável conceber um projeto de desenvolvimento capitalista nacional de forma alheia ao desenvolvimento desse em escala mundial. Isso ocorre porque, na medida que o processo de industrialização nos países dependentes ocorre numa etapa de progresso técnico já atingido por outros países, ele já não poderia seguir seu curso natural prescindindo das tecnologias desses outros países. Disso decorre que “a penetração do capital estrangeiro é uma consequência da dependência que a industrialização apresenta da importação de máquinas, equipamentos e matérias-primas

elaboradas e/ou semielaboradas pelos países capitalistas desenvolvidos” (BAMBIRRA, 2015, p. 138).

Através dessa última questão tratada, ou seja, do aprofundamento do processo de industrialização concomitante a dependência de bens importados, é possível estabelecer um diálogo com Tavares (1978). Para esta autora, à medida que o processo de substituição de importações avançou, acabou por criar novas demandas:

Por outro lado, no lugar desses bens substituídos aparecem outros e à medida que o processo avança isso acarreta um aumento da demanda derivada por importações (de produtos intermediários e bens de capital) que pode resultar numa maior dependência do exterior, em comparação com as primeiras fases do processo de substituição (TAVARES, 1978, p. 39).

Fazendo uma síntese do processo discutido por Bambirra até aqui, se em um primeiro momento, até os anos 1940, o processo de desenvolvimento industrial foi satisfeito mediante a compra de mercadorias-maquinário, através das divisas obtidas pelo setor primário-exportador, no pós-guerra a relação já não era mais de compra e venda, mas de investimento direto, que iam desde a instalação de filiais, passando por aquisição majoritária de ações, até a fusão com interesses do Estado ou com o capital nacional para exploração e abertura de novos ramos produtivos. A instalação de filiais possibilitou a processo de concentração e centralização empresarial, uma vez que as empresas instaladas na região passaram a usufruir da proteção contra empresas estrangeiras, e como seus custos de produção eram mais baixos do que as empresas nacionais, devido a maior aplicação de tecnologias, essas filiais tiveram vantagem na conquista de mercados (BAMBIRRA, 2015, p. 121-136).

Essas vantagens do capital estrangeiro acabaram por alimentar uma espiral. Grande parte dos lucros obtidos era enviada ao exterior como remessa de lucros, que descapitalizam as economias dos países onde essas empresas estavam instaladas. Essa descapitalização tinha como consequência o déficit na balança de pagamentos, que necessitavam de empréstimos para supri-los, o que fez aumentar os serviços da dívida externa, ampliando o déficit e consequentemente a necessidade de capital estrangeiro. Ou seja, os investimentos estrangeiros acabaram por gerar a necessidade de maior investimento estrangeiro (BAMBIRRA, 2015, p. 143).

Levando em consideração a discussão da autora, percebemos que em um primeiro momento, a situação de dependência criou condições para superação do modelo primário-exportador. Até meados da década de 1940, esse novo modelo – baseado no desenvolvimento de atividades urbano-industriais – conseguiu importar os equipamentos necessários à sua

expansão, utilizando as rendas obtidas pelo setor exportador. Após a segunda guerra mundial houve uma nova fase do imperialismo mundial, caracterizado pela hegemonia norte-americana e a concentração empresarial em nível transnacional. Essa nova fase foi marcada pela dependência tecnológica das indústrias nos países dependentes, que tiveram que permitir (ou passaram a ter interesse) na entrada de capital estrangeiro para suprir suas necessidades, possível através da construção de uma aliança entre Estado, grande capital nacional e capital estrangeiro. A entrada de capital estrangeiro, ao contrário de impulsionar o desenvolvimento nacional autônomo, como expôs Vania Bambirra, criou desequilíbrios econômicos que só eram solucionados por novos investimentos externos e, conseqüentemente, geravam uma espiral de desequilíbrios e maior dependência (BAMBIRRA, 2015).

Retornando a Marini (2017), o esgotamento do modelo “autônomo” e a aliança com o capital estrangeiro aconteceu em ritmo acelerado através do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), materializado em seu Plano de Metas, com pesados investimentos em infraestrutura, indústria leve e pesada, proporcionados por uma aliança entre Estado, capital nacional e estrangeiro. A burguesia que se associava ao capital estrangeiro (possível pela Instrução 113) era diversa da pequena e média burguesia, que não tinham condições de participar da aliança (MARINI, 2017, p. 81).

Ao final do governo de Kubitschek, Marini (2017) percebeu que esse modelo de crescimento acelerado foi contido de duas formas. Externamente, o financiamento se esgotara e havia uma grande crise no balanço de pagamentos; e internamente o mercado era insuficiente para absorver a produção industrial, principalmente pela estrutura agrária defasada. A Instrução 113 superou a crise sem solucioná-la e ela explodiu no início da década de 1960, tendo um papel fundamental no golpe de 1964 (MARINI, 2017, p.85).

Os anos de 1960 até o golpe de 1964 foram de graves conflitos na política nacional. No início do período de João Goulart na presidência da república (1961-1964), este teve o apoio da burguesia para enfrentar a grave crise econômica, principalmente a estagnação industrial e a inflação, pois ela via na força sindical do presidente uma força de conter as tensões sociais. Diante disso, o Plano Trienal, construído por Celso Furtado teria como um dos objetivos a estabilização econômica associada a retomada do crescimento. No entanto, o abandono do Plano Trienal, somado à radicalização no plano político nacional – tanto a esquerda como a direita – demonstravam como o esquema burguês-popular era impraticável (MARINI, 2017, p. 96-105). A partir das interpretações do autor, é possível afirmar que o golpe abriu um novo ciclo de desenvolvimento e dependência da economia brasileira.

A ditadura promoveu, pela força, um novo equilíbrio entre as forças produtivas do país, através da contenção salarial e da regulamentação de normas rígidas nas negociações entre sindicatos e empresários. Reeditava-se o pacto de 1937 entre burguesia industrial e oligarquias, na qual a burguesia abria mão da reforma agrária, que ampliaria os mercados internos, em troca da regulação dos preços agrícolas para que fossem favoráveis à indústria (MARINI, 2017, p. 134).

Levando em conta a discussão feita por Marini no livro discutido nesta parte do capítulo, pode-se dizer – de forma sintetizada – que a situação de dependência à qual o Brasil se vinculava ao capitalismo internacional proporcionou a burguesia nacional brasileira a superação do modelo primário-exportador e a construção de um projeto de desenvolvimento no qual teriam a hegemonia do processo. Após tencionar o antigo pacto semicolonial com as antigas classes dominantes, a aliança foi restabelecida e a burguesia nacional adotou o capital estrangeiro e o subimperialismo (atuando enquanto sócio menor do imperialismo internacional) como solução das crises próprias do sistema, ou seja, o reduzido mercado nacional e a insuficiência de recursos internos. A nova aliança entre Estado, grande capital nacional e estrangeiro se deu às custas do declínio das pequenas e médias empresas nacionais e da superexploração da classe trabalhadora. Dessa forma, avanços da indústria nacional significaram o fortalecimento dos laços de dependência com o capitalismo mundial.

Para Bambilra, O sistema capitalista dependente latino-americano sempre cresceu enfrentando profundas crises, cujas respostas foram a aplicação de políticas que aprofundavam o processo de crescimento. Quando o capital estrangeiro entrou para o amálgama de controle das economias dependentes, a solução encontrada para as deficiências foi a procura por mercados externos, que beneficiaria tanto as empresas estrangeiras quanto as empresas nacionais. No entanto, abriram-se contradições entre os interesses capitalistas nacionais e seu caráter estruturalmente dependente (BAMBIRRA, 2015, p.203).

Nos países latino-americanos analisados pela autora se realizou um processo de monopolização que refletiu a centralização e a concentração industrial, processos que afirmaram o predomínio do capital estrangeiro nos setores-chave da economia:

Nos países do tipo A, os novos setores industriais de bens de consumo duráveis e bens de produção são controlados pelos conglomerados multinacionais. Ocorre, portanto, a desnacionalização progressiva da propriedade dos meios de produção, ao que corresponde a perda simultânea do controle nacional sobre o processo produtivo. E desta forma, embora se realize um processo paralelo de fortalecimento do capitalismo de Estado, no plano econômico o mesmo se expressa no crescimento do controle do Estado sobre setores infra estruturais que não competem diretamente com o capital estrangeiro, mas, ao contrário, cuja expansão favorece o funcionamento daquele,

sobretudo ao impulsionar o desenvolvimento dos setores de energia, transporte, comunicações, etc. O capitalismo de Estado tende, pois, a se combinar com o capital estrangeiro e a compartilhar com este os mecanismos de poder; e, mais ainda, a transformar-se no agente da dominação burguesa-imperialista (BAMBIRRA, 2015, p. 216).

De acordo com esta citação, a aliança estabelecida entre Estado e capital estrangeiro se concretizou através da divisão de funções, com o Estado sendo responsável pelo serviço “pesado” de proporcionar infraestrutura. Essa relação se deu através da complementaridade, com o aparelho estatal não competindo nas áreas de atuação do capital privado, mas impulsionando sua rentabilidade.

Esse processo foi expressão da ruptura da aliança entre classes dominantes e dominadas, e da ilusão de um processo de desenvolvimento nacional autônomo. O esgotamento dessa tentativa deu lugar a golpes de Estado, com ação militar e empresarial, cuja função foi a de conter a oposição popular. O resultado final que o desenvolvimento dependente conduziu foi o aprofundamento das contradições entre a concentração do poder político e econômico das classes dominantes e o conjunto da população dominada (BAMBIRRA, 2015, p.217).

1.2.1 As possibilidades de desenvolvimento

Na sua tese de doutorado, com o título de “Entre a nação e a barbárie: uma leitura das contribuições de Caio Prado Jr. Florestan Fernandes e Celso Furtado à crítica do capitalismo dependente”, Plínio Arruda de Sampaio Junior fez uma análise do desenvolvimento dependente brasileiro a partir desses autores, demonstrando a relação entre possibilidades endógenas e limitações exógenas a um projeto de desenvolvimento autônomo. A discussão da análise da obra de Celso Furtado por esse autor se justifica nessa parte do capítulo, pois Sampaio Jr. tem a intenção de observar o desenvolvimento sob a ótica da dependência, e Furtado, apesar de não ser um dependentista (da teoria marxista da dependência), estabeleceu indiretamente um diálogo importante com essa corrente crítica.

O ponto de partida para se pensar o desenvolvimento em um país como o Brasil, segundo o autor, é que esta análise não pode ser dissociada dos fatores externos que influenciaram esse desenvolvimento:

Como a difusão espacial do processo de mercantilização gera relações de interdependência que englobam todas as sociedades que participam do ciclo civilizatório burguês em um mesmo tempo histórico, o caráter do desenvolvimento não pode ser dissociado do modo pelo qual a participação na economia mundial

influencia a capacidade de as diferentes sociedades controlarem os fins e os meios que impulsionam as transformações. A raiz do problema encontra-se na integração de sociedades que apresentam grandes heterogeneidades no grau de desenvolvimento de suas forças produtivas e no tipo de relações de produção em um mesmo padrão de mercantilização. (SAMPAIO JUNIOR, 1997, p. 69-70).

As economias nacionais, para Sampaio Junior (1997) diante da inserção no sistema capitalista mundial, situam-se em uma relação desigual entre vontade e possibilidade. A questão é que uma teoria de desenvolvimento econômico deve observar a contradição entre condicionantes externos e as possibilidades de as forças internas controlarem o desenvolvimento nacional (SAMPAIO JUNIOR, 1997, p. 69-70).

Para Sampaio Junior, a contribuição de Celso Furtado ao estudo do desenvolvimento foi revelar as bases técnicas e econômicas da sociedade nacional com o objetivo de estabelecer parâmetros de intervenção estatal na economia, privilegiando as relações de causa e efeito entre ampliação da produção, progresso técnico e modernização do consumo (SAMPAIO JUNIOR, 1997, p. 78-79).

Continuando sua interpretação de Furtado, Plínio afirmou que para que ocorra o desenvolvimento endógeno dentro do espaço nacional seria preciso condições históricas particulares, uma vez que a mola propulsora do desenvolvimento só funcionaria quando a concorrência atua enquanto instrumento de aumento da produção e da capacidade de consumo da sociedade. Para isso, duas características são fundamentais: a subordinação da acumulação à industrialização e uma relação capital-trabalho equilibrada. A primeira característica necessita do enraizamento do capital na nação (formação de poupança ou capital acumulado), e a segunda pressupõe que a população esteja inserida no processo de desenvolvimento capitalista, e não marginalizada através de uma superpopulação excedente (SAMPAIO JUNIOR, 1997, p. 89-91).

Seguindo com as considerações do autor, as características para o desenvolvimento endógeno citadas acima eram incompatíveis com a heterogeneidade estrutural presente nos países dependentes, uma vez que as assimetrias na estrutura produtiva obrigavam os agentes que não tinham condições de sobreviver a utilizar meios extra econômicos para defender suas posições no mercado. Além disso, o que prevalecia nessas economias era o fato de ter uma grande parte da população trabalhadora marginalizada do processo de desenvolvimento, através da superexploração (e conseqüentemente, com baixos salários), o que limitava o acesso ao consumo, limitando o mercado interno a padrões de consumo da classe alta. Dessa forma, o desenvolvimento endógeno é contraditório com a própria lógica do sistema capitalista

dependente, pois as características desse sistema são a concentração e centralização de capitais em níveis mundiais (SAMPAIO JUNIOR, 1997, p. 90-95).

Segundo Sampaio Júnior, para Furtado a atuação do Estado na economia deveria ter como parâmetros éticos a correção destes desequilíbrios, utilizando o planejamento econômico para elevar o bem-estar social através de uma divisão melhor dos frutos desse processo de desenvolvimento:

Isso significa que, para maximizar as potencialidades construtivas do capitalismo, a sociedade nacional deve ser capaz de repor as premissas de um espaço econômico autodeterminado toda vez que a lógica cega da concorrência ameaçar destruí-las. Estabelecendo os parâmetros que influenciam o horizonte de longo prazo dos investimentos, o Estado deve zelar pela integridade da nação e pelo aproveitamento racional das virtualidades oferecidas pelo contexto civilizatório. Daí a importância crucial do planejamento como meio de estimular a melhor utilização das forças produtivas e o potencial de inovação da sociedade. Cabe ao planejamento basicamente uma tarefa: zelar para que as transformações capitalistas sejam graduadas em função das necessidades e das possibilidades da sociedade nacional (SAMPAIO JUNIOR, 1997, p. 96).

Em resumo, para Furtado – na leitura de Plínio –, a superação da condição de desenvolvimento dependente e o caminho para o desenvolvimento autossustentado teria como premissa básica a atuação do Estado na economia, utilizando instrumentos vinculados ao planejamento econômico para submeter a acumulação nacional à lógica industrial, buscando corrigir a heterogeneidade estrutural com o objetivo de alcançar uma relação capital-trabalho mais equilibrada, na qual os frutos do progresso técnico signifiquem melhora nos padrões de consumo de toda sociedade.

Passaremos agora a parte da obra de Sampaio Junior em que o autor faz sua análise acerca do desenvolvimento dependente. Inicialmente se faz necessário conceituar o que seria esse sistema dependente:

O ponto de partida da problemática do desenvolvimento dependente é que o sistema capitalista mundial é um espaço heterogêneo polarizado em torno de um centro dinâmico, que concentra as economias produtoras de progresso técnico responsáveis pelos impulsos do desenvolvimento, e uma periferia dependente, composta de uma constelação de economias satélites que absorvem com retardo e de maneira restrita as transformações difundidas dos centros hegemônicos. Daí a existência de grandes discrepâncias entre as formas ideais de funcionamento do capitalismo e seu modo real de operação na periferia. Apesar de repetir os mesmos processos vividos pelos centros dominantes, na situação de dependência as estruturas e os dinamismos capitalistas perdem a sua eficácia como mola propulsora do desenvolvimento econômico e do bem-estar social. (SAMPAIO JUNIOR, 1997, p. 100).

O desenvolvimento das economias dependentes, segundo o autor, não se processa exclusivamente no espaço interno da sociedade nacional. Ele foi condicionado por tendências exógenas e processos adaptativos específicos de cada país, ou seja, foi determinado tanto pelos impactos difundidos pelos centros capitalistas como pelo tipo de respostas dadas a esses impactos pelas forças sociais internas. No entanto, o sistema capitalista mundial dificultou a capacidade dessas sociedades dependentes em controlarem seu próprio tempo histórico:

Em suma, o sistema capitalista mundial obstaculiza o desenvolvimento das economias periféricas seja porque a difusão desigual de progresso técnico restringe o acesso dos países dependentes ao patrimônio tecnológico da civilização ocidental, seja porque seus princípios de organização e funcionamento exijam condições materiais, sociais, culturais e políticas que não existem nas regiões periféricas ou que não são aí encontradas na forma necessária para que o capitalismo possa desenvolver todo seu potencial construtivo. Neste contexto, o raio de ação dessas sociedades é historicamente determinado pelas estruturas e pelos dinamismos que estejam sendo transferidos do centro capitalista; pelas condições de acesso a tais transferências o que depende das "exigências" do progresso técnico; e, finalmente, pelos impactos "estruturantes" e "desestruturantes" das tendências disseminadas pelo sistema capitalista mundial sobre as bases econômicas e sociais internas. (SAMPAIO JUNIOR, 1997, pg. 105-106) .

Entre a vontade e a possibilidade, percebe-se que, através da análise de Plínio, os caminhos para o desenvolvimento dos países dependentes tinham limitações que vinham da própria condição do sistema existente em seu desenvolvimento e na formação social das classes. No entanto, não se tratou de um caminho estabelecido unilateralmente a partir dos centros capitalistas, afinal, em última instância, ele depende da articulação desses mecanismos endógenos com as forças sociais internas, que ditaram o ritmo, intensidade e o sentido desse modelo de desenvolvimento.

1.3 O Estado, a Política e a Economia

O Objetivo desta parte do capítulo será observar as relações entre Estado, política, economia e poder de classe no processo de desenvolvimento econômico brasileiro a partir de 1930 até o final da década de 1970. O objetivo é discutir as mudanças qualitativas que ocorreram nesse processo: a ampliação do Estado e sua ação para redefinir o padrão de crescimento econômico, através do incentivo a industrialização; a construção institucional desse Estado, que usou de novos instrumentos – o planejamento econômico, a manipulação do câmbio e do crédito, e o investimento direto na produção – para atuar enquanto agente central no desenvolvimento econômico; a relação do Estado com os industriais. Ao final do subcapítulo, faremos uma

interpretação das correntes econômica brasileiras descritas no livro de Bielshowsky (2000) trabalhado no primeiro subcapítulo, com base nas concepções do “Estado Ampliado”.

A base bibliográfica que deu sustentação a pesquisa veio de: Francisco de Oliveira (2013), no seu livro “Crítica a razão dualista”; Sônia Regina de Mendonça (1985), na obra “Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento”; Octávio Ianni (1971), com “Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)”; o texto de Werneck Baer, Werneck, Isaac Kerstenetky, Isaac e Anibal Villela ¹⁴(1973), “As modificações do Estado na economia brasileira”; Sobre a relação dos industriais com o Estado, utilizaremos a pesquisa de Maria Antonieta Leopoldi (2000), presente no livro “Política e interesses na Industrialização brasileira”.

1.3.1 Classe industrial, Estado e planejamento no Brasil

Nesta parte do capítulo, trabalharemos, através da pesquisa bibliográfica, a nova relação que se estabelece entre Estado, economia e classe industrial no Brasil, principalmente no período pós 1930. Discutiremos a complexa ligação entre a organização da classe industrial no modelo associativo, a construção institucional do Estado e o processo de desenvolvimento econômico brasileiro no período.

A cientista política Maria Antonieta P. Leopoldi (2000)¹⁵ fez uma pesquisa sobre a construção histórica das associações de classe industriais e sua relação com o Estado no processo de industrialização no Brasil. Nessa pesquisa de Leopoldi, é possível observar – utilizando as ferramentas metodológicas com base nas concepções de Gramsci – a construção dos aparelhos privados de hegemonia dessa classe dentro da sociedade civil, e como esses aparelhos intermediaram a relação com a sociedade política, com o objetivo de defenderem seu projeto econômico e social.

Apesar do ano de 1930 ser considerado como um momento de impulso da industrialização nacional para muitos autores, a organização dos industriais começou anteriormente, a partir da década de 1880:

Nesse período, nasce e se consolida um sistema de associativismo privado. Suas características básicas são: concentração de entidades nas áreas aonde se localiza a indústria (São Paulo e Rio de Janeiro) e lideranças provenientes do setor têxtil. [...].

¹⁴ BAER, Werneck, KERSTENETKY, Isaac, VILLELA, Annibal V. As modificações no papel do Estado na economia brasileira. Pesquisa e planejamento econômico, Rio de Janeiro, pp-883-912, 1973.

¹⁵ LEOPOLDI, Maria Antonieta P. Política e Interesses na industrialização brasileira: As associações industriais, a política econômica e o Estado. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

Querem que o Estado defenda a indústria nascente através da política tarifária (LEOPOLDI, 2000, p. 298-299).

De acordo com a autora, a união dos industriais começou na capital federal, a partir da instalação de indústrias na região. Nesse momento, já eram significativos os vínculos entre lideranças industriais e a política. As demandas da classe estavam centradas no pedido de proteção tarifária para o governo frente às oscilações cambiais e do peso do setor importador. A estratégia consistia em campanhas efêmeras, mas que acabaram por sedimentar a união de classe (LEOPOLDI, 2000, p. 60-61).

Para Leopoldi, o período de crescimento industrial posterior a primeira guerra mundial, não pode ser explicado somente por fatores exógenos, mas também pelo papel interno que o lobby ou da atuação direta dos industriais nos órgãos consultivos do governo. A primeira guerra mundial, combinada com questões internas, tais como greve e proteção tarifária, impulsionou a formação de centros industriais setoriais, e consolidou o Centro Industrial do Brasil (criado em 1904), enquanto órgão representativo supra regional dos empresários industriais (LEOPOLDI, 2000, p. 67-68).

Naquele contexto, a autora salienta que a organização em associações industriais estava limitada em duas regiões: Sul de Minas, e o eixo Rio-São Paulo. Em 1928, os paulistas – em vista de seu desenvolvimento industrial acentuado – fundaram uma arena específica de representação de interesses: o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - CIESP (LEOPOLDI, 2000, p. 71-72).

Dessa forma, de acordo com a autora, o processo de industrialização e a organização dos industriais se fortaleciam conjuntamente: a industrialização fortalecia os industriais que – organizados nas associações – pressionavam por maior proteção, impulsionando a industrialização (LEOPOLDI, 2000). De forma resumida, o período pode ser sintetizado dessa forma:

Até 1930, a defesa do setor industrial se faz através de políticas esporádicas, voltadas para a proteção tarifária contra o produto externo concorrente. Ainda como setor subordinado da economia, a indústria vai se afirmando no sudeste do país ao longo desse período, mas a força do constrangimento externo inibe um ritmo acelerado de expansão. Os industriais e os industrialistas (militares positivistas e engenheiros, defensores da industrialização e de um maior envolvimento do Estado no fomento as indústrias nascentes) pressionaram o governo usando as primeiras associações industriais, formadas já na República. As arenas de formulação da política de proteção à indústria são o Congresso Nacional e o Ministério da Fazenda (LEOPOLDI, 2000, p. 288).

1.3.2 Estado, planejamento e classe industrial durante o primeiro governo Vargas (1930-1945)

A justificativa em escolher este recorte temporal, tendo como início a mudança de regime político de 1930, se deu pela própria importância que os autores consultados conferiram ao mesmo, portanto, pelo seu significado e impacto na história do país. A mudança de regime marcou uma mudança no processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, alterando, de forma significativa, o papel do Estado dentro da economia e da sociedade brasileira, bem como a importância das classes sociais e dos setores que estavam representados nesse processo. Francisco de Oliveira (2013), em seu livro “Crítica à razão dualista” descreve o processo desta forma:

A Revolução de 1930 marca o fim de um ciclo e o início de outro na economia brasileira: o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial. [...]. A nova correlação de forças sociais, a reformulação do aparelho e da ação estatal, a regulamentação dos fatores, entre os quais o trabalho ou o preço do trabalho, têm o significado, de um lado, de destruição das regras do jogo segundo as quais a economia se inclinava para as atividades agrário-exportadoras e, de outro, de criação das condições institucionais para a expansão das atividades ligadas ao mercado interno. [...] A destruição das regras do jogo da economia agrário exportadora significava penalizar o custo e a rentabilidade dos fatores que eram tradicionalmente alocados para a produção com destino externo, seja confiscando lucros parciais (o caso do café, por exemplo), seja aumentando o custo relativo do dinheiro emprestado à agricultura (bastando simplesmente que o custo do dinheiro emprestado à indústria fosse mais baixo) (OLIVEIRA, 2013, p. 35).

Através da citação acima, o autor afirmou que estava em curso um novo ciclo de desenvolvimento, no qual a ação estatal passou a priorizar o eixo urbano-industrial em detrimento do setor agrário-exportador (OLIVEIRA, 2013). Para Leopoldi (2003), no texto intitulado “A economia política do governo Vargas (1930 – 1945): a política econômica em tempos de turbulência”¹⁶, o período deve ser colocado dentro de um contexto histórico maior, abrangendo desde a grande crise de 1929 até o fim do governo civil-militar, que compreendeu um momento no qual o Brasil foi um dos países que mais cresceram economicamente no mundo. O arcabouço institucional que permitiu esse crescimento começou a ser construído justamente na primeira era Vargas (LEOPOLDI, 2003, pg. 243).

¹⁶ In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Org.). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Em pesquisa realizada em 1973, Baer, Kerstenetzky e Annibal Vilella¹⁷, concluíram que, após 1930 – pela primeira vez –, um governo brasileiro manifestou interesse explícito na industrialização do país. A expansão e mudança do papel do Estado veio com mudanças institucionais que objetivaram combater a crise e acelerar o processo de industrialização (BAER, KERSTENETZKY, VILELLA, 1973, p. 887-888).

Por sua vez, Octavio Ianni (1971), em sua obra “Estado e Planejamento econômico no Brasil (1930-1970)”, interpretou o momento como transição do Estado Oligárquico para a construção de um Estado Burguês. A revolução expôs as rupturas entre as antigas oligarquias e as novas classes sociais urbanas, e reelaborou as relações entre o Estado e a economia (IANNI, 1971, pg. 13-22).

Agora passaremos para o exame de como ocorreu essa nova relação entre Estado e economia. Para Leopoldi (2003), transcorrido o primeiro momento de recessão (1929-31), a indústria viveria seu primeiro milagre econômico do século¹⁸. A autora concordou com as teses de Furtado (2005) para explicar as causas desse “milagre”. Dentre essas causas, ela salienta que foi o peso da crise externa na economia cafeeira que ajudou a contribuir, indiretamente, para a industrialização via substituição de importações. As crises ajudaram a construir instituições e uma capacidade de governança que ficaria mais evidente a partir do Estado Novo (LEOPOLDI, 2003, pg. 243-248).

Para Ianni (1971) o novo formato administrativo do Estado começou a ser desenhado quando os membros do governo perceberam a dificuldade de lidar com a complexa economia brasileira e com os pontos de estrangulamento expostos pelas crises. Dessa forma, até o final da segunda guerra mundial foram criados diversos órgãos, como comissões, conselhos, departamentos, fundações, etc. O objetivo era “estudar, coordenar, proteger, disciplinar, reorientar e incentivar as atividades produtivas em geral. Ou seja, tratava-se de formalizar, em novos níveis, as condições de intercâmbio e funcionamento das forças produtivas no mercado brasileiro” (IANNI, 1971, pg. 22).

Dentre os órgãos criados, Ianni cita o Conselho Federal de Comércio Exterior (1934), o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1931), o Conselho da Economia Nacional, criado em 1937, e composto por representantes de vários ramos da produção. A própria Constituição de 1937 delegou ao Estado um papel ativo dentro da economia. Esse tipo de ação, que se

¹⁷ BAER, Werneck, KERSTENETZKY, Isaac, VILLELLA, Annibal V. As modificações no papel do Estado na economia brasileira. Pesquisa e planejamento econômico, Rio de Janeiro, 1973, p. 883-912.

¹⁸ Os outros momentos seriam, para a autora, os anos de Juscelino Kubitschek (1956-1960) e, o terceiro deles ocorreu durante o regime militar, entre os anos de 1968 e 1973.

intensificou a partir do contexto da segunda guerra mundial, foi, para Ianni, o início da planificação econômica dentro do poder público, entendida enquanto técnica “mais racional” de análise de problemas e tomada de decisões no âmbito de políticas econômicas. Aos poucos, segundo o autor, foram se criando condições para o desenvolvimento de uma tecnoestrutura¹⁹ estatal no Brasil (IANNI, 1971, p. 43-50).

Para Ianni (1971), ao final da segunda guerra, o planejamento já estava amadurecido e se tornou demanda de lideranças industriais, como foi o caso pessoal de Roberto Simonsen e a organização da conferência das classes produtoras do Brasil, realizada em 1945 (IANNI, 1971, p. 53-55). A interpretação do autor vai ao encontro com as de Bielschowsky (2000), de que o período foi de amadurecimento do planejamento econômico, enquanto técnica de governo:

Foram essas, em síntese, as origens da ideologia e da prática do planejamento governamental no Brasil. Foi uma combinação privilegiada de condições (economia de guerra, perspectivas do desenvolvimento industrial, problemas de defesa nacional, reestruturação do poder político e do Estado, nova constelação de classes sociais) que transformou a linguagem e a técnica do planejamento em um componente dinâmico do sistema político administrativo. Ou melhor, a linguagem e a técnica do planejamento foram incorporadas de forma desigual e fragmentária, segundo as possibilidades apresentadas pelo sistema político-administrativo e os interesses predominantes do setor privado da economia (IANNI, 1971, p. 57).

De acordo com Oliveira (2013), a estratégia dos agentes e da agência do poder estatal é a intervenção para impulsionar o setor urbano-industrial:

Aqui o seu papel [do Estado] é o de criar as bases para que a acumulação capitalista industrial, no nível das empresas, possa se reproduzir. Essa intervenção tem um caráter “planificador” [...] o Estado intervém para destruir o modo de acumulação para o qual a economia se inclinava naturalmente, criando e recriando as condições do novo modo de acumulação. Nesse sentido, substituía-se os preços do “velho mercado” por “preços sociais”, cuja função é permitir a consolidação do “novo mercado”, isto é, até que o processo de acumulação se oriente, com certo grau de automaticidade, pelos novos parâmetros, que serão o novo leito do rio (OLIVEIRA, 2013, p. 40).

Ou seja, para Oliveira (2013), o papel do Estado foi o de impulsionar o novo modo de acumulação (a industrialização) em detrimento do antigo modo (agrário exportador). Isso ocorreu através do estabelecimento do que chamou de “preços sociais”. As principais

¹⁹ O autor usa o conceito de tecnoestrutura em detrimento do de tecnocracia, pois considera este último inadequado, pois “[...] a) Envolve a ideia de governo ou regime em que predominam os técnicos, isto é, uma determinada elite, independente do jogo político dos partidos, das relações e lutas de classes etc. b) Traz consigo a ideia de que a técnica, em sentido lato, é uma variável independente e predominante” (IANNI, 1971, pg. 51).

estratégias para impulsionar a indústria se deram de forma indireta, através do crédito e da manipulação do câmbio, e do investimento direto do Estado em infraestrutura:

[...] Assim, assiste-se à emergência e à ampliação das funções do Estado, num período que perdura até os anos Kubitschek. Regulando o preço do trabalho, [...] investindo em infraestrutura, impondo o confisco cambial ao café para redistribuir os ganhos entre grupos das classes capitalistas, rebaixando o custo de capital na forma do subsídio cambial para as importações de equipamentos para as empresas industriais e na forma de expansão do crédito a taxas de juros negativas reais, investindo na produção (Volta Redonda e Petrobrás, para exemplificar), o Estado opera continuamente transferindo recursos e ganhos para a empresa industrial, fazendo dela o centro do sistema (OLIVEIRA, 2013, p. 40-41)

Foi através dessas estratégias que a indústria evoluiu no período. Leopoldi (2003) construiu uma tabela, baseada na pesquisa de Wilson Suzigan²⁰(1975), que revelou o impulso da indústria no período.

Tabela 1: Produção industrial, PIB, importação de bens de capital para a indústria, 1911 – 1945 (%)

	Produção Industrial	PIB	Importação de bens de Capital para a Indústria
1917-1919	3,6	-	-14,8
1920-1922	6,2	3,2	12,3
1923-1926	0	1,3	14,0
1927-1928	8,0	12,4	-7,2
1929-1932	0	0,3	-31,7
1933-1936	14,1	7,4	41,0
1937-1941	8,3	4,5	-5,5
1942-1945	4,3	1,8	-1,1

Fonte: LEOPOLDI, 2003, pg. 250.

A tabela nos revela informações importantes. O período de 1933-1936 corresponde a um grande salto industrial, influenciado também pela existência de uma base industrial prévia (LEOPOLDI, 2003). Como já foi analisado por Maria da Conceição Tavares (1978), como a demanda interna não poderia mais ser atendida via importações (em decorrência da crise de 1929 e da segunda guerra), essa demanda interna, já existente e represada, impulsionou o mercado interno. Esse salto foi acompanhado por um grande crescimento de importações de

²⁰ Ver SUZIGAN, W. “Industrialização e política econômica: uma interpretação em perspectiva histórica” In: Pesquisa e Planejamento econômico, vol. 5, n.2, 1975, p. 472.

bens de capital, utilizando de forma seletiva a limitada capacidade de importações (TAVARES, 1978).

Para exemplificar as principais estratégias de ação estatal, torna-se interessante a análise dois casos: a criação da Companhia Vale do Rio Doce e a consolidação do sistema financeiro nacional.

Leopoldi (2003) afirmou que a questão da infraestrutura, principalmente petróleo, siderurgia e energia elétrica, foram essenciais para o salto no processo de desenvolvimento nacional. Essas questões, no entanto, eram controvertidas dentro da elite política e econômica brasileira (LEOPOLDI, 2003, p. 252). A autora traz o exemplo da Vale do Rio Doce para discutir como a questão foi vivenciada à época.

Até as primeiras décadas do século XX, a produção de ferro no Brasil era feita em pequenas oficinas e fundições. Engenheiros formados pela Escola de Minas de Ouro Preto e militares manifestavam o desejo de construir uma grande usina siderúrgica. A partir dos anos 1920 começaram a surgir empresas siderúrgicas de pequeno porte de caráter privado, principalmente estrangeiras. Com a segunda guerra mundial, voltou-se a discutir a questão da construção de um grande complexo siderúrgico no Brasil. Pressionado por militares – segundo a autora – Vargas buscou recursos no mercado externo para avançar nesse projeto. Em 1940 foi criado a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico, encarregada de fazer os estudos para a siderúrgica. Em uma negociação feita com o governo americano no contexto da segunda guerra mundial, o Brasil consegue créditos para a construção da siderúrgica em troca de cooperação militar com os Estados Unidos, o qual cedia bases militares no Nordeste e se comprometia com o fornecimento de minerais para aquele país. A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) foi fundada em 1941, na cidade de Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro, se transformando em exemplo de um projeto nacional que envolveu a aliança entre Estado, industriais e militares (LEOPOLDI, 2003, p. 255-258).

Outro exemplo utilizado pela autora foi o do sistema financeiro nacional. A formação dele é anterior ao primeiro governo de Vargas, assim, até 1920 temos três pilares deste sistema: bancos estatais, dentre eles o Banco do Brasil e alguns bancos estaduais; bancos privados nacionais; bancos estrangeiros, que respondiam, em 1912, por cerca de 45% do ativo total, operando com a exportação de café. A partir da segunda década do século, houve o fortalecimento do Banco do Brasil, através da criação da Carteira de Redesconto (1921) e a Caixa de Mobilização Bancária em 1932. Com essas ações, o governo federal se torna central no sistema bancário, atuando como instituição de apoio e garantia do setor. Dessa forma, o Banco do Brasil, além de operar enquanto banco comercial, atuava como agência financeira do

governo, regulando o mercado bancário e financiando direta ou indiretamente a produção nacional (LEOPOLDI, 2003, p. 263-266).

A autora também afirmou que o sistema financeiro nacional tomou forma sob um período ideológico nacionalista, concordando, assim, com as afirmações de Bielschowsky (2000). O período também marcou a emergência de novos atores sociais: o gerente concursado dos bancos. A atuação no mercado financeiro exigia requerimentos técnicos e da economia brasileira (LEOPOLDI, 2003, p. 267-9).

A regulamentação do mercado de trabalho também foi importante para beneficiar a acumulação industrial, de acordo com Oliveira (2013). Para este autor, a interpretação do salário mínimo enquanto de subsistência, nivelou por baixo os salários dos trabalhadores, operando uma reconversão de um denominador comum para todas as categorias. Isso fazia parte de um conjunto de medidas com o objetivo de transformar a população que afluía para as cidades em um enorme “exército industrial de reserva”, propiciando um horizonte de cálculo médio para o cálculo econômico empresarial. Além disso, a legislação trabalhista retirava de dentro das empresas o custo da reprodução da força de trabalho (como é o caso das vilas operárias no padrão de industrialização anterior), tornando o salário mínimo sua única obrigação dos proprietários capitalistas (OLIVEIRA, 2013, p. 36-39).

Ainda segundo o mesmo autor, o papel da agricultura foi redefinido para atender ao novo padrão de acumulação, graças a ação estatal. Cabia a ela dois papéis fundamentais: primeiro, através das exportações, suprir a necessidade de importar os bens de capital e intermediários necessários à industrialização; em segundo lugar, através de seu subsetor de produção interna, suprir as necessidades de reprodução da mão-de-obra e matérias primas a preços baixos. Dessa forma, o compromisso do Estado – segundo Oliveira – foi o de manter a economia agrária ativa, porém não estimular ela enquanto unidade central do sistema. A solução residia na permanente expansão horizontal da ocupação com baixos sistemas de capitalização, ou seja, a manutenção de um modo de acumulação “primitivo” (OLIVEIRA, 2013, p. 42-46).

Para o autor, a existência desse setor “atrasado” permitiu um extraordinário crescimento do “novo”. Dessa forma, o quadro não teria a ver com uma oposição dualista entre os setores, igual afirmaram alguns cepalinos, mas, sim, uma integração dialética. O argumento de Oliveira é de que a indústria nunca precisou do mercado rural enquanto consumidor para se viabilizar. Sua orientação foi para os mercados urbanos, uma vez que o modelo de crescimento industrial adequou esse estilo de desenvolvimento com as necessidades de acumulação e da realização da mais-valia, através de um crescimento possível pela concentração de renda e de setores de ponta:

A originalidade consistiria talvez em dizer que – sem abusar do gosto pelo paradoxo – a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução das relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação liberado exclusivamente para os fins de expansão do próprio novo (OLIVEIRA, 2013, p. 60).

O autor também dialoga com Furtado (2005) acerca de suas críticas quanto ao papel do consumo nesse modo de acumulação. Para Oliveira (2013), a marginalização de grande parte dos trabalhadores e a existência de um mercado restrito para as classes de maiores rendimentos, não foram problema para esse modelo de acumulação, uma vez que o processo de concentração possibilitou esse formato, e que o próprio processo de acumulação foi voltado para a produção de mercadorias voltadas ao mercado e à obtenção de lucro, e não para o consumo, de suprir um déficit na demanda (OLIVEIRA, 2013, p. 50-51).

Oliveira também estabeleceu um diálogo inicial com a teoria da dependência. Esse diálogo veio através de uma crítica, ao afirmar que a filiação da economia brasileira ao capitalismo no período pós-1930 continha, dentro de si mesma, a possibilidade de reestruturação global, ainda que o esquema da divisão internacional do trabalho fosse adverso, residindo aí a “diferenciação da tese básica da dependência, que somente vê possibilidade quando há sincronia entre os movimentos interno e externo” (OLIVEIRA, 2013, p. 62). Através da discussão da obra de Marini (2017), já indicada no capítulo anterior, percebe-se que, apesar do autor dar relevância aos processos exógenos, eles são sempre analisados em diálogo com os processos endógenos, com o autor, Chico de Oliveira, analisando também a conformação das classes sociais internas ao processo de desenvolvimento do capitalismo subdesenvolvido.

É interessante para essa discussão observarmos a relação entre Estado e classe industrial no período. Para Leopoldi (2003), desde o início do governo Vargas ficou explícito que a relação entre o Estado e os industriais mudaria substancialmente, com os representantes de governo atuando enquanto interlocutores atentos e como árbitros entre os interesses agrícolas e industriais, bem como entre trabalhadores e empresários (LEOPOLDI, 2003 pg. 244).

A primeira era Vargas, segundo Leopoldi (2000), foi um período de medição de forças entre o Estado e as associações industriais, no tocante à sua regulamentação sindical. Até aquele momento, os industriais contavam com um modelo que a autora denomina de corporativismo privado²¹. O governo propôs a sindicalização patronal e de trabalhadores, no qual as associações

²¹ Esse modelo teria como característica o privilégio ao aspecto privado da entidade, ao lado de um aspecto semifuncional, que torna a associação como órgão consultivo do Estado. O aspecto privatizante supõe que a relação

de classe deveriam submeter-se ao controle estatal, e teriam, como contrapartida, lugar no interior do Estado enquanto órgão consultivo e técnico (LEOPOLDI, 2000, p. 76). Ou seja, aqui a oficialização concedia acesso da classe ao Estado, porém a proposta do governo Vargas tinha como contrapartida a submissão da associação ao controle governamental.

O CIESP foi a primeira associação industrial a se sindicalizar, e logo substituiu seu nome para Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). A oficialização da entidade, segundo a autora, teve por objetivo demandar maior proteção do Estado em um contexto de crise econômica. A segunda entidade a se oficializar foi o CIB, que mudou sua denominação para Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJ), e tinha como seus porta-vozes Roberto Simonsen e Vicente Galliez, expoentes do novo discurso industrialista nos tempos de Vargas. Também antes do Estado Novo se formou a Confederação Industrial do Brasil (1933-1938) de caráter “nacional” (na verdade supra regional), congregando a FIESP, FIRJ, CIFJ (Centro Industrial de Juiz de Fora) e CIFRS (Centro das Indústrias do Rio Grande do Sul). A Confederação manteve caráter semioficial até 1938, quando se sindicalizou oficialmente sob o nome de Confederação Nacional da Indústria (CNI). Até o golpe do Estado Novo, esse foi um período de afirmação das associações regionais (especialmente em SP e RJ), e mesmo com a adaptação ao novo regime sindical, os industriais desfrutaram de grande liberdade de ação, devido a manutenção do caráter misto (privado e público) de suas associações (LEOPOLDI, 2000, p. 76-80).

A estratégia de criação de um órgão supra regional que representasse seus interesses foi de grande valor para a burguesia industrial, segundo a autora. Foi a Confederação Industrial do Brasil que propôs alterações na legislação sindical, introduzindo uma diferenciação entre sindicatos patronais e de trabalhadores. As associações patronais foram consideradas como órgãos consultivos, capazes de enviar representantes para os principais conselhos governamentais responsáveis pelas políticas econômicas. Outra característica importante para esse modelo associativo, foi a pluralidade sindical instituída em 1934. Com esse dispositivo, os industriais poderiam manter uma associação de caráter oficial e outra de caráter privado, como foi o caso da FIESP, que se desdobrou na Federação Paulista das Indústrias (FIP), em 1937 – que tinha caráter oficial (LEOPOLDI, 2000, p. 81).

Ainda segundo a autora, com a instauração do Estado Novo, o governo pretendia propor modificações na estrutura sindical patronal, principalmente através da extinção dos órgãos

se dá na direção do setor privado para o Estado, e não admite controle ou interferência deste último sobre a entidade (LEOPOLDI, 2000, pg. 75).

privados, submetendo a ponte dos industriais com o governo mediante a oficialização completa das associações de classe em moldes corporativistas. No entanto, os industriais, congregados principalmente em torno da CNI e a FIESP, vetaram essas mudanças, impondo limites à atuação estatal sobre suas entidades representativas. Outra conquista importante foi de que as associações privadas não só sobreviveram, como também poderiam atuar enquanto órgãos consultivos (LEOPOLDI, 2000, p. 81-86). Dessa forma, o que ocorreu não foi um processo de submissão dos industriais com o governo, mas, sim, uma medição de forças, o que demonstrou o poder dessa classe enquanto organizada:

Os industriais do eixo Rio-São Paulo conviveram com regimes de tipo oligárquico, liberal e ditatorial. Desde 1930, contudo, conseguiram fazer com que o Estado, a despeito de sua presença crescente na economia, respeitasse a liberdade de organização em entidades privadas, paralelas ao sindicalismo oficial (LEOPOLDI, 2000, p. 86).

O período de 1943 a 1945, em um contexto de guerra, foi, para Leopoldi, o melhor momento da aliança entre Estado e burguesia industrial. Os líderes da indústria foram chamados a participar do planejamento econômico e exerceram muita influência sobre as políticas de seus interesses (política industrial, energética, comércio exterior, tributação, entre outros). Nesse período também foi formado, por solicitação do governo, um programa de aprendizagem industrial – o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e um serviço de assistência social, o Serviço Social da Indústria (SESI), tendo à sua frente Roberto Simonsen (LEOPOLDI, 2000, p. 86-7). Esse pode ser considerado um momento crítico, o qual

[...] os industriais, através do pensamento de seus líderes e da atuação de seus representantes nos organismos governamentais e depois no Congresso, amadureciam seu projeto de uma política industrial para o país, formulado a partir da luta de várias décadas pelo protecionismo. Paralelamente, em nenhum momento recorrendo a um discurso que sugerisse intenções hegemônicas, a liderança da FIESP e da CNI foi pondo em prática uma série de medidas, estabelecendo alianças estratégicas com o governo e com os militares, criando formas de controlar o movimento operário, ações que indicavam claramente sua busca por uma hegemonia política (LEOPOLDI, 2000, pg. 87).

Levando em conta as considerações levantadas pela autora acerca da organização dos industriais e sua relação com o Estado na primeira era Vargas, percebe-se como é difícil – levando em conta as concepções de Gramsci – separar completamente as esferas da economia e da política. As atuações das organizações industriais nos mostram esse limite. Através das análises de Leopoldi (2000), é possível apontarmos que a organização da burguesia industrial

na sociedade civil – através de seus aparelhos privados de hegemonia –, permitiram a eles estabelecer uma ponte direta com a sociedade política, através de assentos nos órgãos consultivos dentro do próprio aparelho de Estado e no Estado restrito. Seu poder de organização deu margem para negociar com o Estado e atuar com ele, objetivando – com essa aliança – conseguir a hegemonia para seu projeto de economia e sociedade.

Com base nos autores pesquisados, é possível observar que o período recortado foi de mudança qualitativa nas relações entre Estado e economia. Foi um período que pode ser definido enquanto construção das bases para um contexto histórico maior de desenvolvimento econômico, que perdurou até o final da ditadura civil-militar (LEOPOLDI, 2003). O Estado brasileiro atuou, utilizando ferramentas indiretas (câmbio e crédito) e diretas (investimento na produção) para estabelecer um novo padrão de acumulação baseado no eixo urbano-industrial. Para isso, a relação entre capital e trabalho foram alteradas com o objetivo de reduzir o custo da mão-de-obra para a empresa industrial. O papel da agricultura também ficou subordinado ao processo de duas formas, conforme expôs Francisco de Oliveira (2013, p. 42-43): através do financiamento dos equipamentos importados, e do fornecimento de alimentos baratos para reprodução da força de trabalho no mundo urbano. Dessa forma, o setor “velho” se relacionava com o “novo” através de uma integração dialética (OLIVEIRA, 2013). A ampliação do papel do Estado se deu através da construção de uma tecnoestrutura estatal, com o planejamento da política econômica ganhando terreno entre as lideranças produtivas e os membros do governo (IANNI, 1971). A nova forma de organização e ação do Estado também colocou em destaque sua relação com a burguesia industrial. A organização dos industriais em associações de caráter misto (privado e oficial), os fortaleceram para fazer valer seu lobby dentro dos lugares de formulação de política econômica do Estado, em um movimento que se reforçava: o fortalecimento da industrialização favorecia sua organização, que fortalecia o lobby em favor de maiores benefícios para sua classe. Dessa forma, os industriais, em aliança com o Estado, buscavam a hegemonia para seu projeto de classe (LEOPOLDI, 2000).

1.3.3 Estado, planejamento e classe industrial durante a década de 1950

O período correspondente ao segundo governo Vargas, abrangendo os anos de 1951 a 1954, foi interpretado por Octavio Ianni (1971, p. 109) como um momento em que o poder público desempenhou funções mais ativas no sistema econômico-financeiro brasileiro. De forma resumida,

O conjunto das atividades governamentais nos anos 1951-54 revelam que o poder público foi levado a criar mais algumas condições infra estruturais e institucionais para a aceleração do desenvolvimento industrial do País. Não só criaram-se órgãos destinados a favorecer o desenvolvimento econômico, mas também realizaram-se estudos técnico-científicos sobre os problemas econômicos brasileiros. Além disso, aprofundou-se o debate técnico e político sobre as perspectivas abertas à expansão da economia nacional. Mais que isso, ampliou-se a discussão a propósito do planejamento econômico e da adoção de políticas econômicas planejadas por parte do governo e dos setores governamentais (IANNI, 1971, p. 116).

Essa expansão, segundo o autor, foi uma resposta às questões com que o governo se via confrontado. Dentre essas questões, temos a inflação, o déficit no balanço de pagamentos, a demanda por importações de bens de capital, a insuficiência no setor de energia e transportes, e a insuficiência de alimentos para as populações dos grandes centros urbanos em expansão. Esses problemas foram os chamados “pontos de estrangulamento” da economia brasileira, cuja resposta do governo federal foi um maior engajamento do Estado no sistema econômico (IANNI, 1971, p. 112).

Diante desses pontos de estrangulamento, Ianni (1971) descreve como se estruturaram três perspectivas político-econômicas para solucionar esses pontos e construir um projeto de desenvolvimento no e para o país. A primeira dessas perspectivas teve como estratégia a expansão da economia nacional com base na associação com o e no capitalismo mundial, pois só assim a economia no país teria acesso ao capital e a tecnologia necessária para seu desenvolvimento. Para o autor, isso correspondia a uma reelaboração da política que predominou na época em que o Brasil era exportador de matérias primas (IANNI, 1971, p. 134). A descrição dessa corrente vai de acordo com a caracterização da corrente liberal proposta por Bielschowsky (2000), já discutido anteriormente. A segunda estratégia de desenvolvimento nacional, ainda de acordo com o autor, envolvia a socialização dos meios de produção, seja pela via pacífica ou violenta. Acreditavam que a estatização progressiva da economia seria o caminho menos oneroso para a organização socialista da produção (IANNI, 1971, p. 134).

A terceira perspectiva, na visão de Ianni, teria a ver com uma estratégia para impulsionar a formação do que deveria ser um capitalismo nacional no país. Formavam parte desse grupo a pequena burguesia industrial²² e parte da grande burguesia industrial nacional – entenda-se, brasileira –, além de setores do exército e de intelectuais. Para eles, o intervencionismo estatal

²² Ianni estabeleceu uma clivagem na burguesia atuante no país em três grupos. A pequena burguesia industrial compreendia os grupos vinculados a produção de bens de consumo tradicionais. A grande burguesia industrial também se ligava a esse setor (avançando também para o setor de bens de capital), porém com base em grandes empresas, além disso, mantinham relações com o setor agrário, o grande comércio de importação-exportação e o setor financeiro. O terceiro grupo, a grande burguesia industrial internacional, surgiu com os investimentos de capital estrangeiro e as associações de capital (IANNI, 1971, p. 110).

e políticas econômicas nacionalistas eram necessários para acelerar a nacionalização dos centros de decisão sobre economia no país. Não eram totalmente contrários ao capital estrangeiro, mas, sim, que este fosse submetido a um controle nacional, para isso, eram favoráveis ao fortalecimento do setor público e da planificação econômica (IANNI, 1971, p. 135-136). Essa perspectiva seria o equivalente a corrente desenvolvimentista proposta por Bielschowsky (2000).

Para dar pistas de como se deu a ação estatal no período, o autor discutiu um trecho da mensagem de Getúlio Vargas ao Congresso Nacional, enviada no ano de 1952:

Essa intervenção do Estado no domínio econômico, sempre que possível plástica e não rígida, impõe-se como um dever ao governo todas as vezes que é necessário suprir as deficiências da iniciativa privada, ou acautelar os superiores interesses da nação quer contra a voracidade egoística dos apetites individuais, quer contra a ação predatória dessas forças de rapina, que não conhecem bandeira nem cultuam outra religião que não seja a do lucro (VARGAS, Getúlio, apud IANNI, Octavio, Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970), Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971).

Essa citação revelou um discurso do presidente em construir um Estado que protegesse os “interesses nacionais”. É interessante notar que o objetivo seria “suprir as deficiências” da iniciativa privada. Como foi trabalhado anteriormente com Bielschowsky (2000), o desenvolvimentismo ganhava força no período, mas a oposição ainda fazia crítica a um suposto caráter “estatizante” acerca do posicionamento presidente e do governo Vargas. A citação ainda segue de acordo com as afirmações de Oliveira (2013), referenciadas anteriormente no texto, de que o papel do Estado era justamente de expandir a iniciativa privada, notadamente a empresa industrial.

Dentre as ações citadas pelo autor nessa nova conformação do papel do Estado no sistema econômico brasileiro, temos o Plano de Reparcelamento Econômico (PRA). Foi um plano quinquenal de investimentos em indústrias de base e infraestrutura, contando com financiamento externo. O plano correspondeu à oficialização das sugestões da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, ao mesmo tempo em que significou a decisão de impulsionar o desenvolvimento econômico no contexto de uma nova fase de expansionismo econômico dos Estados Unidos (IANNI, 1971, p. 116-117).

Para dar base ao referido plano, foi criado um Fundo de financiamento a ser administrado pelo BNDE, criado em 1952. Sobre a criação do banco, Baer, Kerstenetzky e Villela afirmam que:

As empresas privadas não são suficientemente grandes e fortes para gerar internamente os fundos necessários para a dimensão dos investimentos requeridos e os mercados financeiros não são suficientemente desenvolvidos para conceder financiamentos. Comumente isso tem levado ao aparecimento de bancos de investimento a fim de financiar, e, por vezes, participar de empreendimentos industriais novos e em expansão (BAER, KERSTENETZKY, VILLELA, 1973, p. 892).

Dessa forma, segundo os autores, o governo federal se converteu num investidor na economia, e muitas vezes teve que entrar na produção direta de bens, combustíveis e produtos, através da criação de empresas públicas (autarquias e empresas estatais). No entanto, essa ação – na visão dos autores – se devia a incapacidade da iniciativa privada. O setor de serviços públicos também foi outro campo de atuação do Estado, pois as baixas tarifas que existiam no setor desencorajavam o investimento privado, o que explica a criação de empresas estatais como FURNAS e a CEMIG, dentre outras. (BAER, KERSTENETZKY, VILLELA, 1973, p. 894).

Voltando às discussões de Ianni (1971), o autor argumentou que um novo formato institucional foi se construindo para dar sustentação à nova atuação estatal. Dentre os órgãos criados, temos o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), a Eletrobrás, Petrobrás, entre outros. Pela importância que teve, vamos nos deter um pouco nessa última empresa estatal.

Maria Leopoldi (2003) fez um histórico do fornecimento de petróleo no Brasil a partir da década de 1930. Nesse período, segundo a autora, o Brasil dependia largamente de fontes naturais (cana, lenha) como fontes energéticas para a indústria. Algumas refinarias foram criadas com subsídio federal para processamento de óleo combustível. O Conselho Federal do Comércio Exterior (CFCE) analisou a questão do petróleo em 1935 e alertou para a dependência da economia brasileira com as companhias estrangeiras, seja no fornecimento ou na determinação dos preços (LEOPOLDI, 2003, p. 253).

De acordo com a autora, o representante dos industriais no CFCE sugeriu que o governo estimulasse a instalação de refinarias pelo capital privado nacional, enquanto o Estado cuidaria da importação e controle da oferta interna. A proposta de Lodi foi aprovada, mas não houve nenhum projeto apresentado, provavelmente devido ao tamanho do investimento que deveria ser feito (importação de equipamentos de alto custo). Inspirados pela Argentina e o México (criaram empresas estatais em 1922 e 1938, respectivamente), os militares defendiam a questão do petróleo enquanto problema de segurança nacional. Em 1938 houve a criação do Conselho Nacional do Petróleo (CNP), sob a chefia do general Horta Barbosa, que defendia um projeto totalmente estatal de exploração e refino do petróleo (LEOPOLDI, 2003, p. 254).

Como afirmou Leopoldi, ao final da segunda guerra mundial a demanda brasileira por petróleo se expandiu e gerou escassez do produto na economia interna. Isso fez com que a questão do petróleo ganhasse evidência na opinião pública. De um lado, a postura estatista entendia que a extração e refino do Petróleo deveria ser monopólio estatal. Outro grupo defendia que essas atividades deveriam ser tarefa do capital nacional. A única convergência é de que o capital estrangeiro deveria ficar excluído. A solução adotada veio em 1953, com a aprovação no congresso da criação da Petrobrás, que teria o monopólio da exploração e do refino, enquanto as empresas estrangeiras cuidariam da distribuição (LEOPOLDI, 2003, p. 255).

A criação da Petrobrás representou, para Octavio Ianni, uma manifestação significativa de como funcionava a tecnoestrutura estatal. Isso porque os estudos e debates realizados na esfera do poder executivo resultavam da coordenação e sugestões de empresários (nacionais e estrangeiros), militares, técnicos, políticos e economistas. Essas pessoas representavam interesses diversos, mas procuravam uma solução conciliatória entre o necessário e o possível. Dessa forma, o que o autor denominou de “pensamento técnico-científico” se aplicou de acordo com o complexo jogo de interesses econômicos, políticos e militares. À medida que se incorpora na administração pública, esse estilo de pensamento se especializa e se desenvolve enquanto tecnoestrutura estatal (IANNI, 1971, p. 128). Assim, a criação da Petrobrás reforçou a questão do planejamento econômico dentro do Estado:

A ideia de planificar, programar e propor projetos passou a fazer parte da linguagem dos membros do governo e das lideranças dos partidos políticos que o apoiavam. Além disso, pouco a pouco, construiu-se uma nova visão de conjunto dos problemas econômico financeiros e administrativos do País. A maioria dos compromissos públicos do governo, nos anos de 1951-1954, revelava o predomínio da preocupação em reformular as relações entre o Estado e a Economia, por intermédio da progressiva sistematização da política econômica governamental (IANNI, 1971, p. 129).

Como o conceito de *tecnocracia* é muito importante para entendermos as teses de Octavio Ianni no livro trabalhado nesta dissertação, bem como para entender a discussão histórica do período. Consideramos importante debater um pouco este conceito.

Para o autor, à medida que cresceu a atuação do Estado dentro da economia brasileira, cresceram também as exigências em coleta e análise de informações, tomada de decisões, além de outras ações necessárias ao planejamento econômico. Dessa forma, concomitante à ampliação de funções estatais, formou-se uma dependência da direção do poder executivo com essa nova estrutura burocrática. Essa estrutura burocrática cresceu e passou a ocupar espaços

decisórios em detrimento do legislativo (considerada por alguns como hipertrofia do executivo) representando uma nova dimensão do poder executivo (IANNI, 1971 p. 311-312).

Nessa nova estrutura “tecnoburocrática”, Ianni afirmou que o Presidente e os Ministros de Estado passam a compor o vértice dessa estrutura de poder:

Trata-se de uma estrutura de poder largamente apoiada em novas organizações burocráticas, dispondo dos recursos específicos de um certo tipo de pensamento técnico-científico. E com acesso muito mais amplo e sistemático, do que qualquer outra esfera do governo, aos elementos indispensáveis à formulação de uma visão de conjunto, e detalhada, do sistema político-econômico do país. Nesse sentido, a tecnoestrutura estatal tende a atuar segundo uma compreensão cada vez mais globalizante, nuançada e minuciosa do sistema político-econômico nacional, em suas relações internas e externas (IANNI, 1971, p. 314).

A importância dessa estrutura está no seu poder de manejar as políticas econômicas. São os membros dessa tecnoestrutura que colocam em prática objetivos econômicos e técnicas de controle de produção e apropriação que modificam o modo pelo qual as diferentes classes sociais participam da renda nacional (IANNI, 1971, p. 316).

Sobre o controle da tecnoestrutura sobre os rumos da economia nacional, Ianni fez algumas considerações sobre o caráter desse modelo de administração pública, que não poderia ser chamado de “Capitalismo de Estado”, pois não produziu uma mudança qualitativa no sistema econômico nacional, ou seja, não tirou a centralidade da empresa privada do mesmo, mas o que ocorreu foi uma “participação mais ostensiva do Estado nas decisões e ações relacionadas às atividades produtivas” (IANNI, 1971, p. 312-313).

Durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), de acordo com Ianni (1971), as relações entre Estado e economia se aprofundaram. O primeiro passou a atuar no sistema econômico lançando mão de todos os instrumentos disponíveis, com o objetivo de acelerar a industrialização através do impulso ao setor privado, seja ele nacional ou estrangeiro. (IANNI, 1971, p. 142).

Para Oliveira (2013), foi um período em que houve a definitiva conversão da indústria em unidade-chave do sistema, principalmente com a implantação dos novos ramos dinâmicos (automobilístico, construção naval, mecânica pesada, cimento, entre outros). O Estado lançou-se em um grande plano de construção e melhoria da infraestrutura, principalmente no setor de rodovias e energia elétrica (OLIVEIRA, 2013, p. 71-72).

O objetivo do governo Kubitschek, para Mendonça (1985), era a montagem, de forma acelerada, dos setores mais dinâmicos e modernos da indústria brasileira. As bases para esse objetivo estariam divididas entre o capital privado nacional, responsável pela produção dos bens

de consumo; o capital estrangeiro, ligado ao setor de bens duráveis; e por último o Estado, alocado para o setor de bens de capital e responsável pela mediação entre as frações do capital (MENDONÇA, 1985, p. 49).

O instrumental para conseguir o objetivo mencionado foi o Plano de Metas, programa de governo do presidente Kubitschek. Para Mendonça esse plano significou uma reelaboração qualitativa nas relações entre Estado e economia, que resultaram em uma “estatização formal” da última:

Integravam-se pela primeira vez, sob o controle do governo, as atividades do capital público e privado (nacional e estrangeiro), através de um planejamento que definia as prioridades de investimento, bem como as estratégias para dirigir os recursos privados para essas áreas. O Estado adquiria novas funções e esferas de atuação econômica que passavam desde a sua definição como banqueiro do capital privado (através das agências públicas de financiamento do crédito industrial), até o seu papel de proprietário. Ocorria neste momento uma “estatização formal” da economia que tinha por fundamento um Estado importante produtor direto nos setores estratégicos e controlador indireto de fixas expressivas de decisão privada. Visivelmente, o balanço do poder alterava-se em favor do setor público (MENDONÇA, 1985, p. 50-51).

Para Ianni (1971), o Plano de Metas tinha dois objetivos principais: a abolição dos pontos de estrangulamento da economia, através do investimento direto do Estado em infraestrutura, visto que esse tipo de investimento não atrairia o capital privado; expansão das indústrias de base através do estímulo ao investimento privado nacional e estrangeiro (IANNI, 1971, p. 153).

Sobre o recurso ao capital estrangeiro, tanto Ianni quanto Mendonça destacaram esse ponto como uma reelaboração das características dependentes do sistema econômico brasileiro com o capitalismo mundial. Para Ianni, o Plano de Metas implicou

[...] na adoção de uma política econômica de associação e interdependência, em âmbito internacional. Isto significava que os governantes optaram por uma estratégia política de desenvolvimento econômico que trazia consigo, como componente essencial, a reelaboração da dependência estrutural, que sempre caracterizou a economia brasileira (IANNI, 1971, p. 177).

Para o autor, o Plano de Metas resultou da convergência das tendências internas da economia brasileiro em combinação com as tendências do capitalismo mundial, sob a hegemonia estadunidense. Sobre este último ponto, o autor afirmou que as tendências foram resultado da reformulação das relações econômicas, políticas e militares dos Estados Unidos com os países dependentes. Assim, para Ianni, estava em curso uma transformação da estrutura

econômica brasileira através da reformulação das condições de interdependência com o capitalismo mundial (IANNI, 145-150).

Ainda de acordo com o autor, essa característica de dependência seria a diferença com o governo de Vargas. Para ele, houve uma transição, de uma política destinada a criar um “sistema capitalista nacional”, para uma política orientada ao desenvolvimento econômico dependente (IANNI, 1971 p. 150).

Sobre essa questão, Mendonça (1985) escreveu que o recurso ao capital estrangeiro foi uma solução para problemas de financiamento. No entanto, ela alerta que esse recurso, apesar de financiar o progresso tecnológico indispensável à consolidação do capitalismo – em sua dinâmica urbano-industrial de base, com bens de capital e complexidade financeira, conforme expôs Maria da Conceição Tavares (1978) no Brasil, apresentou problemas. Se por um lado a indústria se via livre da dependência com o setor agrário-exportador, novas contradições surgiriam (MENDONÇA, 1985, p. 48).

Algumas dessas contradições podem ser levantadas dentro da questão do processo “substitutivo de importações”. Ianni (1971) observou que

Portanto, o conceito de “substituição de importações” apreendia apenas um aspecto, uma perspectiva da realidade. Ele não mostrava como a instalação de empresas industriais (nacionais ou estrangeiras), a associação de empresas brasileiras e estrangeiras ou a absorção de medias e grandes unidades por grandes empresas multinacionais criava novas exigências, nas relações externas. Assim, por exemplo, ao criarem-se facilidades para a entrada de “tecnologia mais complexa” (sem a qual não seria possível executar certos projetos) criavam-se novas necessidades, na esfera do setor externo (IANNI, 1971, p. 168).

Essa análise de Ianni foi ao encontro com as observações de Tavares (1978) anteriormente trabalhadas, sobre a diversificação da demanda a medida que o processo de substituição de importações avança, bem como a consolidação do capitalismo financeiro no Brasil, durante as décadas de 1950/1960. Também dialoga com a “espiral” de dependência descrito por Marini (2017), também já discutido, que adverte que o recurso ao capital estrangeiro gera problemas que só poderiam ser resolvidos com mais capital estrangeiro, aumentando a dependência externa.

No entanto, Mendonça (1985) fez uma advertência sobre esse tipo de análise, principalmente acerca do “abandono” de um capitalismo nacional. A autora afirmou que esse processo foi benéfico às indústrias nacionais. Isso ocorreu porque, segundo Mendonça, a demanda derivada das multinacionais impulsionou o surgimento ou a modernização das indústrias nacionais, que constituíram um grupo de empresas fornecedoras daquilo que o ramo

dinâmico precisava, além dos casos de haver uma associação de capital local com capital estrangeiro nas próprias indústrias. Além disso, essas empresas foram beneficiadas pelos investimentos estatais em infraestrutura. A complementaridade entre os três setores de produção deveria ser assegurada com o mínimo de tensões para propiciar o impulso necessário à indústria pesada (MENDONÇA, 1985).

Ainda sobre o ponto da dependência, Francisco de Oliveira (2013) afirmou que se o enfoque a ser dado deve priorizar a luta de classes interna. Para o autor, o contexto internacional se mostrava adverso. A posição do capitalismo internacional era ainda amarrada a antiga divisão internacional do trabalho, em que o Brasil deveria ocupar o papel de fornecedor de matérias primas. As oportunidades que se abriam ocorreram através da reemergência dos países do Mercado Comum Europeu e do Japão. Segundo Oliveira, as classes internas atuaram deliberadamente nessa estratégia na busca por ampliar e expandir sua hegemonia na economia brasileira (OLIVEIRA, 2013, p. 74-76).

Dentre as vantagens para a classe industrial brasileira nessa estratégia, o autor destaca que a incorporação de uma tecnologia mais avançada fez com que a produção desse grandes saltos, ainda mais quando se leva em consideração que a introdução de tecnologia se deu em uma economia nacional e num mercado de trabalho marcado pelo custo irrisório da força de trabalho (OLIVEIRA, 2013, p. 76).

Outro caráter importante do período, na visão de Octavio Ianni (1971), foi um aprofundamento da hipertrofia do executivo. Essa hipertrofia se deu pela criação de diversos órgãos, ou dinamização dos existentes, a fim de dar base institucional ao Plano de Metas. O argumento de Ianni é de que a manipulação dessa estrutura institucional (ou tecnoestrutura) conferiu ao executivo uma maior capacidade de análise e decisão dos problemas nacional do que o legislativo (IANNI, 1971, p. 1977-1978).

O crescimento das empresas estatais também é notável no período. Ianni cita um estudo de Annibal Villela (1964) que afirma que a participação da renda gerada pelas empresas estatais nos setores de indústria, bancos e transporte, passou de 7,5% em 1956 para 9,9% em 1959 (VILLELA²³, Apud: IANNI, 1971, p. 159).

Ianni também traz uma citação de Carlos Lessa (1982), do livro “Quinze anos de política econômica no Brasil”, que apesar de longa, vale a pena citar para dar uma dimensão do raio de ação estatal:

²³ A referência completa é: VILLELA, Annibal “As empresas do governo brasileiro e sua importância na economia nacional (1956-1960)” In: SHERWOOD, *Empresas públicas*, FGV, Rio de Janeiro, 1964. p. 186-201.

O setor público no Brasil é proprietário e empresário das atividades de transportes marítimo-fluvial e ferroviário, e de produção e refino de petróleo e combustíveis atômicos. Controla a maior parcela do setor siderúrgico e caminha a passos largos para se constituir no principal produtor de energia elétrica. Intervém diretamente nas atividades dos principais setores de exportação e comercializa parcela substancial da produção exportável, e é ele mesmo o principal produtor e exportador de minério de ferro. Regula direta e indiretamente o mercado cambial. Devido a preceito constitucional, é o regulador direto de atividades de extração do subsolo, vias de comunicação e canais de radiodifusão, cujo direito de exploração cede, mediante concessões ao setor privado. É, isoladamente, o maior banqueiro comercial, outorgando, aproximadamente, 35% do crédito geral ao setor privado, através do Banco do Brasil, e a maior parcela do crédito agrícola. Via outras agências financeiras especializadas concede o total de crédito cooperativo e financiamentos a longo prazo. Fixa salários, taxas de juros, aluguéis e preços dos principais gêneros de subsistência. Determina os preços mínimos para a agricultura e começa a construir e operar importante sistema de armazenagem e comercialização destes bens. Dispõe de todos os tradicionais poderes para tributar. Exerce controle sobre os fluxos monetários. Produz álcalis e caminhões. Participa amplamente da formação interna de capital. Regula atividades de seguro, disciplina as cooperativas agrícolas. Realiza toda a comercialização da borracha nativa produzida no País. Orienta a composição das inversões privadas, intervém no mercado de capitais. Como se vê, o Estado brasileiro dispôs de variados e importantes poderes (LESSA, 1982, p. 104 apud IANNI, 1971, p. 174).

A partir dessa citação, podemos ver que a estrutura tecnoburocrática – utilizando o conceito de Ianni – tinha funções amplas dentro da economia nacional no período trabalhado, agindo enquanto agência financeira e produtor e regulador. A partir daí entende-se as afirmações de Oliveira (2013), de como o Estado tinha o poder de controlar os preços sociais afim de controlar os rumos da acumulação capitalista no Brasil.

Voltando a pesquisa de Maria Antonieta Leopoldi (2000), sobre a organização da burguesia industrial, a autora alegou que a partir de 1945 o modelo associativo ganhou estabilidade, principalmente através da renda advinda do SESI e do SENAI, acrescida do imposto sindical, o que permitiu as organizações estruturarem suas assessorias econômicas. No entanto, o modelo corporativo baseado em uma estrutura piramidal (CNI, federações regionais e sindicatos únicos, enquadrados por setores industriais) alterou-se, assim como as lideranças, diretrizes e a relação dessas organizações com o Estado mudou durante os governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek (LEOPOLDI, 2000, p. 87-90).

No segundo governo Vargas, houve uma reestruturação do Estado, através da criação de novas arenas formuladoras de políticas econômicas. A política industrial, de acordo com a autora, ficou centralizada em um novo órgão, a Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI), subordinada ao Ministério da Fazenda. Criada em 1951, continha diversas subcomissões, as quais faziam parte os industriais (incluindo Euvaldo Lodi e o assessor econômico da CNI, Knaack de Souza), além de militares e tecno-empresários (altos funcionários de grandes

empresas que tinham participação em alguns órgãos públicos) ligados às multinacionais ou às empresas associadas ao capital estrangeiro. A criação da CNI, segundo Leopoldi, significou um novo estágio na relação entre Estado e industriais (LEOPOLDI, 2000, p. 221-222). A autora cita trecho de uma fala de Euvaldo Lodi (presidente da CNI, à época) sobre a CDI, em que é possível perceber o uso de argumentos cepalinos.

O desenvolvimento das atividades industriais [no Brasil] decorre da necessidade de substituir importações em face do relativo declínio do volume das exportações, dos termos de intercâmbio e da concorrência de capitais estrangeiros... Desde o fim do século passado até antes da segunda guerra mundial, a relação de preços moveu-se contra a produção primária [...] (LODI, Apud: LEOPOLDI, 2000, p. 222).

Além da CDI e das várias subcomissões, os industriais tinham representantes no Conselho Nacional do Petróleo, na Petrobrás, e a própria Assessoria Econômica de Vargas, embora não tivesse participação de nenhum industrial, era coordenada por Rômulo de Almeida, economista cedido pelo Departamento Econômico da CNI (LEOPOLDI, 2000, p. 229). Para a autora, a associação desses órgãos com as lideranças industriais formava importantes anéis decisórios, responsável pela implementação de diversas políticas para os setores industriais, significando uma ampla aliança para construir um projeto nacional no qual a indústria seria peça chave:

Havia, pois, um certo controle de algumas áreas da política industrial pelos próprios industriais, pois eles tinham voz dentro desses órgãos decisórios. Isso permite pensar numa aliança política entre a liderança industrial, os técnicos nacionalistas, os representantes da CEPAL no Rio de Janeiro (Grupo Misto CEPAL-BNDE) e o presidente Vargas em torno de um projeto nacionalista de desenvolvimento econômico (LEOPOLDI, 2000, p. 230).

Segundo a autora, é preciso fazer uma ressalva a esse projeto, uma vez que nunca foi definido explicitamente. Isso acontece porque – na visão de Leopoldi (2000) –, Vargas buscava um caminho intermediário, através de interlocutores em empresas estrangeiras, e mesmo na absorção de membros com orientação neoliberal para dentro da burocracia estatal. Dessa forma, a política de Vargas se apoiava em um tripé contendo Estado, capital nacional e capital estrangeiro, em articulação com uma política voltada para os trabalhadores urbanos (LEOPOLDI, 2000, p. 230).

Ao longo do segundo governo Vargas, surgia uma nova forma de articulação entre os interesses industriais e o Estado (seus dirigentes e burocracia, o quadro técnico do governo federal), ainda de acordo a pesquisa da autora. Essa colaboração estava tendendo a se

especializar e a se fragmentar, com a formação de arenas decisórias específicas por setores, como, por exemplo, a indústria de automóveis, de material elétrico, etc. (LEOPOLDI, 2000, p. 232).

Pelo lado das organizações industriais, estava ocorrendo, à época, uma profunda crise de liderança, evidenciada pelos conflitos de interesses, que eclodiram com a chegada de uma nova geração de líderes. Na FIESP, surgia uma nova geração de diretores, principalmente ligado aos interesses de empresas estrangeiras, que foram tomando lugar dos antigos líderes e também ocupando posições importantes nos governos de Vargas, e posteriormente de Kubitschek. Na FIRJ, a nova geração estava ligada a um diretor de indústria farmacêutica estrangeira, Zulfo Mallmann. Essa geração da federação fluminense se caracterizava por posições liberais, criticando a ação do Estado na economia e defendendo a participação do capital estrangeiro na indústria. Além dessas novas gerações de empresários, a colaboração com setores específicos do governo (a nova forma de relação industriais – Estado) fez com que surgissem associações industriais paralelas, como foi o caso da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) e da Associação Brasileira de Máquinas (Abimaq) (LEOPOLDI, 2000, p. 88-89).

Durante o governo provisório de Café Filho, Maria Leopoldi descreveu um momento importante de queda de braço entre os industriais e o governo, que envolveu também um debate entre os neoliberais e os cepalinos. Após o suicídio de Vargas e a posse de Café Filho, seu governo iniciou um programa de estabilização monetária tendo à frente o recém empossado ministro da Fazenda, Eugenio Gudin (um assíduo neoclássico e ricardiano, partidário das vantagens comparativas no comércio internacional). Os industriais, então, segundo a autora, se organizaram para criticar essa política, respaldados especialmente pelos estudos da CEPAL. Para os industriais, a política de estabilização não deveria cercear o desenvolvimento econômico, que teria prioridade sobre o equilíbrio da economia. Esse debate envolveu os economistas da CNI, os técnicos governamentais nacionalistas, o ISEB e a própria CEPAL. Do outro lado estava Gudin, Octavio Bulhões, a Revista Brasileira de Economia (da FGV) e alguns deputados udenistas. O desfecho deste conflito se deu com Gudin pedindo demissão do cargo em abril de 1955 (LEOPOLDI, 2000, p. 240-242).

A Instrução 113²⁴ foi editada pela SUMOC em janeiro de 1955, e viabilizou a entrada maciça de capital estrangeiro no país, a remessa de lucro para o exterior e o desenvolvimento

²⁴ A partir dessa Instrução, ocorria a autorização para importação sem cobertura cambial. As importações, em vez de serem pagas com divisas, entrariam sob a forma de investimentos estrangeiros no país. O objetivo era aumentar as importações de bens de capital, facilitando a instalação de indústrias modernas ou a modernização das

acelerado da indústria automobilista, farmacêutica, química, dentre outras, gerando inclusive, de acordo com Leopoldi (2000), a desnacionalização de setores anteriormente dominados pelo capital nacional. A instrução alterou a articulação do Tripé formado durante o segundo governo Vargas, entre Estado, capital estrangeiro e capital nacional, à medida que favoreceu os dois primeiros. Apesar disso, essas políticas, como argumentou a autora, terminaram por beneficiar a indústria nacional, pela ativação de certos setores, como foi o caso da construção civil, do setor rodoviário e de material elétrico (LEOPOLDI, 2000, p. 245-250).

Entre os anos de 1955-1958, em consequência da Instrução 113, da SUMOC, foram se instalando no país um grande número de empresas estrangeiras, principalmente no eixo Rio-São Paulo. Nessa nova configuração, a autora afirma que a indústria local se encontrava em uma relação de forças com o Estado e o capital estrangeiro diversa daquela que existiu no segundo governo Vargas, através de uma participação relativa menor (LEOPOLDI, 2000, p. 265).

De acordo com a autora, durante o período Kubitschek, a fragmentação e especialização dos “anéis burocráticos” em setores se aprofundou. Se construiu uma nova estrutura governamental mais complexa e que se desdobrava em pequenos organismos decisórios, e as associações industriais também se especializavam para participarem dessas agências decisórias. Uma importante mudança na burocracia governamental foi a criação dos grupos executivos, que funcionavam como órgãos de planejamento paralelos à estrutura burocrática tradicional e não submissos ao congresso. Dentre os anéis burocráticos no período, a autora citou três que foram importantes: o Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA), o Grupo Executivo da Indústria da Construção Naval (Geicon) e o Grupo Executivo da Indústria de Máquina Pesada (Geimape). Esses grupos contavam com a representação de ministros, membros da burocracia estatal, militares e representantes setoriais da indústria (LEOPOLDI, p. 262-263).

Diante dessa nova configuração de forças, as relações entre as associações industriais e o governo de Kubitschek tiveram aspectos contraditórios. As principais críticas da classe, segundo Leopoldi (2000), vieram do Departamento Econômico da CNI e da FIESP, e tinham como alvo principal a Instrução 113. Apesar disso, o discurso crítico, principalmente pelo lado da FIESP, não tinha um caráter contrário ao capital estrangeiro. O que esses industriais

existentes. Esses benefícios eram concedidos ao capital estrangeiro ou as empresas brasileiras associadas a esse capital. As empresas estatais também foram beneficiadas com a medida, com a importação de equipamentos a taxas cambiais favorecidas (LEOPOLDI, 2000, p. 244-247).

demandavam era um tratamento igual para o capital nacional na questão dos incentivos cambiais (LEOPOLDI, 2000, p. 264-268).

Ao longo da década de 1950, e de forma mais acentuada durante o governo Kubitschek, foram ocorrendo mudanças significativas na organização da classe industrial, ainda de acordo com a autora. Na FIESP, o núcleo de oposição nacionalista à Instrução 113 foi marginalizado dentro da entidade, na medida em que os próprios industriais se associavam ao capital estrangeiro. Ao final da década de 1950, uma nova aliança se formava dentro dessas organizações, envolvendo industriais locais, executivos de multinacionais, membros de associações paralelas da indústria, militares, a *American Chamber of Commerce* e a Confederação das Classes Produtoras (Conclap). Dessa forma, Leopoldi (2000) alegou que o sistema empresarial estava se diversificando. Os interesses industriais tinham novos representantes e faziam novas alianças com o setor comercial. Ao lado do sistema corporativo “tradicional” (CNI, FIESP), surgiam as associações paralelas, inclusive representativas de firmas estrangeiras, ou associações de caráter mobilizador, como é o caso do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). Os industriais passaram a manter um diálogo com os militares da Escola Superior de Guerra (ESG) e do Estado Maior das Forças Armadas, além de intelectuais conservadores. Esse realinhamento teria como desdobramento a aliança antipopulista que foi atuante no golpe de 1964 (LEOPOLDI, 2000, p. 271-273).

A partir do golpe de 1964, Leopoldi (2000) sustentou que houve um declínio na força dos organismos de representação industriais, pois os militares estabeleceram relação direta com os empresários, passando por cima do sistema corporativo oficial, sem eliminá-lo. As organizações passaram a ser chefiadas por lideranças inexpressivas sem interlocução com o Estado (LEOPOLDI, 2000, p. 300).

Retomando a discussão do início desse tópico, podemos fazer uma leitura gramsciana da pesquisa de Maria Leopoldi. Retomando a análise de Mendonça acerca do conceito de “Estado Ampliado”, ela afirmou que usar essa concepção significa pensar as formas dominantes de produção que se consolidam por intermédio das organizações da sociedade civil (ou aparelhos privados de hegemonia), ao mesmo tempo que se fazem presentes junto aos órgãos do Estado restrito (MENDONÇA, 2014, p. 38). No caso específico, aqui discutido, vemos como a forma que se tornou dominante na produção – a indústria – se organizou em aparelhos privados de hegemonia (CNI, FIESP, FIRJ, e posteriormente as associações paralelas) –, inclusive entrando em conflito com o governo para poderem manter sua forma de organização privada, como afirmou Leopoldi (2000) – e com isso conseguiram ter força de *lobby* suficiente para se fazer presente nas arenas decisórias de políticas econômicas.

Lembrando o debate de Liguori (2003) sobre Gramsci, o tornar-se Estado é um “momento iniludível na luta pela hegemonia” (LIGUORI, 2003, p. 184). Apesar dos industriais nunca terem conquistado o Estado na forma da eleição de um representante direto, eles estavam presentes no Estado. Essa presença se deu através do acesso desses industriais e suas lideranças no Estado Novo; no CDI, CNP, Petrobrás e na própria Assessoria Econômica do presidente durante segundo governo Vargas; nos diversos órgãos de políticas setoriais do governo de Kubitschek. Esses espaços constituíam em *arenas decisórias* sobre política econômica, e nesses espaços a indústria fazia valer seu *lobby* para lutar por seus projetos econômicos e sociais. Apesar desse projeto não ter sido colocado em prática integralmente, como afirmou Leopoldi (2000), especialmente nos anos 1950, com a entrada de capital estrangeiro, a autora, Mendonça (1985) e Oliveira (2013) ressaltam que a burguesia industrial nacional se beneficiou muito com esse processo, inclusive com oportunidades propiciadas pelo investimento estrangeiro.

Outros exemplos da força do lobby industrial foi o episódio da demissão de Gudin, e o caso da empresa American Can Corporation, descrito por Leopoldi (2000). Segundo a autora, essa empresa de latas foi beneficiada com incentivos da Instrução 113 e estava pronta para se instalar no Brasil. Os industriais que atuavam no mesmo setor, Francisco Matarazzo Sobrinho e José Villela de Andrade Júnior, começaram uma campanha contra à companhia norte-americana. A campanha ganhou tons nacionalistas e ganhou o apoio da FIESP, de parte da imprensa e do movimento estudantil, e até mesmo do PCB. O resultado foi que, apesar de já aprovado pela SUMOC, a instalação da empresa acabou cancelada (LEOPOLDI, 2000, p. 269).

As discussões levantadas até aqui nos levam a repensar as relações entre sociedade civil e sociedade política. Ao explorar as relações entre os industriais e o Estado, é de se colocar a questão de até onde vai o domínio do privado e do público, e se percebe que estas duas esferas se misturam. Para Gramsci, essa distinção é apenas metodológica, uma vez que se identificam de forma orgânica na sociedade ocidental, “uma vez que se deve notar que, na noção geral de Estado, entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil [...]” (GRAMSCI, 2007, p. 244-245).

1.3.4 Estado e planejamento: do golpe de 1964 até 1970

O período que vai de 1960 até 1964 foram de instabilidade econômica, política e social. Segundo Francisco de Oliveira (2013), no texto “Crítica a razão dualista”, logo no início do governo Castelo Branco (1964-1968), a tentativa de enfrentar a crise envolveu a restauração do equilíbrio monetário através da contenção de gastos públicos. Logo após o fracasso dessa

política contracionista, o governo federal passou a estimular a demanda via aumento dos gastos públicos e do crédito (OLIVEIRA, 2013, p. 93-94).

Para Ianni (1971), houve continuidade em termos de diretrizes econômicas nos três governos militares (Castelo Branco, Artur da Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici), de 1964 a 1970. Dentre os principais objetivos dessas diretrizes, temos: reduzir a inflação; incentivar a exportação de produtos primários; racionalizar sistema tributário e fiscal; estimular o mercado de capitais; incentivar a entrada de capital estrangeiro; modernizar as estruturas urbanas; executar plano habitacional; conter os salários; incentivar a indústria petroquímica e a política de energia nuclear, entre outros. Os instrumentos dessas políticas foram os planos econômicos do período, o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), do período de 1964-1966, e o Programa Estratégico de Desenvolvimento Econômico e Social (PEDES), com vigência no período 1968-1970 (IANNI, 1971, p. 225-226).

Para executar esses planos, Ianni examinou que houve uma ampliação da força do executivo. Essa ampliação se deu através da edição dos Atos Institucionais²⁵ que implantou a hegemonia absoluta do poder executivo sobre os demais, tendo como consequência um desenvolvimento superior da tecnoestrutura que regularia e dinamizaria as relações de produção no Brasil (IANNI, 1971, p. 227, 236 e 245). Segundo a interpretação do autor, o que houve foi uma centralização da política econômica nas mãos do executivo: “Quando todas as variáveis não econômicas parecem estar sob controle, pode-se aperfeiçoar ainda mais a tecnoestrutura, por meio da qual se expande a hegemonia do executivo” (IANNI, 1971, p. 248). O caráter desse processo não estava ligado a uma mudança do sistema político, nem de uma estatização da economia, nem mesmo de um “capitalismo de Estado”. Tratava-se simplesmente de aperfeiçoar o *status quo* (IANNI, 1971, p. 252).

A dimensão dessa “hegemonia na direção” no e do executivo pode ser percebida através do poder estatal e social dentro da economia, por parte das classes e frações dirigentes. Baer, Kerstenetzky e Villela (1973) analisaram a relação entre despesas do governo em relação ao Produto Interno Bruto, e constataram que no Brasil (excluindo a participação das empresas estatais), essa relação foi de 32,2% no ano de 1969. Comparando com o padrão internacional, no qual essa relação se situava em torno de 22 a 25%, percebe-se como o Estado tinha grande influência na alocação de recursos. Se as despesas governamentais incluírem o setor de empresas públicas, esse número totalizaria 50% do PIB (BAER, KERSTENETZKY E VILELLA, 1973, p. 888-904).

²⁵ Normas editadas pelo poder executivo que estavam acima de todas as outras normas, inclusive da constituição.

Segundo Luiz Carlos Bresser Pereira (1977), essa ação estatal tinha por objetivo aumentar a acumulação privada:

Por todas essas razões as empresas estatais crescem e se multiplicam. Seu papel é absolutamente essencial no processo de acumulação capitalista, na medida em que produzem serviços públicos, insumos básicos e financiamento para o setor privado. Imaginar um crescimento acelerado da renda e da acumulação privada sem esta crescente participação do Estado no setor produtivo é difícil senão impossível nos quadros do subdesenvolvimento (BRESSER-PEREIRA, 1977, p. 165).

Uma das políticas importantes do período foi a estruturação do mercado de capitais. Segundo Oliveira (2013), houve a progressiva assunção ao primeiro plano dos bancos de investimento que iriam promover a expansão das empresas privadas. Com o passar do tempo, o próprio mercado financeiro acabou se tornando em competidor dos fundos para a acumulação, uma vez que a mera aplicação financeira produzia taxas de lucro mais altas que a esfera produtiva. Assim, houve um “descolamento” da órbita financeira e real, que impediu a primeira de ser fonte de acumulação para a segunda (OLIVEIRA, 1971, p. 102).

Outro fator destacado pelos dois autores no período foi a concentração empresarial. Segundo Ianni (1971), a concentração era “consequência necessária” da expansão do setor privado. O PAEG havia criado dificuldades para as empresas de pequeno e médio porte. As políticas de crédito, além do aumento de encargos tributários e fiscais, reduziram os recursos postos à disposição desses empresários. As opções que se colocavam para estes era a associação com grupos mais poderosos e autônomos, ou a simples assimilação por aqueles grupos. Enquanto isso, as empresas de capital estrangeiro tiveram maiores facilidades de acesso a recursos para expandir suas atividades (IANNI, 1971, p. 244, 258-260). Ainda segundo o autor, essas políticas aprofundaram as condições de dependência estrutural no subsistema brasileiro:

Produziu-se uma nova fase no processo de integração do subsistema econômico brasileiro no capitalismo mundial. Houve mesmo uma reintegração da economia brasileira, no âmbito da economia internacional. Em consequência, cresceu a importância relativa e absoluta das filiais e associadas das empresas multinacionais. Isto é, criaram-se novas condições para o monopólio de preços e da oferta, tornando-se ainda mais fácil e acelerada a concentração de capitais (IANNI, 1971, p. 272).

Francisco de Oliveira (2013) viu no período de 1957/1962 a origem desse modelo concentracionista. Para o autor, esse período introduziu uma mudança qualitativa: a implantação dos ramos industriais dinâmicos requeria uma homogeneidade monopolística da economia como condição de sua expansão. Isso transformou a elevação da taxa de lucros em uma necessidade permanente da expansão econômica, o que afetou todas as variáveis do capital,

pois devido a ela se manteve uma estrutura de proteção tarifária e fundamentou-se todas as formas de incentivo à capitalização e subsídio ao capital:

A homogeneização monopolística é não somente uma necessidade de proteção de mercados, mas, principalmente, uma necessidade de expansão das empresas monopolísticas em áreas e setores da economia ainda não sujeitos as práticas da monopolização. Assim, mantendo-se alta a taxa de lucro potencial nas áreas e setores ainda não monopolizados forma-se um superexcedente nas superempresas que alastram sua influência e seu controle às outras áreas da economia. O conglomerado, que é a unidade típica dessa estruturação monopolística, não é, ao contrário do que se pensa, uma estruturação para fazer circular o excedente intramuros do próprio conglomerado, mas uma estruturação de expansão. A manutenção das altas taxas de lucro elevadas é condição para essa expansão (OLIVEIRA, 2013, p. 101).

Ainda segundo o autor, as principais características citadas até aqui sobre a evolução do sistema brasileiro no pós-1964 reforçaram as próprias contradições do mesmo, visão próxima de Marini (2017). Oliveira afirmou que a retomada do crescimento exigia a importação de bens de capital, a fim de aumentar a capacidade produtiva. Como a demanda interna era pequena, devido a contração salarial das classes baixas, a solução foi subsidiar as exportações e barganhar com o comércio internacional oportunidades de mercado. No entanto, os países que recebiam essas exportações também esperavam a abertura do mercado brasileiro, o que resultou no aumento de importações. Como alternativa para financiamento, o governo brasileiro recorreu ao crédito externo. Por outro lado, o Estado abria mão de parte dos impostos como forma de incentivo ao setor financeiro, o que comprimia a capacidade de gasto público, gerando maiores necessidades de crédito externo. Dessa forma, o autor constatou que cada elemento dessa política alimentava o outro (OLIVEIRA, 2013, p. 103-105). O autor resumiu o processo desta forma:

A estruturação da expansão monopolística requer taxas de lucro elevadíssimas, e a forma em que ela se dá (via mercado de capitais) instaura uma competição pelos fundos de acumulação (pela poupança) entre a órbita financeira e a estrutura produtiva que esteriliza parcialmente os incrementos na própria poupança; um crescente distanciamento entre a órbita financeira e a órbita de produção é o preço a ser pago por essa precoce hegemonia do capital financeiro. O sistema evidentemente se move, mas na sua re-criação ele não se desata dos esquemas de acumulação arcaicos, que paradoxalmente são parte de sua razão de crescimento; ele aparenta ser, sob muitos aspectos, no pós-1964, bastante diferenciado de etapas anteriores, mas sua diferença fundamental talvez resida na combinação de um maior tamanho com a persistência dos antigos problemas (OLIVEIRA, 2013, p. 105-106).

1.3.5 As correntes econômicas no Brasil: uma interpretação a partir do Estado Ampliado

A partir da pesquisa de Ricardo Bielschowsky (2000), e de uma tabela feita pelo autor resumindo as principais características das cinco correntes econômicas trabalhadas no primeiro subitem, editamos essa tabela, com base nas informações apresentadas pelo autor. O objetivo é fazer uma análise baseada nas concepções do Estado Ampliado, procurando observar as relações entre os aparelhos privados de hegemonia e os núcleos de atuação dessas correntes, seus principais membros, e suas posições referentes ao projeto de nação que buscavam:

Tabela 2: Correntes econômicas, seus atores e projetos.

Correntes	Principais núcleos	Principais economistas	Principais órgãos de divulgação	Projeto Econômico Básico
Neoliberal	Fundação Getúlio Vargas; Confederação Nacional do Comércio; Associação Comercial de São Paulo; Conselho Nacional de Economia (CNE)	Eugênio Gudín; Octávio Gouveia de Bulhões; Dênio Nogueira; Daniel Carvalho	Revista Brasileira de Economia; Revista do CNE; Digesto Econômico; Carta Mensal	Crescimento equilibrado via forças de mercado
Desenvolvimentismo do setor público não nacionalista	Comissão Mista Brasil-Estados Unidos; Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico	Roberto Campos; Ary Torres; Lucas Lopes; Glycon de Paiva	Revista Brasileira de economia (RBE); Digesto Econômico; Carta Mensal	Industrialização compatível com equilíbrio, com intensa participação do capital estrangeiro e uso de planejamento parcial
Desenvolvimentismo do setor privado	CNI; FIESP	Roberto Simonsen; Nuno Figueiredo	Estudos Econômicos; Desenvolvimento e Conjuntura	Industrialização com proteção estatal ao capital industrial nacional
Desenvolvimentismo do setor público nacionalista	BNDE; Assessoria Econômica de Vargas; Clube dos Economistas; Cepal; ISEB	Roberto Simonsen; Celso Furtado; Rômulo de Almeida; Américo B. Oliveira; Evaldo C. Lima	Estudos Econômicos; Revista Econômica Brasileira	Industrialização planejada e fortemente apoiada por empreendimentos estatais

Socialista	Partido Comunista Brasileiro; ISEB	Caio Prado Jr; Nelson Werneck Sodré; Aristóteles Moura	Revista Brasiliense; Estudos Sociais	Viabilizar desenvolvimento capitalista como passagem para o socialismo; Industrialização planejada em bases nacionais
------------	------------------------------------	--	--------------------------------------	---

Fonte: BIELSCHOWSKY (2000), p. 242-243

Tabela 3: Posicionamento das correntes econômicas.

Correntes	Posicionamento quanto ao capital estrangeiro	Posicionamento quanto a empresa estatal	Posicionamento quanto a planejamento	Posicionamento quando a protecionismo
Neoliberal	Incentivar	Enfaticamente contra	Entre tolerante a ensaios de planejamento parcial	A favor de fortes reduções de tarifas
Desenvolvimentismo do setor público não nacionalista	Incentivar	Tolerante quando a iniciativa privada não manifesta interesse	Planejamento parcial	Favorável
Desenvolvimentismo do setor privado	Favorável, mas com controles	Moderadamente favorável	Favorável	Enfaticamente favorável
Desenvolvimentismo do setor público nacionalista	Favorável, com controles, e longe dos setores de mineração e serviços públicos	Enfaticamente favorável	Enfaticamente favorável	Favorável
Socialista	Enfaticamente contrária, exceto para capital de empréstimo	Enfaticamente favorável	Enfaticamente favorável	Favorável

Fonte: BIELSCHOWSKY (2000), p. 242-243

A partir dessa tabela é possível ainda acrescentarmos algumas considerações. Sobre o projeto básico dos neoliberais. Lembrando as discussões de Bielschowsky (2000) presentes no capítulo 1, uma das alternativas para o País, de acordo com a interpretação que o autor fez dessa corrente, era a normalização do mercado internacional. Com o passar do tempo, no entanto, o autor faz uma ressalva de que essa corrente passou a aceitar o projeto de industrialização, desde que com entrada de capital estrangeiro, e sem proteção às indústrias consideradas ineficientes (BIELSCHOWSKY, 2000).

Ao verificarmos a atuação dos principais nomes de seus economistas, vamos perceber que, a despeito do poder que o desenvolvimentismo – e seu projeto básico, principalmente o do

setor público – conseguiu na época, os neoliberais estiveram presentes na sociedade política. A análise da trajetória de alguns desses nomes pode ser interessante para perceber sua atuação.

Eugênio Gudin, trabalhou em empresas multinacionais no Brasil e a partir da década de 1930 passou a integrar diversos órgãos técnicos e consultivos na área de coordenação econômica no País. Em 1943 foi escolhido delegado para participar da Conferência de Bretton Woods, nos Estados Unidos, a qual resultou a criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD). Entre os anos de 1951 e 1955, representou o governo brasileiro junto à essas duas instituições. Gudin ainda foi Ministro da Fazenda nos governos de Café Filho, em 1955²⁶.

Octávio Gouveia de Bulhões trabalhou dentro do Ministério da Fazenda em 1939, como chefe da Seção de Estudos Econômicos e Financeiros. Entre 1943 e 1950, foi consultor de diversas conferências como representante brasileiro. Foi diretor da Sumoc em 1955, e no período de 1961 a 1962. Foi ministro da Fazenda de Castelo Branco, responsável, ao lado de Roberto Campos, pela elaboração do PAEG. A partir de 1967 passou a atuar como membro do CNE e do Conselho Monetário Nacional²⁷.

Através da pesquisa feita sobre os governos em que esses importantes economistas neoliberais participaram no período, percebe-se que, apesar de sua ortodoxia ideológica, ambos ocuparam espaços em governos de orientação industrialista, que usavam do planejamento e em grande medida eram protecionistas. Mesmo que essa atuação pareça contraditória, é interpretada por Ianni (1971) da seguinte forma:

É claro que a discussão sobre o dirigismo estatal sempre esteve ligada a posição relativa dos grupos econômicos na estrutura do poder político [...] Por isso é que os mesmos grupos que atacavam o “gigantismo estatal” modificavam as suas opiniões logo que passavam a ter alguma participação nas decisões governamentais; ou quando se beneficiavam das decisões e atividades do poder público (IANNI, 1971, p. 245).

A partir dessa citação, percebe-se a importância em “tornar-se Estado” na luta pela hegemonia (LIGUORI, 2003), e utilizar as atividades do setor público em favor de seu projeto.

Sobre os desenvolvimentistas (falando de um modo geral das três correntes), através da pesquisa de Bielschowsky (2000), sob um viés gramsciano, constatamos que essa corrente contava com uma base forte na sociedade civil e na sociedade política, na qual, além dos

²⁶ Fonte: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/eugenio_gudin. Acesso em 25/09/2018 às 22:30.

²⁷ Fonte: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/otavio_gouveia_de_bulhoes. Acesso em 25/09/2018 às 22:45.

aparelhos privados de hegemonia, alguns de seus núcleos eram próprios da sociedade política – além dos núcleos expostos na tabela, podemos acrescentar os órgãos do segundo governo Vargas e de Kubitschek trabalhados por Leopoldi (2000). A partir do segundo governo Vargas, como debatido com base no autor, essa corrente já estava solidamente consolidada dentro da sociedade política. O desenvolvimentismo teve como aliado a classe industrial que juntos atuaram com e no Estado restrito para consolidar a hegemonia de seu projeto nacional, mesmo que em alguns momentos a indústria brasileira atuasse enquanto sócia menor, em detrimento do capital estrangeiro. Como visto por Álvaro Bianchi (2007), o projeto de determinado grupo (no caso específico, da burguesia industrial nacional) não pode aparecer como realização dos interesses exclusivos do mesmo, mas, sim, como um projeto para toda a sociedade.

Nos anos críticos de 1961-64, Ricardo Bielschowsky constatou que a aliança foi aos poucos se rompendo. As correntes ligadas ao setor privado e a do setor público não nacionalista foram estabelecendo conexões com os neoliberais (BIELSCHOWSKY, 2000). Dois exemplos dessa aproximação podem ser vistos pelo compartilhamento dos espaços de divulgação dos neoliberais e dos desenvolvimentistas não nacionalistas. Outro exemplo disso é a atuação de Roberto Campos e Octávio Bulhões no comando da área econômica do governo de Castelo Branco.

Pelo lado dos socialistas, Bielschowsky constatou que sua participação ficou mais restrita ao debate intelectual da época, principalmente porque ficaram marginalizados da política nacional via repressão e proibição do PCB atuar enquanto partido formal (BIELSCHOWSKY, 2000).

CAPÍTULO II – INTER-RELAÇÕES ENTRE POLÍTICA E ECONOMIA EM CHAPECÓ (1960-1970)

Este capítulo está subdividido em três partes. Na primeira escrevemos sobre a formação política e econômica do município de Chapecó e de Santa Catarina, as concepções de desenvolvimento utilizadas pelos tecnoburocratas catarinenses e aplicadas no processo de desenvolvimento estadual e a formação da SNO. Na segunda parte trataremos a relação das elites econômicas locais e estaduais, a formação dos aparelhos privados de hegemonia destas elites no âmbito estadual e municipal, a conquista do aparelho de Estado por esses grupos. Na terceira parte, vou tratar da construção de Chapecó enquanto “Capital do Oeste”.

O município de Chapecó começou a ter os contornos administrativos e territoriais próximos dos atuais apenas ao final da década de 1950, quando houve o desmembramento de diversos distritos que se tornariam municípios da região. Antes desse processo, Chapecó havia se tornado sede²⁸ de um grande município chamado de “grande Chapecó”, ou até mesmo de “Velho Chapecó”, reunindo os atuais municípios de Aberlado Luz, Águas de Chapecó, Campo Erê, Caxambu, Coronel Freitas, Descanso, Dionísio Cerqueira, Faxinal dos Guedes, Guatambu, Itapiranga, Mondaí, Palmitos, Passarinhos, Quilombo, São Carlos, São Domingos, São Lourenço do Oeste, São Miguel D’Oeste, Xanxerê e Xaxim²⁹.

Segundo Arlene Renk (2004), a região oeste só passou a ser chamada por tal nome a partir do Estado Novo, pois anteriormente era conhecida como “zona desconhecida” ou “despovoada”. Era o sertão nacional, sinônimo de área limite e em disputa internacional (RENK, 2004, p. 2). Até o ano de 1917, a região foi palco de conflitos entre o Estado de Santa Catarina e o vizinho Paraná, e após a Guerra do Contestado, a região se desmembrou de Palmas (PR), formando quatro novos municípios: Cruzeiro (atual Joaçaba), Porto União, Mafra e Chapecó (BELLANI, 1996, p. 2).

Mesmo após a emancipação política e a incorporação ao território catarinense, Elison Antonio Paim (2006) argumentou que a região continuou a ser considerada despovoada, pois os indígenas e caboclos³⁰ que habitavam aquele lugar eram desconsiderados pelas autoridades

²⁸ Inicialmente a sede do município foi palco de disputas entre distritos mais importantes à época (Passo Bormann e Xanxerê), sendo que somente em 1930 o governo estadual nomeia Passo dos Índios (atual Chapecó) como distrito sede (HASS, 1993)

²⁹ Retirado de <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?view=detalhes&id=31410>; Acesso em 10.11.2018.

³⁰ Segundo o mesmo autor, caboclo é a denominação para os habitantes da região do oeste catarinense, sudoeste do Paraná e norte gaúcho oriundos da miscigenação entre indígenas e bandeirantes paulistas (PAIM, 2006, p. 5).

(PAIM, 2006, p. 5). Ainda segundo este autor, para “povoar” o Oeste, o governo estadual distribuiu concessões de terras para aqueles que já as dominavam economicamente e politicamente, e montaram empresas colonizadoras para realizar o comércio de lotes (PAIM, 2006, p. 6).

Nesse contexto de colonização, Monica Hass (1993) observou que as empresas colonizadoras ganharam grande influência econômica e política no Oeste, principalmente pelo laço de dependência criado com os colonos que compravam as terras. Dentre as empresas colonizadoras, a autora destaca a de propriedade de Ernesto Bertaso (ou Coronel Bertaso), sediada em Chapecó (HASS, 1933, p 81-84).

As famílias que chegavam para comprar as terras das colonizadoras foram o alicerce do desenvolvimento econômico, segundo Ivone Maria Serpa (2014). Além da comercialização de terras, havia outras atividades econômicas predominantes, associadas a agricultura (milho, fumo) e ao extrativismo (erva-mate e madeira):

O desenvolvimento econômico da região de Chapecó esteve alicerçado na família, ou então, baseado na agricultura. No período que nos reportamos, os produtos mais comercializados eram a erva-mate, cultivo comercial do fumo, e a madeira. A indústria madeireira era substancial para o desenvolvimento tanto do mercado de trabalho, por conta da necessidade de mão de obra na tirada do produto até o transporte para os rios, como também para a melhora da infraestrutura da região, como das estradas e na acumulação de capital (SERPA, 2014, p. 44).

Esse contexto também pode ser visto no álbum do cinquentenário da cidade³¹, datado do ano de 1967, em que parte dele faz uma retrospectiva da história da cidade:

De 1930 a 1950, durante vinte anos, o município teve sua base econômica na agropecuária, indústria extrativa da erva-mate e indústria de extração e beneficiamento da madeira de lei e pinho. Indústrias de transformação de pequeno porte foram se instalando, paulatinamente, mas de pouca expressão. Preponderavam a extração da erva-mate e da madeira que, embalsada nos portos do rio Uruguai era, como ainda o é hoje, transportada para as Repúblicas Argentina e do Uruguai. [...] (Álbum do Cinquentenário de Chapecó, 1967, p. 19).

As afirmações contidas no álbum dão conta da importância da atividade extrativa na história econômica do Oeste catarinense. Segundo Serpa (2014), a extração da erva-mate era praticada principalmente pelos caboclos e por alguns imigrantes, que comercializavam o produto para o Rio Grande do Sul, Argentina e Uruguai. Algumas indústrias pequenas

³¹ Álbum escrito por Umberto de Toni, Odilon Serrano e Heitor Pasqualotto, com o objetivo de comemorar o cinquentenário da cidade, e enaltecer algumas personalidades e empresas locais.

começaram a se desenvolver, porém sucumbiram perante a crise que ocorreu no ciclo ervateiro no final da década de 1920 (SERPA, 2014, p. 49-51).

Segundo Eli Maria Bellani (1996), a extração da madeira teve início com a chegada dos colonizadores gaúchos, que se aproveitavam das cheias do rio Uruguai para comercializar as toras com a Argentina e o Uruguai, se utilizando de balsas como forma de transporte. Esse tipo de transporte e a exportação para outros países ocorria devido ao isolamento da região com os demais mercados nacionais, ocasionado principalmente pela falta de uma rede rodoviária (BELLANI, 1996, p. 21).

Em sua dissertação de mestrado, defendida em 1993, Monica Hass fez uma pesquisa sobre a evolução sociopolítica de Chapecó até o golpe de 1964. Ela constatou que no início da década de 1940 o “Grande Chapecó” tinha características essencialmente rurais, nas quais, dentre os 45.000 habitantes, 40.000 (aproximadamente 90% da população) viviam no meio rural. Na cidade florescia um pequeno comércio, empregando cerca de 500 pessoas (HASS, 1993, p.107).

No meio político, a dominação econômica da colonizadora da família Bertaso se transformou em dominação política com a aproximação desta com o governo de Getúlio Vargas, resultando na nomeação do filho de Ernesto, Serafim Enoss Bertaso³², para prefeito da cidade em 1944(HASS, 1993, p. 81-84). Deve-se destacar que neste período o município não fazia parte do Estado de Santa Catarina, mas, sim, do Estado do Iguassú, criado em 1943 e extinto três anos depois, que reunia porções do oeste catarinense e paranaense.

De acordo com Alcides Goularti Filho (2007), em seu livro “Formação econômica de Santa Catarina”, a evolução da economia oestina, no período de 1945 a 1962, acompanhou o ritmo catarinense (com exceção de Joinville, que já contava com pequenas oficinas e funilarias), que somente teve diversificação e ampliação do capital industrial a partir dos anos 1940:

Em Santa Catarina, devido à baixa capacidade de acumulação (excluindo os têxteis), à desintegração econômica e a falta de aporte financeiro, o período de diversificação e ampliação do capital industrial inicia-se somente na segunda metade dos anos 1940. Até então o destaque ficava por conta da indústria madeireira, ervateira, carbonífera, alimentícia e têxtil, ou seja, setores tradicionais com pouca capacidade de difusão tecnológica a jusante e a montante, sendo os três primeiros ligados à disponibilidade de recursos naturais (GOULARTI FILHO, 2007, p. 133).

³² Formado em engenharia, Serafim Enoss Bertaso atuou também como vereador (1947-1951) e deputado federal como suplente entre os anos de 1955 e 1958 pelo Partido Social Democrata (PSD).

Dessa forma, prossegue o autor, o período assistiu a uma diversificação e ampliação da base produtiva catarinense. A agricultura começou a se industrializar, transitando de agro comercial para agroindustrial. Foi uma fase transitória, na qual o padrão de crescimento baseado na pequena produção mercantil começou a dividir espaço com o médio e grande capital industrial (GOULARTI FILHO, 2007, p. 134).

Ainda de acordo com o autor, essa diversificação ocorreu nos próprios setores tradicionais, com o madeireiro se desdobrando para produção de papel, enquanto o alimentício se volta para a agroindústria (GOULARTI FILHO, 2007, p. 136). Esse movimento pode ser percebido na evolução da renda interna por setores, no período de 1948-1960, presentes no livro “Universidade e desenvolvimento”, de Alcides Abreu, de 1965:

Tabela 4: Evolução renda interna por setor no Estado de Santa Catarina.

Ano	Agricultura		Indústria		Serviços	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1948	2.272,5	50,4	768,0	17,1	1.464,0	32,5
1950	2.526,7	46,7	1.089,1	20,2	1.791,2	33,1
1955	8.691,7	54,1	2.989,6	18,6	4.369,3	27,3
1960	25.979,7	50,4	10.646,8	20,7	14.890,3	28,8

Fonte: Dados retirados pelo autor de ABREU (1965), p. 16.

Os dados acima mostram o movimento descrito por Goularti, no qual houve ampliação e diversificação do capital, porém sem mudanças estruturais.

No Oeste, ainda de acordo com Goularti Filho, houve declínio das atividades madeireiras a partir dos anos 1950, com o esgotamento das reservas florestais e a queda nas exportações. A mudança residiu no setor de alimentos, com a expansão dos frigoríficos e o início da vinculação da agricultura (suinocultura e avicultura) com esse setor. Citando a dissertação de Índio Campos (1987), “Os Colonos do Rio Uruguai, Goularti descreveu esse processo:

No Oeste catarinense, essa é a fase que Campos (1987, p.145) classificou de “surgimento do grande capital agroindustrial e mercantilização da produção camponesa”. É mister lembrar que a origem do grande capital está no período anterior a 1945 e que, apesar de toda expansão, os frigoríficos passam a se constituir efetivamente em grandes empresas somente nos anos 1960. Na periodização por nós elaborada, o surgimento da agroindústria se constitui uma diversificação frente à tradicional indústria alimentar, anterior a 1945, que se concentrava basicamente nos produtos agrícolas (GOULARTI FILHO, 2007, p. 142).

É importante mencionar que a principal expansão dos frigoríficos em Santa Catarina não foi com empresas de Chapecó, mas principalmente com a Perdigão (Videira) e a Sadia (Concórdia), que expandiam suas atividades com a incorporação de empreendimentos menores na região, bem como através da abertura de representantes em importantes centros consumidores do país, como a cidade de São Paulo (SERPA, 2014, p. 81-84).

Na cidade de Chapecó, o período até a década de 1960 (e como veremos posteriormente, também na década de 1960) a evolução industrial foi incipiente. Segundo Mônica Hass (1993), mudanças ocorriam na cidade em meados da década de 1950. A partir dessa data, o “grande Chapecó” apresentou um crescimento demográfico da ordem de 100%, no qual a maior porcentagem ocorreu na área urbana, principalmente na sede do município. Essa urbanização foi acompanhada por um grande crescimento do comércio e da indústria. Na área industrial, surgiram os primeiros frigoríficos: a S.A. Indústria e Comércio (SAIC) e o frigorífico Marafon (HASS, 1993, p. 107).

Percebe-se que o processo industrial no Oeste catarinense começou de forma incipiente a partir dos anos 1950. Esse processo, como veremos, tem relação com uma nova política industrial no cenário estadual tendo o Estado como agente ativo do desenvolvimento econômico. Se o Brasil esse processo se iniciou nos anos 1930, vamos perceber como em Santa Catarina o Estado se tornou fiador do processo industrial apenas 30 anos mais tarde. O Oeste iniciou esse processo de forma incipiente nos anos 1950, e após isso, investiu pesados recursos públicos e privados no setor agroindustrial.

2.1 A “Era do jato” chega ao Oeste: os anos 1960, as concepções de desenvolvimento e a Secretaria de Negócios do Oeste

No dia 11 de maio de 1966, o jornal chapecoense Folha d’Oeste publicou uma estranha história (aparentemente uma invenção), na qual o autor, Cidnei Viana, conta que seu tio, que era andarilho, estava de volta a região oeste, mais precisamente na cidade de Palmitos. Ao conversarem, o tio se surpreende com as mudanças que ocorriam na região, ao que o sobrinho responde: “Isto chama-se desenvolvimento, digo progresso!”³³. A história termina com o autor encaminhando o tio até a rodoviária para este pegar o ônibus até Chapecó.

Dois meses mais tarde, no dia 20 de julho, na coluna “Folhas ao vento”, de Ivanor Vanzin, o autor faz uma crônica descrevendo as mudanças que estariam ocorrendo em Chapecó, na qual “a cidade cresce, parece mentira, mas o que ontem era incredulidade, hoje é o sonho

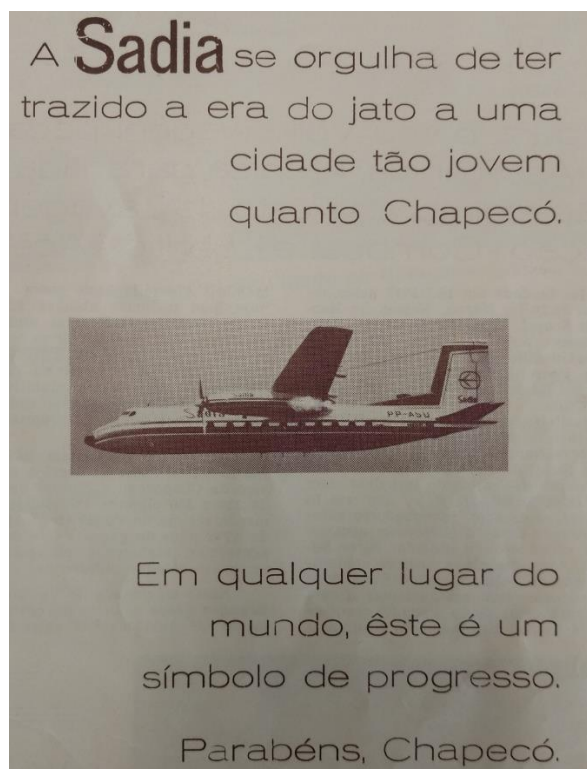
³³ Folha D’Oeste, 11.05.1966.

realizado, um sonho inacreditado por uns, duvidado por outros”. O que ele notava é que “[...] a olhos vistos é o trânsito, enorme, de carros e de pedestres que aumentam aos poucos na capital do Oeste”. Outra diferença para o passado é de que já não era mais possível conhecer todos os habitantes da cidade, pois “Ninguém sabe que é quem e quem quer o que³⁴”.

Duas publicações, focalizando duas cidades - Palmitos e Chapecó – mas que, combinada com diversas outras matérias do jornal Folha d’Oeste, pretendiam passar a mensagem de que aquele período estava assistindo uma transformação em toda região oeste, principalmente em sua “capital”, o município de Chapecó, que via aumentar o fluxo de carros e pedestres em suas ruas e avenidas, e que já não era mais possível conhecer todas as pessoas em sua volta, coisa que seria tipicamente de uma cidade pequena.

Progresso é outra palavra frequentemente usada pelo jornal, um desenvolvimento “a jato”, como na peça publicitária apresentada pela Sadia no álbum do cinquentenário de Chapecó:

Imagem 1: Peça publicitária Sadia.



Fonte: Álbum do Cinquentenário de Chapecó, 1967, p. 43.

³⁴ Folha D’Oeste, 20.07.1966.

Aliás, para viajar com este jato, os chapecoenses contavam com um aeroporto “inteiramente macadamizado”, que “pode ser considerado o melhor da região³⁵”. Aeroporto que passou por uma ampliação no ano anterior para poder receber os aviões a jato “Dart Harold” da Sadia. O habitante ou visitante de Chapecó poderia andar em uma cidade em transformação. Claiton Marcio da Silva (2014) afirmou que durante a segunda metade da década 1960, a prefeitura municipal investia no embelezamento e iluminação do centro da cidade, o que resultava em uma fachada mais “moderna” (SILVA, 2014, p. 65-72).

Imagem 2: “O progresso, como se observa, caminha a passos largos”.



Fonte: (Álbum do Cinquentenário, 1967, p.5).

Longe de apenas aceitar o discurso da imprensa local, esses trechos trazidos até aqui tem a intenção de mostrar como o jornal adotou tom extremamente otimista com o cenário político e econômico chapecoense e oestino. Antes de prosseguir, é necessário estudar a fonte em si, procurando conhecer sua inserção local e seu posicionamento. O jornal Folha d’Oeste foi fundado na cidade de Palmito, no mês de março de 1964, e no ano seguinte se transferiu para Chapecó, cobrindo 30 municípios oestinos³⁶. Apesar de se considerar um periódico semanal, sua frequência era incerta, pois podia ter cinco dias de intervalo entre as publicações, bem como duas semanas. Foi o único órgão de imprensa escrita no município e um dos poucos na região, dividindo o público oestino com o “Imprensa do povo” – fundado em 1966 em

³⁵ Álbum do Cinquentenário de Chapecó, 1967, p. 21.

³⁶ 31 Folha D’Oeste, 24.03.1966. A reportagem não indica a data exata da mudança de sede do jornal, mas afirma que foi naquele momento que o jornal passou a ter mais relevância.

Xanxerê –, e o “Voz da Fronteira”, o qual a editoria não informa a sede³⁷. Além do jornal, Chapecó também contava com a Radio Chapecó.

Inicialmente o editor do Folha D’Oeste foi Homero Franco, e posteriormente teve a contribuição de Gabriel Dezem. Franco parece ter tido trânsito privilegiado na sociedade chapecoense, circulando em diversos grupos da cidade. Exemplo disso foi que no mês de março de 1966 foi inaugurada a AIRA (Associação Oestina de Imprensa e Radiodifusão) e Homero Franco foi eleito presidente³⁸. Ainda temos a ligação deste com Serafim Bertaso, exemplo disto é que em fevereiro de mesmo ano a imprensa chapecoense promoveu um jantar com autoridades administrativas da cidade. Em determinado momento o editor do jornal pediu a palavra e falou enquanto representante de Bertaso, que à época ocupava o posto de Secretário dos Negócios do Oeste³⁹. Em outro evento – inauguração de energia elétrica em Caibí – ele se apresentou como relações públicas da SNO⁴⁰.

De acordo com Schneider (2001), citando uma entrevista com Franco, Bertaso teve interesse pessoal na transferência da sede do jornal de Palmitos para Chapecó, inclusive tendo emprestado dinheiro para tal ação. Ele teria interesse em divulgar as ações do órgão estadual que administrava. Além disso, Homero foi correligionário de Serafim, tendo sido vereador de Palmitos pela sigla do PSD. Após o bipartidarismo, Franco foi ligado ao MDB. Gabriel Dezem chegou a Chapecó no ano de 1964, no qual exerceu o cargo de professor. Próximo de Plínio de Nês, era ligado à ARENA (SCHNEIDER, 2001, p.39-41).

Como poderemos perceber, o veículo tinha uma visão muito positiva da SNO e de Bertaso, agindo praticamente como uma assessoria de imprensa dos dois, inclusive cedendo espaço no jornal para o órgão.

³⁷ Folha D’Oeste, 24.09.1966.

³⁸ Folha D’Oeste, 23.03.1966.

³⁹ Folha D’Oeste, 28.02.1966.

⁴⁰ Folha D’Oeste, 02.07.1966.

Imagem 3: Notícias da SNO.



Fonte: Folha d'Oeste, 29.01.1966

Ao empreender uma pesquisa nas edições do jornal compreendendo os anos de 1966 a 1968, e 1970, podemos notar a linha editorial do mesmo. Em primeiro lugar, o que nos é muito perceptível é uma espécie de “ufanismo” em relação ao Oeste, com um discurso afirmando que a região era muito rica e que passava por um processo de progresso, associado aos investimentos públicos. Nessas obras, se destacava as personalidades próximas dos editores do jornal, principalmente Serafim Bertaso, Celso Ramos e posteriormente Ivo Silveira. Apesar dessa defesa dos aliados próximos, o jornal saía em defesa de todos os políticos que provinham da região, como no caso de cassações de políticos de oposição ao regime militar. A fonte ainda demonstrou alguns comportamentos “ambíguos”, pois ao mesmo tempo em que deu ampla publicidade positiva para Celso Ramos - enquanto este era governador -, inclusive chegando a fazer propaganda para ele no ano de 1966 para a disputa no senado⁴¹, posteriormente este foi criticado, e o novo elogiado foi Ivo Silveira. O jornal também deu publicidade em certos momentos ao movimento para a volta do Território do Iguassú, o qual contrariava os interesses de Serafim Bertaso e Ivo Silveira. Sobre a cidade de Chapecó, o periódico tentava passar a imagem de uma cidade moderna, e construía a imagem desta enquanto “capital do Oeste”.

Mas qual o tipo de “desenvolvimento, digo progresso”, a que se refere o jornal, que estaria ocorrendo na região? Na mesma linha que vinha exercendo, a própria imprensa nos dá algumas pistas. Em dezembro de 1966, ao fim do mandato do então governador Celso Ramos⁴²,

⁴¹ Folha D'Oeste, 12.11.1966.

⁴² A família de Celso Ramos era proprietária de grande extensão de terras no planalto de Lages (SC), e disputavam o poder de forma oligárquica em SC com as famílias Konder e Bornhausen. Seu pai ocupou o cargo de governador por duas oportunidades durante a república velha, e seu irmão (Nereu Ramos) foi deputado, governador e interventor em Santa Catarina, chegando a exercer a presidência da república no ano de 1955. Celso foi fundador

uma publicação na terceira página, com o sugestivo título de “A transformação catarinense”, afirmou que o divisor de águas no Estado foi justamente a posse daquele governador, e que os governos anteriores, apesar da “melhor boa vontade”, não conseguiam solucionar os problemas da população devido à “falta de conhecimento profundo dos reais anseios do povo”. Esse contexto mudou com a realização do Seminário Sócio-Econômico de Santa Catarina, em 1959, no qual a população “segreda ao governo seus problemas”. O responsável pelo Seminário, e pela solução dos problemas apontados por este, foi justamente o político lageano, que “dignificou Santa Catarina”, e mesmo que “se pode discernir as duas fases de Santa Catarina. Uma antes de 1960 e outra após”. Dentre as realizações do então governador, o jornal destacou a aplicação do planejamento econômico, através do Plano de Metas do Governo (PLAMEG), e da Secretaria de Negócios do Oeste, criada em 1963⁴³.

Imagem 4: “A transformação catarinense”.



Fonte: Folha d'Oeste, 19.01.1966

O PLAMEG foi o ponto de partida de uma política industrial catarinense. No Oeste, a aplicação do planejamento econômico – 30 anos mais tarde que em âmbito nacional – foi uma extensão do planejamento estadual, aplicados -, como veremos adiante -, por uma elite de políticos empresários que tinha relações em todo território catarinense. Esse processo, assim

e primeiro presidente da FIESC, em 1950, permanecendo no cargo até 1960, quando ganhou a eleição para governador do Estado. Já no período bipartidário, exerceu o cargo de senador.

⁴³ Jornal Folha D'Oeste, 19.01.1966.

como aconteceu em contexto federal anteriormente -, foi embasado por correntes do pensamento econômico que se pretendiam técnicas, através do levantamento de informações e do uso da técnica de planejamento econômico tendo o Estado como principal agente econômico.

2.2 Santa Catarina: As concepções de desenvolvimento

Ao se estudar o Oeste catarinense no recorte selecionado (década de 1960), não podemos dissociar o diagnóstico da economia local e as concepções de desenvolvimento predominantes no período com o contexto estadual, pois – como veremos – as elites econômicas e políticas locais estavam engajadas no programa de governo do Estado. Desde o início dos anos 1960, foram produzidos no âmbito governamental e acadêmico amplo material sobre o panorama socioeconômico catarinense, e apontavam soluções na prática para os famosos “pontos de estrangulamento”, utilizando linguagem da época para definir os problemas que estavam “segurando” o desenvolvimento do Estado. Nesta parte do capítulo, utilizaremos alguns destes materiais - acerca do diagnóstico da economia catarinense no início dos anos 1960 -, produzidos por acadêmicos e burocratas vinculados a este processo, e posteriormente o diagnóstico oficial, materializado no Seminário Sócio-Econômico, que foi explorado por Sérgio Schmitz (1985).

2.2.1 Os tecnoburocratas

Como já trabalhado no primeiro capítulo, a partir dos anos 1950, Octavio Ianni (1971) identificou o fortalecimento do que denominou a tecnoestrutura brasileira. Isso ocorreu justamente com a crescente atuação que o Estado vinha tendo na economia, indicando uma nova visão sobre a formulação das políticas econômicas (IANNI, 1971). No Estado de Santa Catarina, utilizando uma metáfora de Francisco de Oliveira (2013), o novo “leito do rio”, ou seja, a crescente atuação estatal em benefício da indústria aconteceu a partir dos anos 1960. Esse novo modelo demandava, assim como no caso nacional estudado por Ianni, exigências novas, como a coleta e análise de dados, e a formulação das políticas econômicas adequadas para responder aos diagnósticos realizados. Isso requeria um novo tipo de pensamento técnico-científico, que passou a ocupar os órgãos do executivo responsáveis pela formulação dessas políticas econômicas, e que iriam modificar o modo pelo qual as diferentes classes participam da renda estadual.

Assim, a tecnoestrutura catarinense surgiu com duas importantes funções: conceber teoricamente o que é o desenvolvimento catarinense – inspirado nas diferentes correntes

desenvolvimentistas construídas desde os anos 1930 -, e aplica-lo na prática, através dos planos econômicos estaduais. Essa tecnoestrutura era formada principalmente por professores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da própria máquina administrativa, seja nos órgãos estaduais ou federais (principalmente as agências que atuavam no Sul), e tiveram intensa atividade intelectual nas décadas de 1960 e 1970, seja através de diagnósticos ou de direcionamentos para a economia catarinense. Esses burocratas pertenciam ao que Ido Luiz Michels denominou de corrente desenvolvimentista catarinense, e vamos explorá-las em duas partes, primeiramente com o diagnóstico que fizeram da economia local, depois apontando as soluções para o mesmo. Os autores estudados serão Alcides Abreu, José Carlos Gevaed, Paulo Fernando Lago e Fernando Marcondes de Mattos.

O primeiro autor a ser explorado é Alcides Abreu, natural de Bom Retiro (SC), bacharel em direito, filósofo e economista, com ampla atuação dentro do serviço público estadual, tendo sido professor da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Teve atuação importante na FIESC e no governo de Celso Ramos, ocupando cargos de destaque na máquina pública e sendo um dos principais formuladores do PLAMEG. Ido Luiz Michels (2001), no “Crítica ao modelo catarinense de desenvolvimento”, considerou Abreu como um dos grandes idealizadores da corrente desenvolvimentista no Estado (MICHELS, 2001, p. 152).

No livro “Ensaio sobre a economia catarinense”, Abreu escreveu com outros autores – burocratas e professores acadêmicos do período – textos sobre diferentes aspectos da economia estadual. O autor em questão escreveu o ensaio que inaugura o livro, de título “Panorama da economia catarinense”, o qual fez um diagnóstico da situação econômica no período da escrita do material, no ano de 1970. Deve-se ter em mente que os escritos desses autores eram voltados para a procura de soluções por parte da administração pública, a qual eles também faziam parte.

Neste texto destacado, Alcides Abreu mostrou preocupação com o baixo crescimento da economia catarinense em relação a nacional:

[...] Ao longo de todo o período consignado pelos estudos da Fundação Getúlio Vargas é constante a perda de representatividade da economia estadual em relação a nacional. De uma participação ao redor de 2,99% em 1947, decaiu para 2,77% em 1950 e 2,63% em 1960. Os anos da década de sessenta teriam sido de recuperação. Estima-se que ao final deste período se tenha retornado à participação do ano inicial da série (ABREU, 1970, p. 17).

Conclusão convergente está presente em outro texto do livro, de autoria de Carlos José Gevaerd⁴⁴, intitulado “Panorama Industrial Catarinense e a Revitalização do FUNDESC – Fundo de desenvolvimento do Estado de Santa Catarina”. Citando estudo de um escritório técnico de São Paulo, o ASPLAN, escreveu que o crescimento do produto real de Santa Catarina, no período de 1949 a 1966, teve uma média de 4,2%, enquanto o nacional teve uma média de 5,6% (GEVAED, 1970, p.88).

Para estes autores, a economia estadual estava crescente, mas em comparação com o ritmo nacional, os valores eram insatisfatórios. Ainda se destacava que a partir de 1960 houve uma melhora, devido justamente à ação do Estado, como poderemos perceber mais adiante.

Um dos principais problemas apontados por esses autores é o baixo protagonismo da indústria estadual. Gevaed (1970) sublinhou que apesar do crescimento da indústria em relação aos demais setores, este não foi “suficiente para alterar, fundamentalmente, a estrutura da economia barriga-verde” (GEVAERD, 1970, p. 89). Esse diagnóstico converge com a leitura de Abreu e Goularti Filho.

Voltando à análise feita por Abreu, o autor destacou que o desenvolvimento poderia ser caracterizado pela “[...] modificação estrutural da economia, com participação crescente relativa dos setores da indústria e serviços, na formação da renda” (ABREU, 1970, p. 17). Em uma leitura próxima da CEPAL, Abreu demonstra preocupações com esse baixo crescimento da indústria, principalmente pela dependência da economia catarinense com outras partes do país:

As exportações do Estado, tanto para o resto do país como para o exterior, são constituídas preponderantemente de produtos primários.

As importações ao contrário, são formadas principalmente de produtos manufaturados, o que leva o Estado a sofrer uma deterioração nos *termos de intercâmbio* [grifo nosso], além de atrelar sua oferta ao comportamento dos mercados externos, por produtos de baixa elasticidade-renda⁴⁵.

Ou seja, para o autor, o Estado sofria dos mesmos problemas diagnosticados pela CEPAL nos países subdesenvolvidos em relação aos desenvolvidos, recriando uma relação centro-periferia de centros industriais do Brasil com Santa Catarina. Prossegue o autor:

⁴⁴ Bacharel em direito e chefe do departamento de economia da UFSC, tendo no currículo cursos de treinamento da CEPAL/BNDE. Exerceu cargos burocráticos no FUNDESC (Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina).

⁴⁵ O conceito de elasticidade renda mede a variação da demanda de determinado produto em relação a uma variação da renda do consumidor.

A exemplo do que ocorre com os países subdesenvolvidos em relação aos desenvolvidos, o Estado produz bens de baixa elasticidade-renda e depende do polo desenvolvido dentro do País no que concerne a produtos de maior elasticidade-renda, havendo um desequilíbrio no comércio inter-regional (ABREU, 1970, p. 20).

Além dos problemas criados por essa relação desigual, a interpretação de Abreu é de que as indústrias locais não conseguiriam competir com as do “polo desenvolvido”, visto que as produzidas aqui atuavam em sistema de baixa produtividade (ABREU, 1970, p. 21).

Gevaerd acrescentou ainda a pouca atratividade do Estado para a instalação de indústrias:

A par dessa característica apresentada pela indústria catarinense, sofria o setor secundário a concorrência de incentivos oferecidos por Estado limítrofes, o que determinava a adoção de medidas urgentes, não somente para se dinamizar o quadro estrutural do setor, como para evitar a evasão de nossas indústrias para outros Estados (GEVAERD, 1970, p. 108).

O pouco dinamismo da indústria também foi apontado pelos autores. Abreu, utilizando dados de 1959, afirmou que o movimento transição do capital agromercantil para o agroindustrial (isso também foi percebido por Alcides Goularti Filho) ainda era insuficiente, pois “mais da metade da renda industrial provém da transformação de produtos oriundos da agricultura, o que atesta uma estrutura econômica pouco adiantada” (ABREU, 1970, p.19). A pouca participação do setor de bens de capital e intermediários implicariam em pouco dinamismo do setor industrial.

Nesta parte, os autores faziam um diagnóstico negativo da economia catarinense, e em uma leitura próxima da CEPAL, apontavam o baixo protagonismo da indústria local culpada pela relação centro-periferia estabelecida com os grandes centros brasileiros. Dessa forma, necessitava, em primeiro lugar, identificar os “pontos de estrangulamento” – utilizando a linguagem da época – que provocavam essa situação.

O principal “ponto de estrangulamento” para a economia catarinense, convergente tanto com esses autores como para o diagnóstico “oficial”, foi a falta de infraestrutura. No livro “universidade e desenvolvimento” (1965), Alcides Abreu ressaltou que “Os desestímulos, a que ficou sujeito esse setor [indústria], se deram principalmente porque as indústrias não tiveram, no período, a infraestrutura indispensável, o capital social básico imprescindível para a sua instalação” (ABREU, 1965, p. 12). Agora passemos para o diagnóstico “oficial” da economia catarinense em 1960, que norteou as ações do governo de Celso Ramos e da ação estatal no Oeste.

2.2.2 O Seminário Socioeconômico

Sérgio Schmitz (1985), no livro “Planejamento Estadual: a experiência do Plameg”, o autor fez uma pesquisa acerca do planejamento econômico em Santa Catarina - com ênfase no Plano citado-, e nele afirmou que a motivação para adoção de tal técnica administrativa se deu pela leitura de que o crescimento empresarial catarinense, ao final dos anos 1950, estava limitado por um quadro “melancólico”: novas empresas não poderiam se instalar, e as existentes não poderiam ampliar sua atuação ou simplesmente se transferiam à outras Estados. Diante deste cenário, as lideranças industriais catarinenses, nucleadas na FIESC (com a colaboração da CNI) formulam uma resposta desenvolvimentista, influenciados pelo Plano de Metas de Kubitschek e por lideranças industriais nacionais (SCHMITZ, 1985, p. 54-55).

No entanto, prossegue o autor, seria necessário fazer um levantamento estatístico afim de ter um diagnóstico do quadro socioeconômico local. Dessa forma, surgiu a ideia do Seminário Socioeconômico:

Ele nasceu dessas circunstâncias, isto é, a intenção clara da liderança industrial do Estado de se engajar no processo brasileiro, somada à disponibilidade técnica na Confederação Nacional da Indústria e à disponibilidade relativa de agentes mobilizadores nucleados na Federação Das Indústrias de Santa Catarina, haja visto a preocupação da Federação em treinar técnicos no campo de planejamento desde 1957 (SCHMITZ, 1985, p. 55).

O seminário foi iniciado no ano de 1959, executado pela FIESC – com apoio da CNI - teve como resultado, após um ano de trabalho, o “Documento Básico”. Este documento teve influência na linguagem e ideologia desenvolvimentista, como nesta citação que Schmitz trouxe⁴⁶, escrita por Celso Ramos, no qual então presidente da FIESC destacou que a

Tendência política de transformação do regime de convivência da estrutura brasileira, a partir da ruptura energética dos anos trinta, veio crescentemente revelando potencialidades antes insuspeitadas, o que permitiu ao gênio inspirado do presidente Kubitschek lançar em bases ideologicamente sólidas a grande arrancada econômica cultural dos anos 60, que, na sua originalidade ousada, certamente marcará não só a nossa, mas na história da cultura ocidental, quando da descrição dos historiadores futuros, um novo modelo, fértil e inédito. A consciência do processo brasileiro em formação, a noção da pesada e honrosa responsabilidade que deve caber ao setor industrial, a convicção de que a revolução profunda que se opera em nossa estrutura não contem nem deve conter vidência ao espírito democrático que a define e exalta, estavam a apontar o caminho certo do dever da FIESC: o exame criterioso, determinado e sistemático das características, contradições e dificuldades que marcam e definem o atual profeta de vida brasileiro (SANTA CATARINA, Documento Básico/ Seminário Socioeconômico. FIESC, 1960, p. 5 apud SCHMITZ, 1985, p. 56).

⁴⁶ Infelizmente não tive acesso ao documento, por isso utilizo a citação de Schmitz.

A construção deste documento, visto em perspectiva histórico, marcou a entrada dos industriais na luta pelo poder político em Santa Catarina. Através da fala de Celso Ramos acima mencionada, é possível ver de forma explícita o modelo que esses industriais iriam seguir: o desenvolvimentismo dos anos 1950.

A metodologia do Seminário consistiu na distribuição de questionários e na reunião, em 16 cidades distribuídas pelo Estado, de representantes da agricultura, pecuária indústria, trabalhadores, administração pública, Igreja e outras instituições, de onde saíram os grupos de trabalho, que fariam mais reuniões. Destes grupos saíram 18 documentos relativos a 18 tópicos sobre a realidade socioeconômica catarinense, reunidos no “Documento Básico”. Dentre os principais “pontos de estrangulamento”, temos a educação, infraestrutura e crédito (SCHMITZ, 1985, p. 60).

No tópico educação, para uma população em idade escolar de 500 mil crianças, só existia metade do número de matrículas. O ensino médio e superior só tinha, respectivamente, 23 mil e menos de mil vagas; no setor energético, o Estado dispunha apenas de aproximadamente 92.000 Kw de potência, e se comparado a 1952, quando dispunha de 80.000 Kw, percebe-se que em quase uma década o crescimento foi muito baixo. Esse era um ponto de estrangulamento importante, pois limitava a instalação de novas empresas pela falta de energia; Acerca das rodovias, percebeu-se que não havia um sistema rodoviário que integrasse toda a economia: a zona agropecuária não se comunicava com a industrial, prejudicando o abastecimento de matérias primas e a exportação; No setor de crédito, o documento sublinhou que o BNDE não fornecia financiamentos de grande vulto aos empresários catarinenses, o que teria feito com que os investimentos locais fossem feitos com recursos próprios; outro ponto destacado foi a pouca absorção por parte dos empresários de técnicas modernas de produção (SCHMITZ, 1985, p. 60-61).

O grande nome “técnico” por trás deste diagnóstico foi Alcides Abreu. Em sua obra aqui estudada, ele menciona o processo de construção do seminário, já apontando que a escolha de sua realização foi o de levantar as informações necessárias para guiar a ação estatal, visto que não era possível “aguardar o espontaneísmo do desenvolvimento”, e sim provoca-lo: “Os estrangulamentos da economia estadual apresentaram os contornos nítidos. E mais do que isto, se pode afirmar que, em decorrência do diálogo, a população adquiriu ou fortaleceu-se na consciência do processo brasileiro em marcha [...]” (ABREU, 1964, p. 136).

Fortemente influenciado pelas ideias Cepalinas, os diagnósticos da economia catarinense apontavam para um baixo protagonismo industrial, insuficiência de crédito e falta

de infraestrutura. Assim como no panorama nacional, os pontos de estrangulamento não poderiam ser resolvidos apenas pela iniciativa privada, mas necessitavam forte ajuda estatal. Como veremos, a intervenção estatal em Santa Catarina teve os mesmos contornos daquela que prevaleceu no processo de desenvolvimento nacional: o direto, através das obras de infraestrutura e das empresas estatais; e o indireto, através dos subsídios e dos bancos de fomento.

2.2.3 O planejamento econômico em SC

O planejamento econômico no âmbito estadual não foi inaugurado pelo PLAMEG, mas sim com o Plano de Obra e Equipamentos, no final do governo Irineu Bornhausen (1951-55). Segundo Goularti Filho (2005), no artigo “O planejamento estadual em Santa Catarina de 1955 a 2002”, esse plano foi elaborado para o período de 10 anos, mas não foi continuado pelos sucessores de Bornhausen, Jorge Lacerda e Heriberto Hulse⁴⁷(GOULARTI FILHO, 2005, p. 6). Tanto Goularti quanto Schmitz utilizam Mattos⁴⁸ (1973) para analisar o POE. Segundo este autor, o plano não teria a pretensão de ser global, mas sim uma reunião de programas setoriais submetido a orçamento paralelo (MATTOS, 1973 apud SCHMITZ, 1985, p.49). Schmitz ainda acrescenta que o planejamento neste momento sofreu com a falta de um diagnóstico sobre a economia catarinense (SCHMITZ, 1985, p. 49).

Apesar da importância que SCHMITZ deu ao seminário e a liderança dos industriais na formulação do PLAMEG, Goularti Filho (2005) sublinha que foi uma necessidade do novo padrão de acumulação que se iniciava nos anos 1960:

Cabe ressaltar que o Plameg não foi apenas resultado desse seminário ou de um empenho pessoal do Governador Celso Ramos. Ele foi fruto de um novo padrão de crescimento gestado nos anos anteriores, que estava prestes a se romper por inteiro, ou seja, o movimento de acumulação capitalista orquestrou mudanças institucionais para liberar as forças produtivas (GOULARTI FILHO, 2005, p. 8).

A formulação e aplicação do planejamento econômico em Santa Catarina ampliou a influência do que Ido Luiz Michels (2001) denominou de corrente desenvolvimentista catarinense. Segundo este autor, mais do que a simples análise econômica, esses atores ⁴⁹

⁴⁷ Assumi após a morte de Jorge Lacerda, em 1958, após acidente aéreo.

⁴⁸ MATTOS, Fernando Marcondes de. Santa Catarina: nova dimensão. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1973. 448p.

⁴⁹ Dentre eles, o autor destacou Alcides Abreu, Fernando Marcondes de Mattos, Paulo Fernando Lago e a Agência de Florianópolis do BRDE.

praticavam política econômica, no sentido de propor ações concretas para a administração pública (MICHELS, 2001, p. 147). Essa corrente teve acesso à postos na administração pública após a vitória de Celso Ramos, assim como tinha espaço dentro do magistério superior catarinense.

Ainda segundo Michels, essa corrente adotou como solução para os pontos de estrangulamento do Estado a intervenção estatal, a industrialização e a defesa da burguesia local:

Os formuladores dessa corrente introduzem em suas análises e propostas a necessidade do planejamento em suas análises e propostas a necessidade do planejamento econômico, objetivando alcançar o desenvolvimento estadual, notadamente no setor industrial. Os desenvolvimentistas explicitam em seus trabalhos a necessidade da intervenção do Estado na economia por meio de planejamento, criação de infraestrutura, crédito e educação, com o objetivo de auxiliar, para eles, a pioneira ação do empresariado catarinense (MICHELS, 2001, p. 148).

Nesta citação de Michels temos dois importantes pontos a tratar. O primeiro é a influências desenvolvimentista desta corrente. Para Michels, o grupo teve uma influência da CEPAL: “[...] É nessa escola que os desenvolvimentistas catarinenses buscam sustentação teórica e técnica”. É explícito a influência da CEPAL nos escritos desses autores, como já percebemos até aqui. No entanto, através da leitura de suas obras, percebe-se uma influência muito grande do desenvolvimentismo em geral, com muitas referências à Celso Furtado, mas também à Roberto Campos e ao PAEG. Dessa forma, o que se tem não é a influência de apenas uma corrente desenvolvimentista específica, mas uma base teórica e ideológica do desenvolvimentismo no geral. O que se buscou muitas vezes foi um afastamento do desenvolvimentismo dito “demagogo” e “populista” de João Goulart, mas isso nos parece uma tentativa de se aproximar da ideologia implementada no pós-1964, visto que fazem diversas referências à Celso Furtado, que foi o construtor do Plano Trienal.

Alcides Abreu tem em seu currículo vasta produção acadêmica. Nessas obras podemos ver algumas ideias que teriam influenciado o governo catarinense nos anos 1960. No livro “O Estado e o processo de desenvolvimento”, de cunho mais teórico, percebe-se algumas noções acerca do papel do Estado na economia. Para Abreu, o Estado seria “natural [...] indispensável a vida em comunidade e à realização dos fins terrenos do homem” (ABREU, 1964, p. 22). Adiante, o autor faz uma crítica ao capitalismo liberal:

O capitalismo não pode, em termos globais resolver os problemas humanos. Mesmo nos países produtivistas – diz Le Bret ⁵⁰– o regime capitalista sofreu profundas modificações, através de vários tipos de medidas: umas, assegurando garantias e direitos dos trabalhadores, outras compensatórias de carências ou deficiências da livre iniciativa, algumas diminuindo os efeitos nefastos de uma concorrência anárquica, outras de coordenação global do plano nacional. Os automatismos tão caros aos liberais não eram automáticos como pretendiam fazer crer. E daí as constantes solicitações à intervenção do poder público, concebidas é bem verdade -, egoisticamente, e objetivando ao mesmo tempo que soluções convenientes ao seu interesse, a garantia de expansão (ABREU, 1964, p. 110).

Apesar de se situarem no campo da direita, não devemos confundir esse campo apenas com as posições liberais. Esses autores procuravam se distanciar do campo da esquerda, e faziam diversas críticas ao governo João Goulart e ao comunismo. No entanto, denunciavam as posições liberais como insuficientes para o processo de desenvolvimento que almejavam, e pregavam a intervenção estatal e o planejamento econômico como solução para os problemas identificados.

A solução para os problemas criados por esse capitalismo “anárquico” viria através do planejamento econômico. No entanto, muitas das críticas que os defensores do planejamento sofriam era de que controlar o mercado poderia aproximar dos métodos econômicos soviéticos. Por isso, Abreu (assim como os autores cepalinos) defendiam que a técnica de planejamento seria algo “neutro” (ABREU, 1964, p. 124), e que, mais que isso, serviriam para impedir impulsos revolucionários:

Assim, o desenvolvimento é um desafio apresentado ao homem nas circunstâncias históricas de um tempo e espaço. Ou se levanta a luva e se deflagra o processo, ou se continua no marasmo que leva a inquietação, a rebeldia e a revolução. [...] Não é possível deter os impulsos sociais que clamam pelo progresso. Ou se vai a ele em harmonia – programação democrática – ou se chega ali pela violência – programação totalitária (ABREU, 1964, p. 135).

Nessa citação ficava explícito que o autor procurava se situar em um meio termo: as posições liberais eram insuficientes e equivocadas; o comunismo era um perigo, por isso a programação e o desenvolvimento se tornava um imperativo para se evitar a violência e políticas econômicas consideradas “totalitárias”.

O autor prossegue, citando Celso Furtado⁵¹, de que o papel do Estado seria a realização do bem comum. Para atingir esse fim serviria a ação estatal, que poderia agir através de meios

⁵⁰ Não consegui localizar a referência exata a este autor.

⁵¹ A obra citada é “A pré-revolução brasileira” (1962).

diretos (ação centralizada) ou indiretos (mecanismos fiscais e monetários). Em linhas gerais, é o mecanismo que pautou a ação estatal em âmbito nacional.

Mas, segundo o autor, apenas a ação estatal não seria suficiente para alcançar o caminho do desenvolvimento. Em “Panorama da economia catarinense” (1970), o autor afirmou que conjugação de forças entre Estado e empresariado (ABREU, 1970, p.21). O planejamento seria instrumento no qual o Estado seria “[...] suporte das ações empresariais e individuais; denominador comum dos interesses coletivos, agentes, enfim, do desenvolvimento para o homem” (ABREU, 1970, p. 30). Essa união traria o desenvolvimento, que na visão do autor significaria: aceleração e modernização industrial, para aumentar o emprego; aumento da produtividade agropecuária; construção de um sistema financeiro e de assistência técnica (ABREU, 1970, p. 23-24). Fazendo uma interpretação do processo de desenvolvimento catarinense dos anos 1950 até a escrita do texto, bem como da ação estatal, o autor faz uma longa conclusão, mas que vale a pena ser citada:

Veloz no crescimento demográfico, uma substancial mudança no mecanismo de administração a partir dos anos sessenta possibilitou e deu ensejo a que se pusessem alguns os pré-requisitos indispensáveis à expansão econômica. Embora a participação catarinense no conjunto da economia fosse decrescente ou estacionária nos anos cinquenta, esta tendência deverá modificar-se, com a plena utilização dos recursos infra-estruturais gerados por uma agressiva política de investimentos públicos. Há razoáveis indícios de que o Estado se encaminha para uma política de industrialização, essencial à criação de empregos urbanos, crescentemente demandados por uma população amplamente escolarizada. O adensamento dos centros urbanos, o crescimento quase explosivo da capital [...], uma rápida mudança na estrutura do pensamento político, tudo conduz à adoção de uma atitude otimista em relação ao futuro do Estado [...] (ABREU, 1970, p. 43-44).

Essa citação nos trouxe um exemplo quase didático das concepções de desenvolvimento de Abreu, mas que também era compartilhada por outros tecnoburocratas catarinenses. Primeiro, a citação nos revelou uma sociedade que passava por transformações: crescimento demográfico e urbanização. Para enfrentar os desafios de uma economia quase estacionária, uma nova política econômica foi posta em prática, baseada em investimentos públicos, com o objetivo de incentivar a industrialização e promover empregos melhores a uma população que crescia.

Fernando Marcondes de Mattos é bacharel em direito pela Universidade Federal de Santa Catarina, local em que exerceu sua profissão no magistério superior, na cadeira de Economia Política. Na contracapa de seu livro que será discutido, consta a informação de que frequentou o curso de Treinamento em Problemas de Desenvolvimento Econômico, realizado pela Cepal na cidade do Rio de Janeiro, e outro curso, de nome “Desenvolvimento Econômico”,

realizado pela “*Agency for International Development*”, realizada nos Estados Unidos. Foi técnico do Banco de Desenvolvimento do Estado de SC, e da CODESUL, além de ter sido assessor econômico de Celso Ramos e ocupado cargos em agências estaduais em seu governo. O livro abordado é resultado de sua tese de livre-docência pela UFSC, “A Industrialização Catarinense”, do ano de 1968.

Logo no início de seu livro, Mattos lançou a pergunta: “Por que e para que preocupar-nos com o desenvolvimento econômico? ” Respondendo na sequência, e citando um autor cepalino – Jorge Ahumada -, ele afirmou que a necessidade do desenvolvimento é evidente. O desenvolvimento teria como resultado

“[...] a expansão da riqueza nacional (ou regional, conforme for o caso) a um nível tal que permita superar o aumento das taxas de crescimento populacional e ainda elevar a renda per-capita da população a um ritmo não inferior a 2.5 % ao ano, aproximadamente, conforme preconiza a própria ONU” (MATTOS, 1968, p. 15).

A referência inicial a um cepalino, e a linguagem próxima dos técnicos planejadores da instituição não são as únicas referências à CEPAL. Também na primeira página, o autor deixa explícito o entendimento que vai seguir durante a obra: “[...] a industrialização o caminho necessário e básico ao rápido crescimento das economias subdesenvolvidas” (MATTOS, 1968, p. 15).

O autor começou a defesa da industrialização como imperativo ao desenvolvimento através das críticas as teses das Vantagens Comparativas, assim como os cepalinos, principalmente Raúl Prebisch o fizeram. Para ele,

Para que a Lei das Vantagens Comparativas tivesse sentido para todos os países seria necessário que se verificasse muitas condições, ou então que vivêssemos no “melhor dos mundos”. É claro que estas condições não existem e nem nunca existiram. [...] tem acontecido, em que os preços dos produtos manufaturados, produzidos nos países industrializados, ou se mantêm firmes ou se elevam, enquanto que os preços dos produtos normalmente primários, exportados pelas economias subdesenvolvidas, ou oscilam ou se reduzem. A história ensina que os países que se industrializaram se enriqueceram e que os países que se dedicam a exportar produtos primários se empobreceram. [...] (MATTOS, 1968, p. 22).

Em uma referência à teoria da deterioração dos termos de intercâmbio, de Prebisch, percebemos as influências cepalinas do autor. Dessa forma, a industrialização aparecia no horizonte como solução para esses problemas, uma vez que “[...] tem sido o caminho preferido por todas as economias hoje desenvolvidas. Dito de outro modo, o desenvolvimento dos países

tem mostrado uma estreita relação entre o crescimento das rendas e o mais rápido aumento da produção industrial” (MATTOS, 1968, p. 25).

Além disso, a industrialização promoveria o aumento da produtividade da força de trabalho. Em comparação com investimentos no setor primário, que não teria condições de absorver uma grande quantidade de mão-de-obra, os investimentos no setor secundário gerariam uma quantidade maior de empregos. Ainda assim, o autor defendeu que o desenvolvimento da indústria não exclui o da agricultura, visto que um depende do outro (MATTOS, 1968, p. 26). Em Santa Catarina, principalmente no Oeste, percebe-se que a instalação dos ramos industriais se deu através do aproveitamento de matéria-prima produzida regionalmente pelo setor primário, como foi o caso da mudança do padrão de raça suínos para atender a produção de carnes pelos frigoríficos, como veremos adiante.

Através da visão positiva que o autor tinha da industrialização, o autor advertiu que o Estado de Santa Catarina deveria fazer o máximo em torno desse objetivo, para melhorar suas relações de troca com os demais Estados federativos. Para conseguir este feito, o autor encaminha uma solução, citando um estudo das nações unidas:

[...] é provável que os governos tenham que desempenhar uma função mais ativa que a que desempenharam na maioria dos países europeus no sentido de canalizar inversões, preparar os fatores para um emprego mais produtivo e contribuir ao ajuste mutuamente proveitoso das necessidades humanas e industriais, sobretudo se se quer acelerar o ritmo da industrialização (KERR, 1963, HARRISON, Frederick e MYERS, Charles: *Industrialismo e Sociedade Industrial*, p. 55 apud MATTOS, 1968, p. 29).

Percebe-se a referência a relação com os demais Estados da Federação, assim como Abreu também o fez. Além disso, o caminho apontado por Mattos é o mesmo: a industrialização via intervenção estatal.

Nas conclusões do autor, isso fica mais explícito, e além dos objetivos que devem ser perseguidos que já foram listados aqui, Mattos sugeriu a formação da tecnoestrutura em âmbito catarinense:

D) a adoção de métodos administrativos e decisórios progressivamente elaborados e científicos; a fusão ou concentrações industriais – financeiros; a formação de técnicos; o hábito a pesquisa e o desenvolvimento da tecnologia; E) o levantamento periódico, pelas universidades e fundações, dos perfis industriais que poderiam ser instalados na região, a fim de que as oportunidades, senão aproveitadas, pelo menos conhecidas sejam. [...] F) a criação, pelas universidades, de um instituto de pesquisas industriais [...] (MATTOS, 1968, p. 149).

Através da citação acima, Mattos encaminhou uma solução em que sugeria a remodelação completa do aparelho de Estado para servir aos fins industriais. Além disso, sugere a concentração financeira e empresarial, algo que já ocorria no Brasil desde o início do governo Castelo Branco, com o PAEG. A concentração industrial (inclusive com os donos dessas empresas tendo papéis chave no aparelho de Estado) foi um dos pilares do desenvolvimento industrial catarinense. Tavares (1978) afirmou que apesar deste processo ter fechado algumas empresas, outras oportunidades se abriam para as outras, visto que se tornavam fornecedoras para os grandes monopólios que se formavam.

A última obra a ser estudada é a de Paulo Fernando Lago, “Santa Catarina: a terra, o homem, a economia”, na qual o autor faz um diagnóstico detalhado destes três pilares da economia local. Lago foi professor de geografia da UFSC, diretor do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da instituição, e ocupou cargos no governo estadual e na prefeitura de Florianópolis.

A principal parte da obra que aqui nos interessa está em um trecho em que Lago tratou da questão energética no Estado. Ele afirmou que o Estado teve que intervir na questão pela falta de capacidade da iniciativa privada. A citação revelou a forma com que se deu as relações entre poder público e privado em SC:

[...] a intervenção estatal vem se pautando por um caminho teoricamente correto; o de assumir as responsabilidades cada vez mais absorvedoras da programação e controle da energia elétrica. As resistências da iniciativa particular não são tão eloquentes nesse aspecto, sobretudo porque as empresas particulares se beneficiam da investida estatal, assegurando a distribuição da energia produzida pela entidade superior. (LAGO, 1968, P. 237).

Aqui percebe-se a orientação da intervenção estatal catarinense: ela não deveria concorrer com a iniciativa privada, mas sim ajudar a se desenvolver. Essa foi a forma de desenvolvimento adotada tanto no Brasil, como em Santa Catarina, e por consequência, na região Oeste do Estado. Além disso, o Estado ficaria com a parte “pesada” do desenvolvimento econômico, uma vez que os investimentos em infraestrutura demandavam maior tempo em termos de retorno econômico, e precisavam de um volume grande de capitais. Temos aqui o funcionamento do “consórcio”, descrito por Reinaldo Lohn (2014), em referência a um texto de Hoyêdo de Gouvea Lins, presente em um livro escrito em parceria com Marcos Konder Reis e Eglê Medeiros, datado do início dos anos 1970 (mas a data é incerta). Nesse consórcio revelava a cooperação entre o setor público e privado, no qual este último mereceria os

investimentos públicos de fomento e crédito por serem promotores do desenvolvimento (LOHN, 2014, p. 17-18).

São essas as concepções que vão influenciar o processo de desenvolvimento do Oeste, uma vez que ele é a ramificação do projeto estadual. É claro que devemos considerar as especificidades do Oeste, como a economia e a configuração das elites políticas locais (que foram decisivas para apontar quais os parceiros beneficiados), mas em linhas gerais foram essas as concepções aplicadas na região, seja na criação e na ação da SNO, seja através dos subsídios fiscais e do crédito.

No segundo volume dos cadernos do cárcere, Gramsci trabalhou a questão da relação dos intelectuais e da construção da hegemonia de determinada classe dominante. Ele afirmou que:

[...] cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político. (GRAMSCI, 2001, V.2, p. 15).

No caso específico aqui estudado, a classe industrial que ocupou o espaço a partir de 1960, encontrou em intelectuais advindos principalmente do magistério superior catarinense, os construtores teóricos de sua hegemonia.

Maria Lucia Duriguetto (2014), ao estudar as concepções acerca dos intelectuais em Gramsci, constatou que as funções dos intelectuais de determinada classe dominante se fazem tanto na sociedade civil quanto na sociedade política. Essas funções – de direção e organização – no aparato estatal comportariam diversas gradações, uma vez que há divisões de funções no trabalho dos intelectuais. Ainda sobre o trabalho dos intelectuais, a autora afirmou que

A função do intelectual se define pela conservação ou a construção de projetos hegemônicos de classe. Nesse sentido, a definição e a função dos intelectuais estão organicamente ligados à configuração do Estado integral (composto pelas esferas da sociedade política e da sociedade civil) nos processos de manutenção da hegemonia dos interesses de classe que portam e representam. É no exercício das funções e nas ações e relações que mantêm com os interesses de classe no interior do “Estado integral” que os intelectuais são, precisamente, os funcionários que mediatizam a manutenção da hegemonia de determinada classe ou fração de classe, tanto pela via do consenso quanto pela via da coerção (DURIGETTO, 2014, p. 27-28).

A partir dessa interpretação, podemos fazer uma crítica à noção teórica de Estado apresentada por Alcides Abreu na sua obra “Estado e processo de desenvolvimento”, de 1964. Ele se aproximava da corrente jus naturalista, colocando o Estado como algo natural, e dessa

forma, se afasta das correntes marxistas. No entanto, percebe-se que sua atuação, bem como de outros tecnoburocratas, foi o de construir o consenso e a hegemonia para uma classe, neste caso específico, a classe industrial, reunida em torno de um poderoso aparelho privado de hegemonia – a FIESC. Esses intelectuais constituíram a tecnoestrutura estatal – nas palavras de Ianni – catarinense, e atuaram tanto na sociedade civil, através da FIESC, como na sociedade política, ocupando cargos no Estado e trabalhando em funções organizativas no novo projeto de economia e sociedade que se construía.

Nesse processo, podemos observar diversas semelhanças com o histórico nacional. Se o desenvolvimentismo começou a se formular nos anos 1930 no Brasil, ele só começou a se concretizar a partir dos anos 1950, quando chegou ao aparelho de Estado. Seu auge foi na segunda metade da década, com o governo Kubitschek, no qual os industriais – organizados nas associações de classe – tinham acesso à formulação de políticas econômicas que diziam respeito a seus interesses. Em Santa Catarina, a classe industrial – organizados em torno da FIESC – e os intelectuais, inspirados no desenvolvimentismo brasileiro, elaboraram um diagnóstico da economia catarinense no qual a solução apontava para a industrialização via intervenção estatal. Em Santa Catarina a classe industrial foi além e conseguiu conquistar o Estado, conseguindo, desta forma, organizar o aparelho de Estado da forma que melhor atendessem a seu projeto de sociedade. A Secretaria dos Negócios do Oeste foi um órgão importante para “canalizar” tal projeto ao Oeste barriga-verde.

2.2.4 A Secretaria de Negócios do Oeste

Na edição do dia 29 de setembro de 1967, o jornal Folha d'Oeste editou um número comemorativo do cinquentenário⁵² da sede do jornal. Nesta edição, havia uma mensagem de Serafim Bertaso, então chefe da Secretaria de Negócios do Oeste (SNO), em homenagem ao cinquentenário da cidade. Nesta mensagem, Serafim afirmava que

No extremo Oeste do Estado, já aproximamos dos centros mais antigos e desenvolvidos, com a abertura de estradas, a melhoria das comunicações e o rompimento das distâncias, os oestinos mantêm acesa a mesma chama que impulsionou seus antepassados pioneiros [...] Por justiça prestamos uma homenagem agradecida ao estadista que lançou as bases da integração do Oeste com o Estado de Santa Catarina, criados desta Secretaria dos Negócios do Oeste: o ex-governador Celso Ramos. Pela ação planejada, consciente e patriótica com que vem dando à região condições básicas para alcançar novas frentes rumo ao progresso, nós oestinos, homenageamos também outro homem público de lúcida compreensão dos problemas

⁵² Não confundir com o álbum do cinquentenário.

e necessidades do povo que dirige e que elegeu, o Sr. Governador Ivo Silveira (Folha d'Oeste, 29/09/1967).

Nesta mensagem de Serafim Bertaso, temos, em primeiro lugar, uma referência as funções da SNO, ou seja, os investimentos em infraestrutura. Depois, aquele que lançou as bases as bases da integração do Oeste, o ex-governador Celso Ramos, no qual em seu governo foi criado o órgão que Bertaso administrava. Depois, o secretário do Oeste homenageou aquele que havia continuado o projeto de Celso Ramos, o então governador Ivo Silveira. Essas três figuras formaram uma aliança que estendeu as concepções de desenvolvimento estaduais para o Oeste do Estado, e Serafim Bertaso foi a ponte que tratou de uma parte do que era entendido como processo de desenvolvimento: os investimentos diretos em infraestrutura, através da SNO. Neste mesmo capítulo iremos tratar da relação entre esses três atores.

Um dos “pontos de estrangulamento” presentes no diagnóstico do Seminário Socioeconômico era justamente a integração da região Oeste, que, como visto anteriormente, já tinha um histórico de comércio com os Estados limítrofes. De acordo com a pesquisa de Evaldo Cassol (2013), no livro “A secretaria do Oeste”, no início da década de 1960, algumas lideranças políticas reclamavam do “descaso” da região em relação ao restante do território catarinense:

Pelo estado de abandono que se encontravam os habitantes da região Oeste, lideranças políticas e comunidade desencadeiam, em 1962, uma campanha a favor da criação do Estado do Iguazu, no sentido de pressionar ou sensibilizar os governantes para resolver os problemas, ante a discriminação e a lentidão ou a quase ausência de ações governamentais em relação ao Oeste de Santa Catarina (CASSOL, 2013, p. 78).

Mas qual era a situação regional na década de sessenta? No ano de 1968 a Divisão de Estudos Econômicos do BRDE produziu um relatório intitulado “Santa Catarina e a Zona Oeste”, com o intento de “proporcionar informações imprescindíveis a atualização da política de financiamento” e “fornecer orientação mais segura às decisões do setor empresarial”. Esse tipo de material – diagnóstico da economia – era essencial para um órgão que procurava fomentar a economia, e pode-se encontrar diversos relatórios setoriais do banco - e de sua divisão de estudos, a CODESUL - sobre sua área de atuação.

No setor de infraestrutura, o relatório destacou que o contexto de carência energética em Santa Catarina era ainda mais grave no Oeste, pois “[...] além de ser uma região de colonização recente, apresentava uma baixa densidade demográfica e forte pulverização da população”. Enquanto o Estado contava, no ano de 1960, com um consumo de 270.993,2 mil

kWh, e um consumo por habitante de 126,2/ano, no Oeste esses dados caíam para 2.909,2 mil Kwh e um consumo de 11,9 kWh/hab/ano (BRDE, 1968, p. 57-58). No setor de rodovias, em 1968 o panorama ainda era considerado como “o grande ponto de estrangulamento da região” (BRDE, 1968, p. 59). Para o setor de comunicações, até 1964 a região simplesmente não contava com um sistema, encontrando-se “quase que totalmente isolada do resto do “Estado” (BRDE, 1968, p. 61).

Na agricultura, o relatório aponta, para o ano de 1960, a predominância do milho, com a região produzindo aproximadamente 135 mil toneladas, representando cerca de 22% da produção do Estado. Complementando o setor primário, a suinocultura já ia ganhando protagonismo naquele ano, com uma quantia de quase 950 mil cabeças de suíno, representando 22% do rebanho catarinense (BRDE, 1968, p. 45-49). No setor secundário, o documento afirma que a atividade predominante ainda seria o de extração e beneficiamento da madeira, o que deixariam as serrarias em papel de destaque. Do total de estabelecimentos existentes em 1960, 57% (204) dedicavam-se ao setor madeireiro, ocupando quase 65% da mão de obra. O setor de alimentos ocupa o segundo lugar, com 50 estabelecimentos (13,9%) do total e empregando 17,8% da mão de obra oestina. Apesar do número muito maior de estabelecimentos e empregos, se for comparado a participação no valor da produção, os números do setor alimentícios são maiores, com 56,1% do total contra 38,2% do madeireiro. No valor de transformação industrial, o madeireiro leva vantagem, com 58,8% do total contra 33,2% (BRDE, 1968, p. 53). Esses números dão conta de que o setor madeireiro ainda estava forte no início da década de 1960.

Como afirmado anteriormente, de acordo com a bibliografia consultada e as análises produzidas pelos autores do período, o diagnóstico oficial era de que o Estado tinha pontos de estrangulamento que impediriam o crescimento econômico. O principal problema era o de infraestrutura, que era ainda mais sensível no Oeste. De acordo com as novas concepções que passaram a fazer parte do governo de Celso Ramos, caberia ao Estado ser agente central no desenvolvimento econômico, afim de criar as condições para que o empresariado tivesse condições de promover tal desenvolvimento. Para integrar o Oeste nesse movimento foi criada a Secretaria de Negócios do Oeste (SNO), um órgão com autonomia administrativa própria – o que fez a imprensa local apelida-la de “governinho do Oeste⁵³” -, que representaria esse processo na região.

⁵³ Folha D'Oeste, 23.04.1966.

A SNO foi criada através da lei 3.283, de agosto de 1963, dois anos após o início do governo Celso Ramos. Segundo esta lei, a secretaria, instalada em Chapecó – mas contando com gabinete na capital -, a qual se destaca como objetivos do órgão:

1) Efetuar o levantamento socioeconômico da região, estudar os problemas, equacionar e propor soluções, de forma a elevar o padrão de vida de sua população e promover o seu bem-estar; 2) formular as diretrizes de política de desenvolvimento da região do Oeste, com consonância com os planos estaduais e em consonância com os organismos do planejamento regionais e estaduais; [...] 4) coordenar as iniciativas do capital público e privado que visem à instalação, ampliação ou reaparelhamento das atividades econômicas, inclusive promovendo os meios de fixação e atração de investimentos; 5) opinar sobre as diretrizes da política de investimentos do Governo do Estado, na região Oeste; [...] 7) dirigir, orientar e executar obras e serviços que lhe venham a ser deferidos ou dele [...]; 9) manter relações permanentes com órgãos da administração pública federal; 10) assistir as municipalidades, quando solicitada, prestando-lhes a colaboração necessária à solução dos seus problemas; 11) emitir parecer sobre todas as reivindicações regionais, modifica-las, amplia-las ou reformá-las, tendo em vista os interesses gerais de sua área de ação (GOVERNO DE SANTA CATARINA, 1963).

Através dos objetivos dessa agência regional, percebe-se que ela tem a função típica de um órgão tecnocrático: levantamento de informações e soluções através da coordenação, a partir do Estado, dos recursos públicos e privados. Através destes objetivos e de nossa pesquisa, constata-se que a SNO ficou responsável por uma das partes do “consórcio”, a de realizar os investimentos públicos em infraestrutura, aos quais a região era carente, e de que deles dependia a integração do Oeste, investimentos que a iniciativa privada não daria conta de realizar, e que seria necessária para atração desse capital privado.

Folha d'Oeste trouxe, no ano de 1966, duas edições que continham a história e os objetivos da SNO. No dia 29 de outubro, uma matéria na terceira página trazia o título “um pouco de história”, nela lemos que a Secretaria administrava uma área de aproximadamente 14.500 km² divididas em 34 municípios, com uma população de quase 300.000 habitantes.

Imagem 5: Área de atuação da Secretaria do Oeste



Fonte: CASSOL, 2013, p. 82.

Continuando com o teor da publicação, constava que o órgão representava

[...] o desejo do governo do Estado em dar solução rápida e eficiente aos problemas de uma região que pela situação geográfica de completo isolamento com a capital estava a exigir uma ação dinâmica e imediata dos poderes públicos, pois que nela se situa ponderável e importante zona de produção agrícola de consideráveis perspectivas para aproveitamento industrial pela riqueza do seu panorama socioeconômico [...]

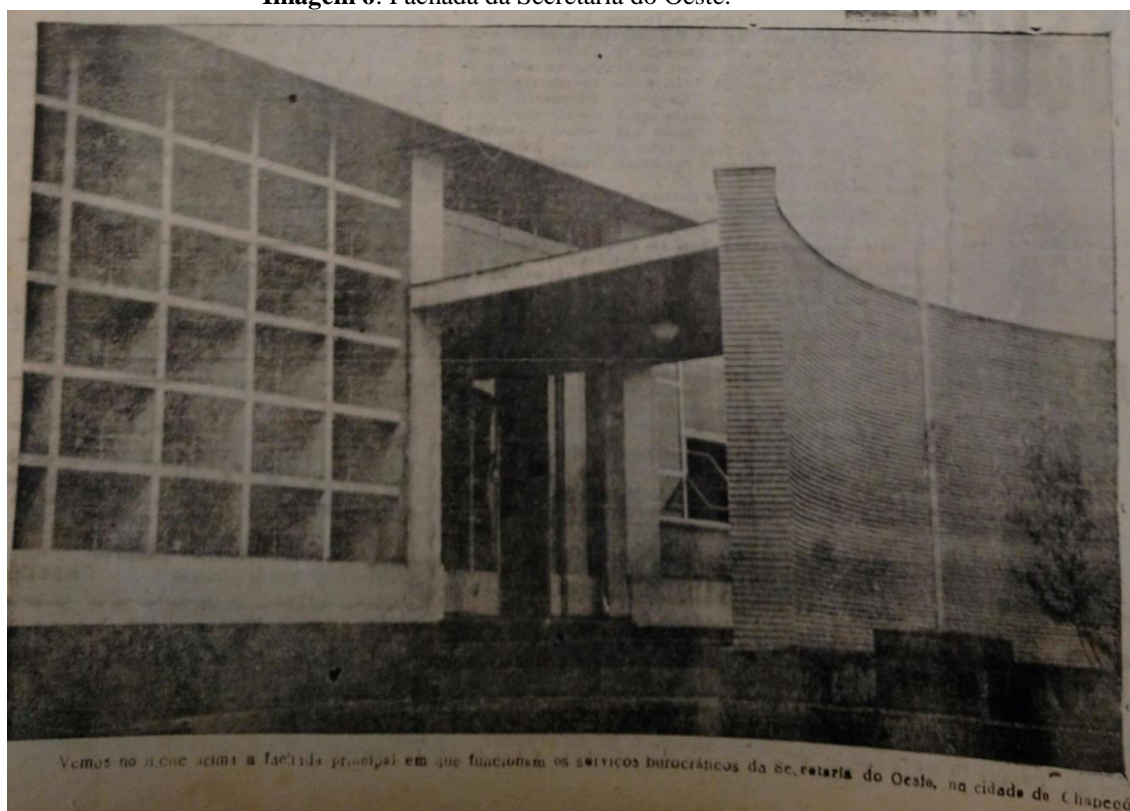
Neste trecho, podemos ver que a SNO não era tão independente como se imaginava. Apesar da autonomia administrativa e financeira, ela era uma extensão do governo estadual na região. Apesar disso, o Oeste continha demandas específicas, principalmente porque suas carências eram maiores do que no resto do Estado, além de sua economia ter um histórico de formação próprio, com destaque para a agropecuária baseada na pequena e média propriedade. Além disso, podemos ver nestas edições do jornal algo comum no Folha d'Oeste nos anos 1966 a 1968: um discurso de que o Oeste era uma região rica, porém “subaproveitada”. A publicação também afirmou que a criação da SNO representava

[...] inestimável contribuição que vem sendo prestada em todos os setores criando meios para o desenvolvimento e fortalecimento econômico da região, promovendo

estudos, planejando e solucionando velhos problemas de infraestrutura, capacitando-o a um progresso que será uma decorrência natural⁵⁴.

Antes de se planejar e agir, é necessário saber como agir e ter as informações corretas acerca do que fazer. Por esse motivo se investiu tanto em coleta e análise de informações da economia nacional a partir dos anos 1930, e por esse motivo foi feito o seminário socioeconômico em âmbito estadual ao final dos anos 1960.

Imagem 6: Fachada da Secretaria do Oeste.



Fonte: Folha d'Oeste, 29.10.1966

A ação da SNO se concentrou na infraestrutura, principalmente nos setores rodoviário, energético e comunicações. Os investimentos do órgão também se estendiam para órgãos públicos, como escolas, hospitais, casas de juízes, presídios, prédios para corpo de bombeiros e polícia, etc. A Secretaria também atuava em convênio com entidades privadas, prefeituras da região e outros órgãos da administração pública estadual e nacional.

No setor de rodovias, a atuação da SNO se dava através da ação direta, através da pavimentação e manutenção das rodovias estaduais, bem como do convênio com prefeituras locais para realizar essas ações nos âmbitos municipais. Para isso, era necessário um

⁵⁴ Folha d'Oeste, 29.10.1966.

investimento pesado em máquinas e mão-de-obra, o qual historicamente foi feito pelo setor público, seja em âmbito estadual como nacional.

Um exemplo do convênio com as prefeituras é a importação de máquinas para os municípios. No dia 11/01/1967, Folha d'Oeste anunciou a compra de “Tratores iugoslavos para municípios oestinos”, incluindo a importação de 54 máquinas que estariam “promovendo a redenção do Oeste Catarinense no setor rodoviário⁵⁵”. Podemos inferir que esses convênios com os municípios causavam uma certa dependência dos prefeitos com o Secretário do Oeste, uma vez que boas relações políticas poderiam garantir recursos para o município. Isso é uma demonstração do poder que o secretário poderia concentrar em suas mãos, pois com o controle de recursos poderia tecer alianças políticas e fortalecer sua posição nas cidades dentro do raio de ação da SNO.

A atuação da SNO no setor de rodovias era vista pelo jornal Folha d'Oeste como um sinal de progresso. Em setembro de 1966, este órgão de imprensa noticiava que a autarquia realizava a manutenção de cerca de 750 km de estradas estaduais e quase 5.000 de estradas municipais, além de ter construído 400 pontes e 100 km de rodovias⁵⁶. Outro exemplo de exaltação da figura do secretário está nas próprias obras, como foi o caso da Ponte Goio-En:

Imagem 7: O caminho para o Rio Grande do Sul. “No clichê que estampamos nessa página, nossos leitores poderão observar uma vista da estrada Chapecó – Goio Em, já denominada estrada Serafim Bertaso, construída pela Secretaria do Oeste [...]”



Fonte: Folha d'Oeste, 11.01.1967.

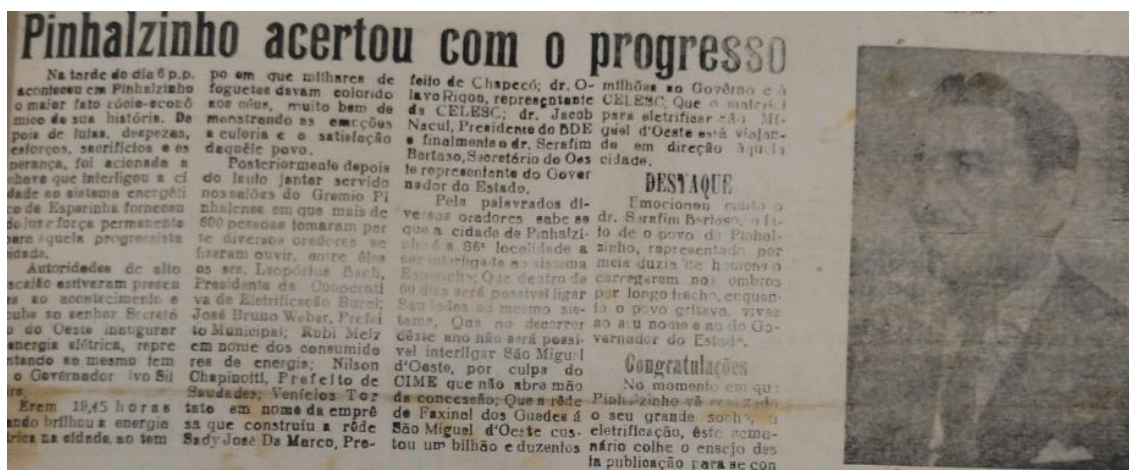
⁵⁵ Folha d'Oeste, 11.01.1967.

⁵⁶ Folha d'Oeste, 14.09.1966.

A ponte Goio-En era a ligação que a cidade de Chapecó tinha com o Rio Grande do Sul, uma importante obra que levava no nome uma homenagem ao então chefe da SNO. Não temos como saber, por meio de nossas fontes, qual a recepção que a população havia com essas obras, porém a divulgação positiva do nome de Bertaso nas obras poderia criar uma imagem positiva do mesmo, passando a mensagem de que essas obras não seriam resultado de investimentos públicos e pertencentes a um projeto mais amplo, inclusive, como veremos, com benefício de uma classe (e uma rede específica dentro dessa classe), mas sim como resultado da hábil atuação do secretário.

Dentro do setor de infraestrutura, o abastecimento de energia se tornara crucial para os planos de instalação de novas empresas no Oeste. Os investimentos no setor foram associados pela imprensa como um grande “progresso”. Por exemplo, no dia 06/05/1966, teria acontecido, em Pinhalzinho, o “maior fato socioeconômico de sua história”, pois a cidade receberia luz permanente. Os créditos do acontecido, segundo o jornal, seriam de Serafim Bertaso, que teria sido carregado nos ombros de meia dúzia de homens “enquanto o povo gritava vivas ao seu nome e ao do governador Ivo Silveira⁵⁷”.

Imagem 8: “Pinhalzinho acertou com o progresso”



Fonte: Folha D'Oeste, 11.05.1966

Dois meses depois, enquanto os municípios de Saudades e Modelo, além do distrito de Itaberaba⁵⁸ se preparavam para receber a eletricidade, foi a vez do município de Caibí ser conectado à rede elétrica. Para demonstrar a proximidade da fonte estudada com o Secretário do Oeste, Homero Franco estava presente nesta ocasião como representante de Serafim Bertaso,

⁵⁷ Folha d'Oeste, 11.06.1967.

⁵⁸ Atualmente município de Nova Itaberaba.

e no seu discurso afirmou que o povo confiava no governo, e isso só foi possível após a instalação da Secretaria do Oeste⁵⁹.

Imagem 9: Luz...



Fonte: Folha d'Oeste, 10.08.1966

A foto acima, publicada no jornal em 10 de agosto de 1966, retratou o momento em que Coronel Freitas teve a inauguração da rede elétrica noticiada. Na foto, da esquerda para a direita, temos o deputado federal pelo Oeste, Lenoir Vargas, o governador do Estado Ivo Silveira e o secretário do oeste, Serafim Bertaso. Os últimos seriam os responsáveis – segundo o jornal – pelo “progresso” do oeste⁶⁰.

Essas notícias reforçam a hipótese anterior: a exposição de Bertaso e de Ivo Silveira nas inaugurações de grandes obras poderiam reforçar a imagem pública dos mesmos enquanto governantes “trabalhadores”, uma vez que esses eventos eram carregados de simbolismo.

Na edição do dia 10 de setembro de mesmo ano, o periódico detalha as cidades que já haviam recebido eletricidade, considerada “fator básico para o progresso”: Caxambú, Chapecó, Itaberaba, Coronel Freitas, Quilombo, Itapiranga, Mondaí, Palmitos, São Carlos, Águas de Chapecó, Caibí, Faxinal dos Guedes, São Miguel do Oeste, Pinhalzinho. Os demais municípios deveriam receber eletricidade em um ano. A eletrificação da região era feita através de investimentos da SNO, da fundação e convênio com cooperativas de eletrificação rural, bem como com parcerias com outras empresas que já operavam na região.

⁵⁹ Folha d'Oeste, 02.07.1966.

⁶⁰ Folha d'Oeste, 10.08.1966.

A SNO também ficou responsável por parte dos investimentos em comunicações. Assim, em 11 de janeiro de 1967, Folha noticiava que “Telefones da região permitem ligar com Porto Alegre⁶¹”.

Imagem 10: Plínio de Nês



Fonte: Folha d'Oeste, 24/01/1970

A foto anterior registrava o segundo secretário do Oeste, Plínio de Nês, realizando a primeira ligação entre Chapecó-Florianópolis, que futuramente funcionaria como ligação telefônica entre o Oeste e a capital.

Fora esses setores, a SNO também investia em outros setores, como em televisão; salas escolares⁶²; convênio com escolas particulares⁶³; convênio com hospitais⁶⁴; diversos órgãos ou agências públicas, como cadeias⁶⁵, quartel dos bombeiros⁶⁶, e agências dos correios⁶⁷.

⁶¹ Folha d'Oeste, 11.01.1967.

⁶² Folha d'Oeste, 22.07.67.

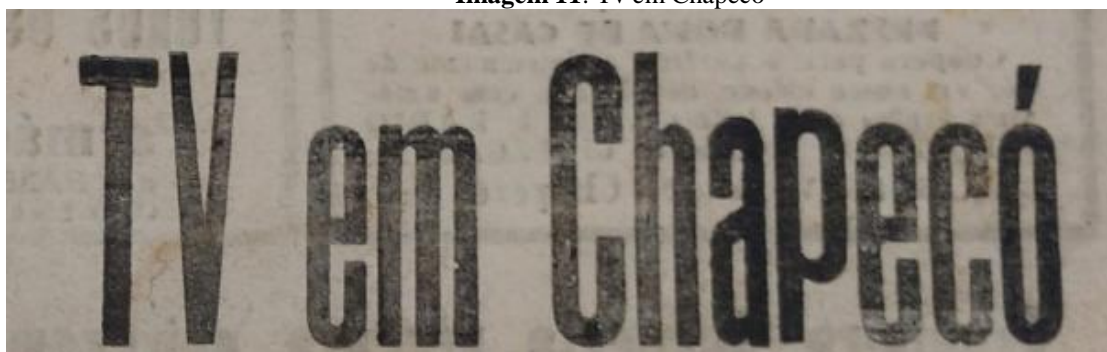
⁶³ Folha d'Oeste 22.03.67.

⁶⁴ Folha d'Oeste 25.02.67.

⁶⁵ Folha d'Oeste, 23.04.1966.

⁶⁶ Folha d'Oeste, 24.09.1966.

⁶⁷ Folha d'Oeste, 23.04.1966.

Imagem 11: Tv em Chapecó

Fonte: Folha d'Oeste, 20.07.1966

Apesar dessa dissertação ter como objeto principal o município de Chapecó, é difícil não pensar que esses investimentos na região não trariam benefícios para a cidade. Além de pensar na questão da instalação da indústria, deve-se pensar no impacto que a instalação de energia e comunicações trouxeram para o cotidiano dessas populações, que principalmente nas cidades pequenas, poderiam alterar suas rotinas com a chegada da luz elétrica. A questão é que esses investimentos na região melhoravam também as vias de acesso ao município chapecoense, ampliavam o mercado consumidor regional, além de que a chegada de agências públicas aumentava as oportunidades à população e ao empresariado local, e as melhorias na cidade davam um ar de “moderno” à mesma.

Apesar de toda publicidade positiva da imprensa local, dando a impressão de que a SNO estaria resolvendo de forma significativa os problemas de infraestrutura da região, os relatórios de instituições técnicas aqui consultados ainda diagnosticavam diversos problemas nos setores rodoviário, energético e de comunicações ao final da década de 1960. Além disso, como veremos, o projeto se mostrou excludente, visto que havia bairros pobres abandonados pelo setor público.

Concluindo, como podemos ver pelos exemplos citados, a SNO tinha como principal objetivo os pesados investimento em infraestrutura, que dariam as condições básicas para instalação de indústrias, visto que não havia como se pensar em uma expansão industrial sem rodovias e energia elétrica. Como vimos, essa era apenas uma parte da ação estatal, que também entraria com os incentivos indiretos, via subsídios fiscais e fornecimento de crédito barato via agências de fomento. No entanto, a SNO proporcionava a seus membros uma poderosa “vitrine” política, visto que era uma ferramenta de alianças com prefeitos locais, além de que as obras eram seriam vistas e usadas por grande parte da população.

2.3 A quem serve tudo isso?

Francisco de Oliveira, ao se debruçar sobre o novo modo de desenvolvimento brasileiro inaugurado a partir dos anos 1930, descreveu que as críticas – tanto da esquerda e da direita -, para a ação estatal, descritas como um modo de “socialismo dos tolos” ou “estatismo”, não acertavam no alvo, pois faltava fazer “a velha pergunta dos advogados: a quem serve tudo isso?” (OLIVEIRA, 2013, p. 40). Antes de nos debruçarmos sobre “quem” esteve engajado no referido processo de desenvolvimento no Oeste catarinense, é necessário estabelecer as conexões políticas que se davam a nível estadual, visto que os políticos oestinos não atuavam de forma dissociada das políticas estabelecidas pelo governo da capital, mas procuravam representá-lo.

Ao estudar a atuação dos político e empresários (ou político-empresários) em Santa Catarina, principalmente durante o período de formação e atuação do PSD e da UDN (1945-1965), bem como a formação da ARENA (1966), Patrícia Zumblick Santos May (1998) cunhou, em sua dissertação de mestrado, o conceito de redes político-empresariais. A autora observou, primeiramente, que nas regiões com grande destaque econômico, os empresários se estabeleceram como força dominante (MAY, 1998, pg. 41). No caso chapecoense, podemos perceber, através das pesquisas de Monica Hass (1993), que se até meados da década de 1950 predominavam na elite política local os empresários do ramo madeireiro e colonizador, aqueles anos foram épocas em que empresários ligados ao comércio e à indústria começaram a entrar nos partidos e nos cargos legislativos, consequências do processo de urbanização que a cidade passava. Mas devemos lembrar que o poder da “antiga classe” – dos madeireiros e colonizadores – continuou muito grande, como foi o caso da influência de Serafim Enoss Bertaso, que exerceu importantes cargos – e a princípio não rivalizou com a “nova classe” (dos políticos ligados à indústria e ao comércio), uma vez que mantinham relações muito próximas e objetivos em comum (HASS, 1993).

Para conceituar a atuação dessas redes, May afirmou que

Estes grupos, ou redes de amigos, eram compostos por empresários que estavam ligados entre si no dia a dia em função da parceria nos negócios, da liderança em associações de classes, ou estavam ligados através das atividades desempenhadas na esfera política (MAY, 1998, p. 45).

Ou seja, a autora faz referências a atores de uma elite econômica estadual que também estavam presentes na esfera política. Eles iam construindo laços através da própria atividade

empresarial, de sua reunião em aparelhos privados de hegemonia, nos partidos políticos, na administração pública, ou até mesmo em eventos sociais.

Ainda segundo Patrícia, os líderes do partido normalmente ocupavam a presidência da empresa em que atuavam (ou eram seus donos), lideravam os diretórios municipais e a presidência estadual dos partidos, bem como frequentemente comandaram o prefeituras⁶⁸. Isso significou que eles acabaram por monopolizar os cargos legislativos e parcela dos cargos públicos do Estado. A organização em redes permitiu essa influência toda (MAY, 1998, p. 54-56).

Nos eventos sociais, a autora conseguiu captar a elaboração de uma “identidade burguesa industrial”, de uma elite que procurava imitar os modos de se viver dos grandes centros do país, em um Estado que passava de um estilo interiorano para um urbano. Esse estilo era reafirmado nos eventos e levados aos públicos através dos jornais. As relações pessoais entre parte dessa elite foram especialmente importantes para a UDN catarinense, como foi o caso dos casamentos entre membros de importantes famílias (MAY, 1998, pg. 42).

A autora destacou que tanto a UDN e o PSD funcionavam através de “divisões” internas, ou alas. No caso que nos interessa nessa pesquisa, focaremos no Partido Social Democrático (PSD). Em Santa Catarina, assim como em âmbito nacional, esse partido foi formado por aqueles que já estavam na máquina pública no período Vargas, ou como Skidmore (1982) denominou, os “de dentro”, que no território barriga-verde tinham na sua liderança a família Ramos. De acordo com as análises de Patrícia, se formaram duas alas principais no PSD, que não eram rivais, até porque alguns membros faziam parte de ambas. A primeira ala, ou grupo, reunia profissionais liberais de Florianópolis, sob a liderança de Aderbal Ramos – sobrinho de Nereu e Celso Ramos -, em torno do clube Doze de Agosto, por isso mesmo foram denominados de “Grupo do Clube Doze de Agosto”. A outra ala reunia empresários de todo o Estado que tinham na Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC) seu eixo principal de mobilização, e eram liderados justamente pelo primeiro presidente da instituição. Celso Ramos, que se tornara líder do partido após a morte de Nereu em um acidente aéreo, na data de 1959 (MAY, 1998, p 68-75).

A organização em torno da FIESC possibilitou a esse grupo o contato com a ideologia desenvolvimentista do empresariado nacional durante o período de governo de Kubitschek:

Nesse sentido, a FIESC possibilitou a estes industriais consolidar um elo de ligação com o empresariado em âmbito nacional. Com efeito, tornaram-se os porta-vozes das

⁶⁸ Como foi o caso de Serafim Enoss Bertaso e Plínio de Nês em Chapecó.

tendências tidas como progressistas, defendidas nos ideais de desenvolvimento [...] Essa tendência refletia-se na publicidade do grupo, onde observamos que a imagem de Celso Ramos foi ‘construída’, não nos moldes do populismo varguista, mas sim, de acordo com o estilo progressista de Juscelino Kubitschek, que havia adotado como base de seu planejamento econômico os ideais desenvolvimentistas (MAY, 1998, p. 76).

É interessante notar alguns pontos da citação da autora. Em primeiro lugar, a organização da FIESC aconteceu no início da década de 1950. Apesar da UDN contar com o domínio de importantes áreas industriais do Estado, inclusive as mais dinâmicas, como Blumenau e Joinville, o fato de Celso Ramos e sua rede pessedista ter construído a FIESC deu a eles o controle de um importante Aparelho Privado de Hegemonia, que possibilitou à aquela oligarquia a construção de uma rede de alianças com políticos-empresários de poder político e econômico significativos. Em segundo lugar, deu a essa rede a chance de se aproximar do projeto “vencedor” dentro da sociedade brasileira a partir dos anos 1930, e que vivia momento de auge no momento em que Celso Ramos se candidatava a governador do Estado.

Mas quem eram os aliados de Celso Ramos no Oeste⁶⁹? Segundo as indicações de May, temos os nomes de Atílio Fontana (Sadia); Luis Gabriel e Saúl Brandalise (Perdigão); em Chapecó, temos Plínio de Nês, da SAIC (MAY, 1998, p. 75) e Serafim Enoss Bertaso (MAY, 1998, p. 148).

A organização desse grupo permitiu a eles o sucesso eleitoral e o loteamento de cargos públicos entre seus membros, o que ampliou de forma considerável sua atuação na formulação de políticas públicas:

“[...] durante o governo Celso Ramos e Ivo Silveira houve a distribuição de cargos entre estes grupos empresariais. A CELESC, manteve-se, através de Júlio Zadrosny, (proprietário da ARTEX), sob o controle dos empresários do PSD no Vale do Itajaí; a Secretaria da Fazenda e a Presidência das Empresas ligadas ao setor energético de Joinville foi ‘monopolizada’ pelos aliados do presidente e diretores da WETZEL e da Cônsul, ou, melhor, do ‘grupo de Joinville’. As Secretaria de Agricultura, bem como a Secretaria do Oeste, de 1961 a 1970, ficaram sob a liderança de grupos empresariais da região Oeste, ligados à SADIA, Perdigão e SAIC.” (MAY, 1998, P.80).

Através dessa pesquisa da autora, podemos perceber como a FIESC, - assim como as organizações de classe industrial a nível nacional – se transformou em um poderoso aparelho privado de hegemonia que permitiu ao grupo de Celso Ramos um formidável acesso aos aparelhos de Estado que formavam as políticas econômicas (inclusive com a eleição de Celso Ramos, e posteriormente Ivo Silveira para governador), e guiar o processo de desenvolvimento que inclusive iria beneficiar as empresas desse grupo.

⁶⁹ Incluindo o meio-oeste.

É importante destacar que as pesquisas da autora também apontaram para uma pacificação entre UDN e PSD após a formação da ARENA, que aconteceu através da distribuição de cargos públicos para membros ex-UDN, e que os membros do PTB que faziam uma oposição mais dura ao governo estadual foram excluídos da cena política através de cassações (MAY, 1998, p. 142). Um desses opositoristas foi Sadi de Marco, ex-prefeito de Chapecó e à época não filiado a nenhum partido, apesar de muito ligado ao MDB (SILVA, 2014, p. 56). Apesar dessa pacificação, é possível perceber através de uma pesquisa nos anais da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC), que ainda havia muitas brigas entre os membros dos partidos extintos. É o caso da sessão do dia 15 de março, na qual deputado estadual Ademar Ghisi⁷⁰ afirmou que a “pacificação” do cenário político estadual, com a união do ex-PSD com ex-UDN será boa para o progresso do Estado. Já seu antigo colega de partido, Walter Zigelli⁷¹, discordava de sua opinião, pois para ele se unir com “aqueles que apontávamos como responsáveis por vários crimes cometidos contra nosso Estado” era uma união forçada⁷².

Uma pesquisa importante para entrarmos no mundo da elite política chapecoense, é a dissertação de Gustavo Siqueira (2016), na qual o autor também trabalhou com a perspectiva de redes. Para ele, essa elite política compartilhava elementos em comum, equilibrando poder econômico, influência social, escolarização e pertencimento a associações e grupos suprapartidários, como é o caso do Rotary Club, da Associação Industrial e Comercial de Chapecó, da Sociedade Amigos de Chapecó (SAC), entre outras (SIQUEIRA, 2016).

Dentro dessas redes, continuando com a análise de Siqueira, havia “pontos alfa”, que centralizam as redes de relações. Esses pontos alfas concentraram prestígio e adesão, e podem fazer referência a um partido, ou no caso de reunir considerável prestígio social e político, indivíduos. No caso chapecoense, temos a ARENA enquanto partido, e Serafim Bertaso e Plínio de Nês enquanto indivíduos que realizaram a função de ponto alfa (SIQUEIRA, 2016, p. 24). Sobre Serafim Bertaso, nota-se que a dominação de sua família começou com seu pai, Ernesto, que – além da dominação econômica - centralizou relações pessoais através de dívidas, doações de terrenos e causas filantrópicas. Após isso, a dominação dos Bertaso prosseguiu com a ocupação de Serafim na prefeitura, como deputado estadual, e principalmente como Secretário de Negócios do Oeste, ou seja, uma dominação institucional (SIQUEIRA, 2016, p. 24).

A aliança desses dois atores do cenário político chapecoense com as lideranças pessedistas (posteriormente arenistas), no âmbito estadual – ou como definiu Patrícia May, a

⁷⁰ Ex-udenista e iria ingressar na ARENA.

⁷¹ Ex-udenista e até o momento não tinha escolhido partido.

⁷² Ata da Sessão da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 15.03.1966.

rede de Celso Ramos -, renderam aos primeiros a hegemonia do meio administrativo e burocrático local, na forma de nomeações ou de acesso aos programas de incentivo, como foi o caso do FUNDESC (SIQUEIRA, 2016, p. 61).

Ainda sobre Plínio de Nês e Bertaso, devemos ter em mente que os dois dividiram a liderança do PSD chapecoense. Bertaso representava uma dominação mais “antiga”, baseada no poder econômico da empresa colonizadora de seu pai e do setor madeireiro, bem como do poder político e institucional advindo da aproximação com Getúlio Vargas, que teve como contrapartida o exercício do cargo de prefeito em 1944 por Serafim (HASS, 1993, p. 81 – 84). Plínio representou um poder “novo”, dos frigoríficos, porém um novo que se aliava ao “antigo”, uma vez que se estabeleceu uma aliança entre os dois “pontos alfa”. No entanto, deve-se destacar que Plínio foi aumentando sua influência nessa rede de poder, uma vez que acabou sendo fiador, mesmo a contragosto de Bertaso, das candidaturas a prefeito de João Destri em 1960 (HASS, 1993, p. 320), e de Sadi de Marco, em 1965 (HASS, 1993, p. 337-338).

Dentre as associações de classe, clubes de serviços e demais espaços de encontros suprapartidários dessa elite, devemos destacar a Sociedade Amigos de Chapecó. Como veremos adiante, a SAC teve grande influência junto à sociedade política chapecoense, e se no início seu objetivo era a organização das festividades da EFAPI, posteriormente ela se envolveu diretamente no chamado processo de desenvolvimento de Chapecó. Exemplo disso foi sua atuação juntamente com Atílio Fontana, bem como dos poderes públicos chapecoenses, para atrair uma filial da SADIA para a cidade, com a contrapartida de benefícios fiscais e infra estruturais por parte do município (será discutido posteriormente neste capítulo). Dentre os integrantes da comissão fundadora da SAC, temos a presença do então prefeito de Chapecó, Sadi de Marco; de Serafim Bertaso; do Bispo Diocesano; do presidente do Lions e do Rotary; representantes do comércio e da indústria; do poder judiciário e da imprensa escrita⁷³.

Ou seja, a SAC serviu como um espaço suprapartidário de uma elite econômica, política e social de Chapecó, que atuou como um Aparelho Privado de Hegemonia, no qual o objetivo era, - inicialmente, mostrar Chapecó enquanto uma vitrine, através da EFAPI -, bem como atuar junto à esfera pública para atração de investimentos públicos e privados à cidade, no qual os beneficiados eram também aliados locais da rede política-empresarial montada em nível estadual.

⁷³ Folha d'Oeste, 14/09/1966.

Para citar alguns destes benefícios, Patrícia May, utilizando como fonte a Revista Catarinense de Comunicação e Mercado (1973, p. 8 a 15) e os jornais A Gazeta⁷⁴, construiu uma tabela acerca de alguns financiamentos do FUNDESC e FUNDECE, nos quais só iremos citar empresas do Oeste:

Tabela 5: Financiamentos/beneficiados

ANO	EMPRESA	FUNDO	PARTIDO	EMPRESÁRIO
1967	Seara S.A	FUNDECE/BRDE	PSD	Artêmio Paludo
1967	Perdigão S.A	FUNDECE/BRDE	PSD	Luis Gabriel/ Saúl Brandalise
1967	Marafon S.A	FUNDECE/BRDE	UDN	Lídio Marafon
1967	Maderest S.A	FUNDECE/BRDE	PSD	Arnaldo Mendes
1967	Cortume Imperial	FUNDECE/BRDE	PSD	Arnaldo Mendes
1968	SAIC	FUNDESC	PSD	Plínio de Nês
1970	SADIA	FUNDESC	PSD	Atílio Fontana

Fonte: MAY, 1998, p. 181.

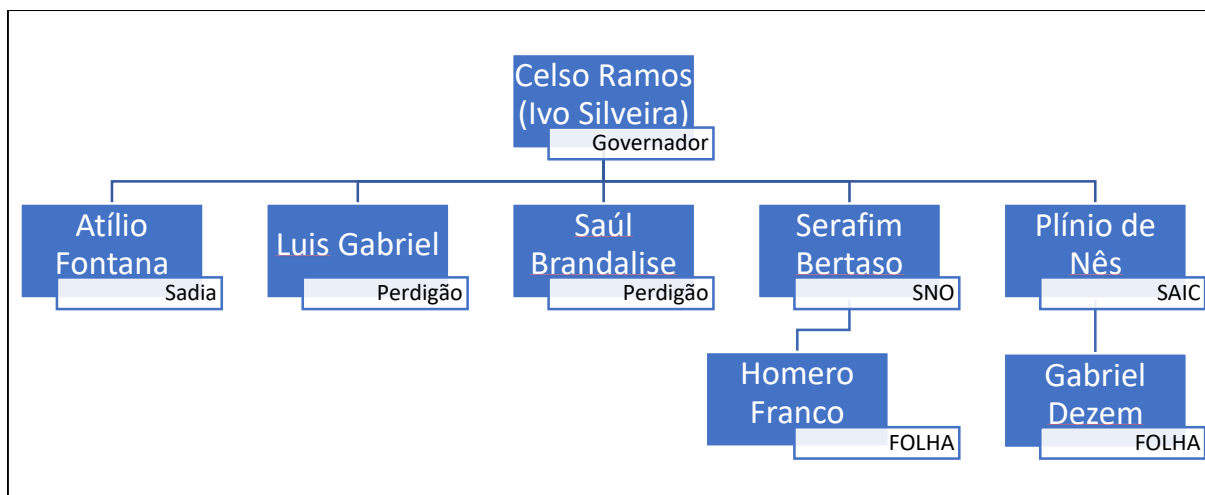
Além da presença de Plínio de Nês e Atílio Fontana, este último que – como veremos – naquele ano iria dar início à instalação de uma indústria em Chapecó, temos também a presença de Lídio Marafon, que iria encerrar as atividades de seu frigorífico no ano de 1968, e de Arnaldo Mendes, empresário do ramo madeireiro e com cargos legislativos em Chapecó, além de próximo a Serafim Bertaso e Plínio de Nês.

Deve-se destacar também que, após o bipartidarismo, dois políticos fortes que concorriam com o grupo de Plínio e Bertaso foram tirados do jogo político. Claiton Marcio da Silva (2014), em seu livro “Dos braços do povo à espada dos militares”, descreve como, a partir de uma série de conflitos locais, o governo federal intervém na política chapecoense, cassando o então prefeito Sadi de Marco, e o deputado federal Genir Destri, em 1969. Destri, filiado ao MDB, era um político com carreira já consolidada, um “nome forte” da política local, enquanto De Marco -, que apesar de não filiado, era muito próximo do MDB -, era um político em ascensão, sendo muito elogiado pela imprensa local (SILVA, 2014). Apesar desse “empurrão” dos militares, nas eleições de 1970 o vencedor foi o MDB, através da segunda vitória de João Destri, sendo que a ARENA voltou ao poder através da eleição de Altair Wagner, em 1973. Serafim Bertaso acabou se afastando do cenário político após sua saída da SNO no ano de 1969, passando o cargo para Plínio de Nês, que foi secretário do Oeste por 6 anos.

⁷⁴ As fonte são: Jornal A Gazeta, Florianópolis, edições: 7601, 7613, 7615, 7666, 7756, 7823; ano de 1967.

Podemos exemplificar as relações trabalhadas até aqui, no âmbito do oeste do Estado, através de um diagrama. Neste diagrama, representamos a pessoa e sua filiação empresarial/governamental, com o objetivo de demonstrar as relações público/privadas e privadas/público que se apresentava no contexto oestino. Além disso, representamos também a ligação com a imprensa local.

Imagem 12: Diagrama das relações pessoais/político e empresariais no Oeste catarinense



Plínio de Nês e Serafim Bertaso eram políticos-empresários com significativas conexões no cenário político local e estadual. Eles eram aliados do governo estadual e tiveram grande participação em enraizar o projeto de desenvolvimento estadual no Oeste do Estado. Com significativas conexões no âmbito estadual e local, eles faziam a ponte entre a capital e o Oeste. Através de seus trabalhos à frente da SNO, tiveram acesso a diversos recursos públicos capazes de atrair para si a aliança de prefeitos, políticos locais e empresários. Além disso, o fato de um órgão de significativo peso político e econômico ter ficado sob o controle de políticos chapecoenses, deu à cidade a oportunidade e os recursos necessários para se consolidar enquanto polo regional, como veremos em seguida.

Antes de passar para a próxima parte do capítulo, é necessário fazer uma ponderação. Através desse mapeamento político, é possível questionar a afirmação de Goularti Filho de que o projeto econômico materializado no Plameg seria fruto de um padrão de crescimento que estava prestes a se romper (GOULARTI FILHO, 2005, p. 8). Naquele momento, foi a configuração política na forma de redes político-empresariais, associados com o pensamento político nacional e estadual, que possibilitou a formulação do planejamento econômico em Santa Catarina.

2.4 A capital do Oeste

Veremos nesta parte como foi a construção da cidade de Chapecó enquanto capital do Oeste.

A partir do início dos anos 1960 - como foi visto com a bibliografia e as fontes trabalhadas anteriormente -, ocorreu um maior engajamento do Estado na economia catarinense e a influência da corrente desenvolvimentista dentro do governo, tendo como consequência a adoção do planejamento econômico no plano da política econômica.

De acordo com Goularti Filho (2007), esse período se estende até os anos 1990, e significam uma mudança no padrão de crescimento local, em consonância com as mudanças que aconteciam em nível nacional:

A mudança do padrão de crescimento de Santa Catarina só pode ser entendida, em primeira instância, pela mudança do padrão de acumulação nacionalmente, que tinha como o tripé básico o capital estatal, o externo e o nacional. [...] Já em outras unidades federativas que tiveram uma formação socioespacial diferenciada, como Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a diversificação e integração produtiva foi comandada pelo capital de origem local e pelo Estado (GOULARTI FILHO, 2007, p. 186).

Ou seja, para este autor, o cenário estadual acompanhou o nacional, com a diferença que o capital local teve maior protagonismo, impulsionado pelo capital estatal. No Oeste, como discutido anteriormente, o capital local teve origem justamente na acumulação agromercantil dos anos anteriores, e que continuou forte nos anos 1960, se metamorfoseando para o agroindustrial. Essa metamorfose, feita em cooperação com a ação estatal, foi importante para a consolidação de Chapecó enquanto centro regional.

Podemos ainda ampliar nossa escala de observação histórica para o cenário mundial. Para o historiador Reinaldo Lindolfo Lohn (2014), numa pesquisa, devemos atentar nosso olhar para a “revolução verde”, movimento mundial de modernização da agricultura, incluindo o fornecimento de máquinas, sementes híbridas e insumos, a modificação dos produtos agropecuário, além de financiamento para países em desenvolvimento. Essa transformação foi levada a cabo por grandes empresas transnacionais (LOHN, 2014, p. 27-28).

Ainda de acordo com Reinaldo Lohn, o Brasil, assim como no Estado de Santa Catarina, esse modelo foi escolhido em detrimento de outras opções que estavam em discussão nos anos anteriores ao golpe, principalmente no governo do ex-presidente João Goulart. Contra as reformas de base, um projeto progressista e com elementos populares, a perspectiva de uma modernização comercial e tecnificada, intensiva e extensiva, da agricultura ganhou terreno.

Esse modelo de modernização tinha como características a introdução de insumos industriais e máquinas, e a articulação entre agricultura e indústria, sustentados por pesados investimentos públicos, crédito rural e fomento técnico (LOHN, 2014, p. 25-26).

2.4.1 Hegemonia chapecoense

Ao pesquisar no jornal Folha D'Oeste, algo muito frequente em seu discurso é passar a mensagem da cidade de Chapecó enquanto uma cidade moderna, construindo a imagem do município enquanto “capital do Oeste”. Exemplo disso é a edição comemorativa do cinquentenário da cidade, que exalta a “cidade esplendor, que no desabrochar dos anos te tornas mais bela e que já cresces para o alto, começando a elevar teus colossos de concreto armado [...]”. A referência aos prédios seria um atestado de uma cidade que queria ser moderna. Continuando, o autor da publicação afirma que “EU, o chapecoense teu filho, teu amigo, teu enamorado, saúdo-te CHAPECÓ, pelo que és, bela, forte, rica, aprazível, serena, desenvolvida, culta, grande amável [...]”.

Imagem 13: Um Volkswagen para cada Oestino. Propaganda da “Irmãos de Marco”



Fonte: Folha D'Oeste, 24/09/1967..

Algumas páginas adiante, o título de outra reportagem, “a Hegemonia de Chapecó”, não poderia ser mais explícito. O jornal afirmou que “Nos primórdios a pequenina Chapecó era uma

cidade modesta. Hoje é a portentosa Capital do Oeste Catarinense, e mais florescente cidade de Santa Catarina, com vasto progresso e potencial de expansão”.

Ainda na mesma edição, algumas páginas dedicaram espaço para as empresas, consideradas como parte importante nesse “vasto progresso” da cidade. É o caso da INCOMASA (Indústria e Comércio Marafon), uma “indústria moderna e capaz de satisfazer os anseios do povo consumidor e produtor”, e a SAIC, “empresa orgulho de Chapecó e quicá do Oeste”.

Imagem 14: “O flagrante registra uma vista parcial do parque da Indústria e Comércio Marafon S/A, sociedade que coloca produtos manufaturados em Chapecó e nos grandes mercados do centro do País”.



O flagrante registra uma vista parcial do parque da Indústria e Comércio Marafon S/A, sociedade que coloca produtos manufaturados em Chapecó e nos grandes mercados do centro do País

Fonte: Folha D'Oeste, 24/09/1967.

Além das homenagens às empresas, a homenagem à SNO também estava presente. Dessa forma, capital privado e estatal, ambos agentes centrais no novo padrão de desenvolvimento inaugurado nos anos 1960, eram exaltados pelo discurso da imprensa local. O título “Ação Governamental Liberta o Oeste” foi sugestivo quanto à linha editorial seguida pelo jornal à época, e presente em diversas edições que abrangeram esta pesquisa. A publicação afirmou que a SNO “respondeu concretamente às necessidades regionais, cumprindo a missão pelo qual foi criada”. Na lógica do discurso do jornal, era necessário por em evidência os responsáveis por isso, divulgando e elogiando Serafim Bertaso e o governador Ivo Silveira.

Imagem 15: Serafim Enoss Bertaso: “Libertador do Oeste”.



Fonte: Folha D'Oeste, 24/09/1967.

A construção de discursiva de Chapecó enquanto capital do Oeste encontra lastro real se for excluído as cidades do vale do Rio do Peixe (pode-se incluir como região do Vale o meio-oeste) do que é entendido enquanto “Oeste”. Em um relatório da Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina⁷⁵ (AMOESC), datado de 1968, temos que Chapecó como um “Centro de polarização”:

Entre as cidades situadas na zona em apreço e que, pode-se afirmar, nasceram do pioneirismo organizado, Chapecó é a que possui maior centralidade. Apresentando alta porcentagem de sua população ativa dedicada aos setores secundário/terciário, Chapecó atua principalmente através do comércio varejista mais fino. A subordinação da área em referência a seu centro polarizador ainda se acentua por ser Chapecó ponto de trânsito da madeira de pinho e da erva mate exportadas para o Rio Grande do Sul. Acrescenta-se, ainda, o fato de contar com um aeroporto e industrialização baseados na criação de suínos, uma das atividades econômicas da zona. Na estrutura de sua área polarizada, Chapecó demonstra ser um centro urbano muito ligado às atividades da vida rural, à semelhança do que ocorre com diversos centro de outras áreas do Estado (AMOESC, 1968).

Ou seja, para o relatório, a produção primária contava com importância na cidade, inclusive determinando algumas características da cidade, mas o setor secundário (destacando-

⁷⁵ Apesar da associação corresponder ao extremo oeste, a citação em questão trata da Zona Oeste.

se os frigoríficos) e o terciário eram marca de distinção na região, além do fato do município contar com um aeroporto.

Em termos de liderança política e econômica, a cidade contava com rivais à altura no Vale do Rio do Peixe. Como tentaremos explicar mais adiante, o fato da SNO ser sediada em Chapecó, e a posterior instalação de empresas no município foi determinante para o “boom” nas décadas posteriores.

Se formos comparar alguns dados de uma atividade determinante para a história da indústria no Oeste/Meio-oeste, como foi o caso dos frigoríficos (principalmente industrialização de suínos e aves), veremos que Chapecó não tinha a hegemonia. No ano de 1969, a CODESUL empreendeu um estudo intitulado “Carnes e derivados: realidade e perspectivas em Santa Catarina”, com o objetivo de traçar um diagnóstico detalhado desse setor no Estado. Segundo este relatório, a industrialização da produção de carnes era importante pela geração de empregos e pelo estímulo ao setor primário, notadamente o plantio de milho (CODESUL, 1969, p. 67).

Ainda segundo esta fonte, ao comparar o número de suínos, veremos que o rebanho catarinense, ao ano de 1967, era de 5.471.738 cabeças. Destas, a maioria estava na Zona Oeste e do Rio do Peixe, que juntas somavam 57,3 % do rebanho. Além de serem as regiões que mais tinham plantio de milho, elas apresentavam um rebanho de melhor qualidade, e continham as indústrias melhores aparelhadas. No Vale do Itajaí, outra região que era destaque no setor, a suinocultura encontrava-se estacionária. Na Zona de Canoinhas (planalto norte), o sistema de criação ainda era extensivo, no qual predominavam raças consideradas inferiores para o aproveitamento industrial (CODESUL, 1969, p. 38-39). Segundo o quadro a seguir, notamos que o número do rebanho entre Oeste e Meio Oeste são parecidos entre si, com pequena vantagem para a segunda região. Mesmo assim, os números são muito superiores ao do restante do Estado:

Tabela 6: Rebanho suíno por Zona fisiográfica.

Zonas Fisiográficas	Número de cabeças (milhares)	
	Na região	% no Estado
Zona Oeste	1.535.910	28%
Zona do Vale do Rio do Peixe	1.603.326	29,3%

Fonte: Adaptado de CODESUL, 1969, p. 38

Ainda de acordo com o documento, para o setor de avicultura, temos um cenário parecido na comparação entre as regiões:

Tabela 7: Rebanho de aves por Zona Fisiográfica.

Zonas Fisiográficas	Número de cabeças (milhares)	
	Na região	% no Estado
Zona Oeste	1.781.975	16,9%
Zona do Vale do Rio do Peixe	1.635.692	15,5%
Vale do Itajaí	2.369.594	22,5%
Zona de Laguna	1.655.383	15,7%

Fonte: Adaptado de CODESUL, 1968, p. 47.

Nestes dados nota-se que outras regiões se destacavam na avicultura, além disso, havia uma leve vantagem para o Oeste em relação a sua região vizinha. Porém, a quantidade de animais não significava número de abates (o que no caso das aves era bem abaixo do número do rebanho), o que seria um dado melhor para se analisar o desempenho industrial das regiões. Em 1969, Santa Catarina contava com 12 frigoríficos em funcionamento, 5 paralisados e 5 em instalação. Citando Paulo Lago, o relatório afirmou que o Estado contava com um dos melhores parques industriais no setor, com tecnologia moderna e condições de competitividade em todas as praças importantes do Brasil (CODESUL, 1969, p. 52). Além disso, os frigoríficos nas regiões comparadas aqui funcionavam em regime de integração com as granjas, moinhos e serrarias, sendo inclusive detentores do mercado fornecedor dos produtos de subsistência, como carne, derivados e farinha. Também consta que absorviam contingentes de mão-de-obra não qualificada nas áreas que eram instaladas (CODESUL, 1969, p. 57). Voltando a questão dos abates, vamos comparar alguns números, desta vez fazendo uma análise por cidades:

Tabela 8: Capacidade diária de Abate

Regiões	Capacidade diária de abate (por unidade)	
		Aves
Zona Oeste		
SAIC (Chapecó)	700	-
SAIC (Xaxim)	150	
S/A Frigorífico Itapiranga (Itapiranga)	250	
INFOMASA (Chapecó)	150	

Vale do Rio do Peixe		
Frigorífico Pagnoncelli S/A (Herval d'Oeste ⁷⁶)	400	-
Perdigão (Videira)	700	2.000
Ind. Reunidas Ouro (Capinzal)	250	1.000
Sadia (Concórdia)	600	3.000
Seara (Seara)	500	-

Fonte: Tabela adaptada de CODESUL, 1969, p. 54.

*Parou de funcionar em 1968

Nos debruçando sobre os dados de mão-de-obra empregada, o documento aponta ainda que a Perdigão e Sadia empregavam um número muito maior de mão-de-obra (respectivamente 900 e 790) funcionários que a SAIC (cerca de 210 empregados).

Comparando-se alguns dados mais gerais sobre a indústria, já para o ano de 1970, como por exemplo, número de estabelecimentos com 5 ou mais pessoas, e pessoal ocupado no setor industrial, o Instituto Técnico de Economia e Planejamento (ITEP), trouxe a informação (baseadas no censo industrial do IBGE de 1970) de que as cidades da microrregião do meio oeste catarinense (AMMOC) somavam 231 estabelecimentos, que empregavam 4.919 pessoas, enquanto que na AMOSC (o qual estava situada Chapecó), havia 215 estabelecimentos, empregando 2.688 pessoas⁷⁷. Para o Valor da produção industrial e valor da transformação Industrial ⁷⁸temos, respectivamente, os valores de 517.253 e 235.666 para a AMMOC, e 306.433 e 123.445 (ITEP, 1980, p. 167-169).

Essas comparações entre cidades e regiões, principalmente acerca de um setor industrial determinante para o que os atores envolvidos no processo (políticos, empresários e imprensa local) julgavam como “progresso” da região, serviu para mostrar como, à época, a liderança de Chapecó enquanto capital do Oeste estava ainda em construção, e que contava com rivais à altura com potencial de crescimento semelhante. Minha hipótese é que o diferencial para o município chapecoense foi a ação estatal, consubstanciada pela SNO, e a instalação de empresas no final dos anos 1960 e início dos anos 1970.

⁷⁶ Herval D'Oeste e Joaçaba são cidades vizinhas, com continuidade urbana, apenas separadas pelo Rio do Peixe.

⁷⁷ Instituto Técnico de Economia e Planejamento. Diagnóstico da economia catarinense: volume 2, 1980, p. 165).

⁷⁸ O Valor da Transformação Industrial (VTI) corresponde à diferença entre o valor bruto da produção industrial e o custo com as operações industriais.

Uma mostra dessa rivalidade aconteceu nos festejos do cinquentenário chapecoense, realizadas com a EFAPI (Exposição Feira Agropecuária e Industrial). Na realidade, as preparações se iniciaram no ano anterior, em 1966, com a criação da SAC, que serviria inicialmente para cuidar dos festejos da cidade⁷⁹. No ano seguinte, a realização da feira virou objeto de preocupação para o Folha D'Oeste, pois enquanto Joaçaba já estava com “meio caminho andado”, uma vez que já iam realizar os IX Jogos Abertos de Santa Catarina (JASC), Chapecó ainda não havia sequer divulgado parte da programação comemorativa⁸⁰. Na edição seguinte, o jornal quis demonstrar que a feira era importante, pois seria a “demonstração de nossos recursos sócio-econômicos, buscando a valorização dos nossos elementos de produtividade e do nosso ambiente social e cultural”. Citando outras festas e exposições de sucesso que teriam acontecido em outras cidades, afirmam que elas foram causa do “progresso” dessas mesmas, e cobra seriedade das autoridades locais, pois:

“Os objetivos econômicos desenvolvimentistas de promoções desta natureza, devem na maioria das vezes ser encarados com a máxima seriedade e até mesmo com certo despreendimento pelos que visam através desse trabalho resultados positivos nos vários fatores necessário a projeção do meio” (Folha d'Oeste, 21/01/1967).

O cinquentenário era uma data simbólica importante, e a realização da EFAPI serviria como “vitrine” e prova do “progresso” chapecoense. No entanto, Claiton Marcio da Silva afirma que os festejos, inicialmente previstos para agosto, foram adiados para setembro, pois os organizadores temiam sofrer concorrência da cidade de Joaçaba, à época com “maior liderança regional” (SILVA, 2014, p. 68). Ou seja, a liderança de Chapecó enquanto capital do Oeste ainda não estava dada à época.

Além dessa disputa com as cidades do vale do Rio do Peixe, Monica Hass (1993) constatou que até a metade da década de 1950, a região de Chapecó tinha que “emprestar” políticos das cidades vizinhas para representa-la a nível estadual e federal, nas eleições para a câmara dos deputados federais e para a Assembleia Legislativa. (HASS, 1993, p. 230-234). Como visto anteriormente, é a partir de fins dos anos 1950 que despontam lideranças políticas de peso em Chapecó.

Mas o que Chapecó precisava para “tomar” essa “liderança regional” de Joaçaba? Lendo as fontes da imprensa local e um relatório do BRDE, temos algumas pistas. Como afirmado anteriormente, o jornal Folha d'Oeste adota uma linha editorial de ufanismo, criando a sensação

⁷⁹ Folha d'Oeste, 14/09/1966.

⁸⁰ Folha d'Oeste, 11/01/1966.

ao leitor de que Chapecó estava passando por um grande processo de desenvolvimento e modernização, causado principalmente pelas ações da SNO no setor de infraestrutura. No entanto, algumas publicações “traíam” essa linha, noticiando diversos problemas nesse mesmo setor, que seriam obstáculos ao crescimento do Oeste como um todo. Um discurso frequente é de que o Oeste era uma espécie de “celeiro”, porém vitimado e esquecido por autoridades “de fora”.

Em edição do dia 19 de abril de 1967, o jornal publicou uma nota intitulada “Porque seremos o ‘celeiro do Brasil’”, a qual discorre sobre os dados do setor primário da região, e que se o governo continuasse a auxiliá-la, logo mostraria a “grandeza econômica do Oeste⁸¹”. No ano seguinte, havia uma matéria com o título de “Oeste continua esquecido, desprezado e mutilado”, no qual, ao criticar a fixação de alguns preços agrícolas no Estado, escreveu que “Notou-se, pelas tabelas apresentadas, que mais uma vez o Oeste é o ‘primo pobre’, que o Oeste é o ‘patinho feio’⁸²”. Dois anos depois, em fevereiro de 1970, o jornal anunciou que “O Dinheiro do Oeste está fugindo para outras regiões do País”, “denunciando” que alguns investidores dali estariam investindo em outros lugares. Na edição, o jornal reafirma a posição da área enquanto celeiro rico e próspero:

É inegável, porque as estatísticas provas, que a região do Oeste catarinense é um admirável celeiro de riquezas e onde o desenvolvimento social e econômico não encontram barreiras, surpreendendo aos técnicos e administradores que não conseguem acompanhar a marcha incontestante do progresso oestino

Mas faz uma advertência, de que apesar que ali

[...] tudo é grande, tudo é forte, tudo é máximo, exceto algumas providências que ainda não foram adotadas, entre as quais a melhoria das vias de transporte para o rápido escoamento da produção que é imensa, as comunicações tanto sonhadas e o surgimento de novas indústrias (Folha d’Oeste, 22/08/1970).

O obstáculo das estradas era uma reclamação frequente, apesar dos elogios feitos às obras da SNO. Uma demanda repetida diversas vezes no jornal é a BR-282.

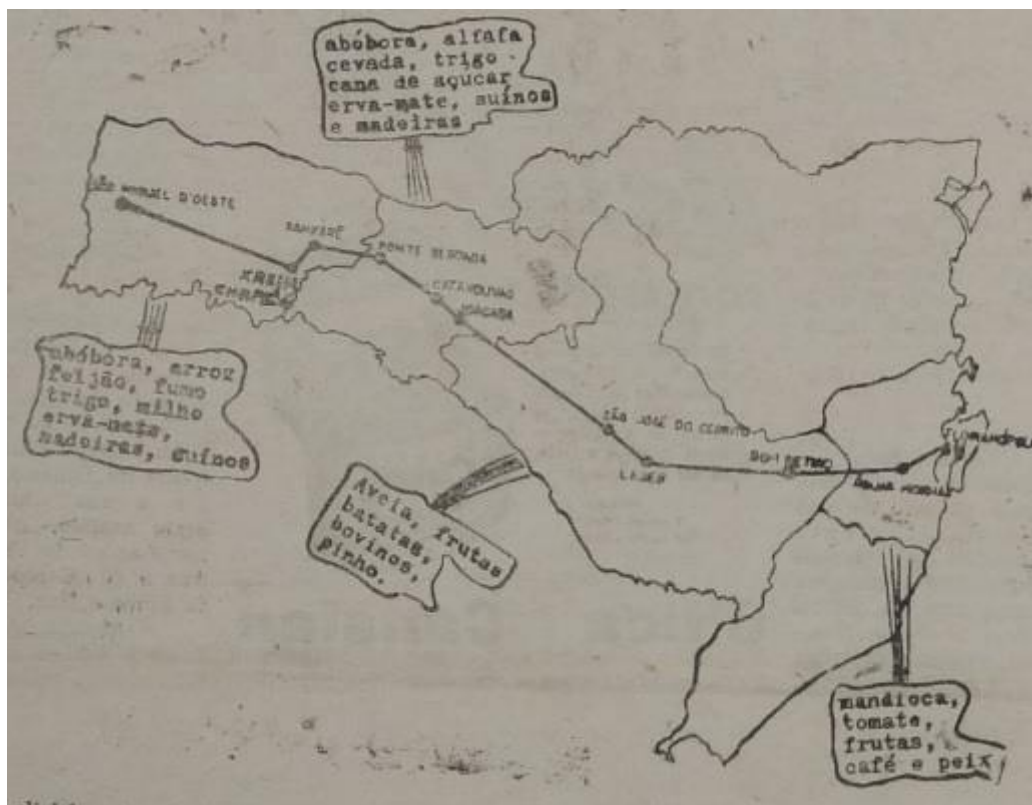
“O Oeste Catarinense precisa da BR-282”

⁸¹ Folha d’Oeste, 19/04/1967.

⁸² Folha d’Oeste, 16/09/1968.

A edição do dia 28 de fevereiro de 1968 afirmou que a conclusão da rodovia levaria à integração entre as regiões do Estado, e seria muito importante para o escoamento da produção agrícola.

Imagem 16: Traçado Br-282 e produção agrícola.



Fonte: Folha d'Oeste, 28/02/1968

O problema rodoviário também foi tratado pelo referido relatório da indústria de carnes da CODESUL. Nele, havia uma crítica de que as condições ruins presenciadas em todo o Estado catarinense eram ainda piores no Oeste e Meio Oeste, que tinham como consequência o encarecimento dos produtos e a desintegração econômica entre os diferentes territórios catarinenses. Muitas vezes os caminhoneiros tinham que fazer verdadeiros “passeios” para escoar a produção:

Prova das péssimas condições destas rodovias, principalmente em épocas de chuvas quando se tornam intransitáveis, é a da preferência dada por certas empresas desviando suas cargas das rodovias naturais, que seria a br-282, para as do extremo Oeste e vale do Rio do Peixe. Preferem percorrer centenas de quilômetros a mais, entrando no Estado do Rio Grande do Sul, por Frederico Westphalen – Passo Fundo – Lagoa Vermelha – Vacaria, até encontrar novamente Santa Catarina, entrando por Lages, outros desviam a rota rumo a Pato Branco, no Paraná (CODESUL, 1969, p. 79-80).

O relatório do BRDE sobre a Zona Oeste também faz referências a BR-282. Segundo o estudo, o transporte era o grande “ponto de estrangulamento da região”, o que demandavam “medidas urgentes a ser tomadas no sentido de melhorar as condições de tráfego”. A conclusão foi de que “o futuro do sistema rodoviário da Zona está intimamente vinculado à construção da BR-282, a qual trará incomensuráveis estímulos não só para a Zona Oeste, mas também ao Vale do Rio do Peixe” (BRDE, 1968, p. 59).

Esses problemas detectados principalmente pelo relatório do BRDE fazem um contraponto ao discurso dos anos anteriores do jornal Folha d’Oeste. Enquanto o jornal exaltava as “realizações” de seus aliados, a região ainda tinha sérias deficiências infra estruturais.

Uma demanda forte do pensamento desenvolvimentista, tanto no Brasil como em Santa Catarina, era a industrialização. Como se pôde notar, o jornal absolveu - à sua forma-, essa linguagem associada ao progresso, bem como da necessidade de se industrializar para alcançá-lo. Em uma publicação de junho de 1967, “Industrializar para não perecer”, o jornal lembrou a importância do setor primário para a economia regional, mas que era necessário agregar valor à essa produção: “[...] região madeireira e agropastoril e sobre esse produto deve ser feito todo estudo para enriquecê-la, não somente visando ampliar a produção, mas também, e especialmente, promovendo a industrialização dos produtos”. Apostar na indústria, segundo o jornal, estaria trazendo não apenas progresso econômico, mas também bem-estar social, pois “Benfeitor chapecoense não é só o político que usa eloquentemente a tribuna, mas também aquele que dá emprego ao filho de Chapecó, industrializando-o⁸³”.

Sobre a situação industrial da Zona Oeste, o relatório do BRDE trouxe um diagnóstico, bem como projeções. Neste, aponta que, em 1960, apesar de alguns autores apontarem o declínio da madeira, as serrarias ainda eram a atividade predominante, contando com mais da metade dos estabelecimentos industriais da Zona, e com 65,5% da mão-de-obra empregada. Comparando com o setor de alimentos, temos 13,9% dos estabelecimentos e 17,8% de pessoal ocupado. Já para o ano de 1965, foi notado uma evolução industrial significativa, com um aumento de cerca de 70 % do número total de estabelecimentos. O setor madeireiro teve o maior acréscimo, com 133 unidades a mais, com um aumento da mão-de-obra no valor de 73,3%, enquanto o setor de alimentos teve 65 unidades a mais, e um o percentual de 45% a mais de empregados em comparação com o ano de 1960. O quadro, baseado no censo industrial do IBGE (para 1960) e no Registro Industrial do Departamento Estadual de Estatística (1965), trouxe um diagnóstico da evolução da indústria oestina no período de 1960-1965:

⁸³ Folha d’Oeste, industrializar para não perecer. 24/06/1964.

Tabela 9: Evolução Industrial no Oeste.

Ramo de Atividade	1960		1965		Acréscimo do Período	
	Estabelecimentos	Pessoal Ocupado	Estabelecimentos	Pessoal Ocupado	Estabelecimentos	Pessoal Ocupado
Indústrias extrativas	-	-	-	-	-	-
Minerais não metálicos	39	166	51	214	30,7	28,9
Metalúrgicos	14	22	10	20	-29	-9
Mecânica	2	4	-	-	-	-
Material Elétrico	-	-	3	13	-	-
Material de Transporte	4	10	3	13	-25	-30
Madeira	204	1.287	337	2.531	65,1	73,3
Couros	2	20	2	23	0,0	15
Vestuário e calçados	1	2	3	8	200	300
Produtos Alimentares	50	330	115	510	130	45,7
Bebidas	13	29	17	49	-25	-33,3
TOTAL	358	1.964	607	3.330	70,5	69,5

Fonte: Retirado de: BRDE, 1968, p. 55

Tabela 10: Porte dos estabelecimentos industriais no Oeste.

Grupo de Operários	Estabelecimentos		Pessoal ocupado		Média de Pessoal ocupado por estabelecimento
	Número	%	Número	%	
1 – 4	425	70	918	27,6	2,2
5 – 9	102	16,8	635	19,1	6,2
10 – 19	48	7,9	679	20,4	14,1
20 – 49	27	4,5	695	20,8	25,7
50 – 99	4	0,7	237	7,1	59,3
100 – 249	1	0,1	166	0,5	166
Total	607	100	3330	100	5,5

Fonte: Tabela feita a partir do quadro presente em BRDE, 1968, p. 56.

Através do quadro acima, retirados do Registro Industrial (DEE/SC) de 1965, percebe-se que a maioria dos estabelecimentos industriais oestinos, no ano de 1965, eram de pequeno porte.

Desde o início dos anos 1960, na visão dos técnicos do BRDE, o Oeste passava por uma fase de evolução significativa no setor secundário. A conclusão, em 1968, era de que a Zona “vem apresentando um bom ritmo de implantação de empresas industriais”. Essas indústrias buscavam aproveitar o potencial de matérias-primas local, e os setores que se destacavam eram: frigoríficos, fábricas de óleos vegetais comestíveis, calçados de baixa e média qualidade e fábricas de esquadrias. Com exceção da indústria de calçados, as outras empresas buscavam inserção de áreas foras do Estado, principalmente o mercado paulista. Essa busca por mercados foi considerada como consequência da existência de empresários “dinâmicos e agressivos, que procuram aproveitar todas as oportunidades de investimento que se apresentam” (BRDE, 1968, p. 65).

Dentro do referido relatório havia recomendações para os poderes públicos no tocante aos frigoríficos e ao setor madeireiro. Para o setor de frigoríficos, tendo em vista que a suinocultura estava em transição entre o porco banha e o porco-carne⁸⁴, e que havia problemas de financiamento, sugeria um “programa coordenado entre diversos órgãos públicos, abrangendo a assistência técnica, ensino técnico, pesquisa e experimentação, bem como assistência financeira educativa”. Ainda recomendava que fossem feitos estudos, que abrangessem também a área do Rio do Peixe, para modernizar os frigoríficos existentes. Para a atividade madeireira, era recomendado soluções para financiamentos e projetos de reflorestamento, visto que se detectava um desequilíbrio entre cortes e plantio (BRDE, 1968, p. 85-86).

O relatório, que procurava servir de subsídio para o setor público e privado, apontou dois setores como prioritários. O de madeira entrara em declínio, mas o setor de frigoríficos - impulsionado pela ação do Estado - alavancou o “progresso” almejado pelo jornal e pelos atores políticos e econômicos aqui estudados, notadamente na cidade de Chapecó. Esse processo começou a se desenhar a partir do final da década de 1960.

No dia 03/01/1970, Folha D'Oeste publicou em primeira página que “1970 poderá ser o ano da industrialização chapecoense”, pois a Sociedade Amigos de Chapecó havia recebido um ofício do FUNDESC, sobre o financiamento de projetos industriais. As indústrias em questão abrangiam uma refinaria de óleos vegetais, uma fábrica de implementos agrícolas e

⁸⁴ Raça de porco com maior aproveitamento pelos frigoríficos.

uma destilaria de álcool de milho. A publicação ainda destacou que o ano seria de grandes conquistas para a região⁸⁵. Esse trecho mostrou a influência da SAC nos assuntos acerca do desenvolvimento municipal, e o já citado otimismo com os rumos econômicos regionais. No entanto, o ano reservava uma movimentação para a implantação na cidade de duas grandes empresas agroindustriais na cidade, uma já consolidada, e outra que ganharia projeção com o tempo: a Sadia e a Aurora.

Imagem 17: 1970 poderá ser o ano da industrialização chapecoense



Fonte: Folha d'Oeste, 03/01/1970

Essa demanda pela industrialização nos revela que, àquela altura, ainda não havia projeto industrial. É necessário pontuar que não devemos olhar para essa época como a preparação do que vem depois. Naquele momento, a industrialização da cidade ainda não era algo dado. Esta foi uma construção que envolveu as elites políticas e econômicas chapecoenses, seja no aparelho de Estado estadual e municipal, seja nos aparelhos privados de hegemonia na cidade. Por exemplo, a edição do dia 22 de agosto de 1970, Folha d'Oeste, tratando da organização de um novo e grande complexo da Extrafino (refinaria de óleos vegetais), e citando a Lei de Incentivos fiscais, o FUNDESC, e as “facilidades que o município de Chapecó vem oferecendo as novas indústrias”, o jornal sublinhou que essa cooperação entre administração pública e setor privado eram necessárias, uma vez que havia a

“[...] necessidade de incrementar a industrialização de uma área do Estado que vinha repousando o embasamento de sua economia quase que totalmente, na agricultura, enquanto a iniciativa empresarial, voltada para a indústria, sentia fugirem-lhe das mãos, a cada hora, a possibilidade de aplicação dos capitais no setor específico e a conseqüente descapitalização regional e com reflexos sobre todo o Estado” (Folha d'Oeste, 22/08/1970)

Observando esta fonte, já na segunda metade do ano de 1970, podemos inferir de que ainda não havia um projeto industrial consolidado para o município de Chapecó. Ele foi se construindo com o envolvimento das elites locais, em associação com as elites dentro da administração estadual, com os empresários. Exemplo dessa associação é a instalação da Sadia

⁸⁵ Folha D'Oeste, 03/01/1970.

em Chapecó no final dos anos 1960 e início de 1970, que como veremos mais à frente, envolveu a negociação de Atílio Fontana com políticos e empresários de Chapecó.

A movimentação para a incorporação do frigorífico INCOMASA (Marafon) - que estava desativado desde 1968 – pode ser percebido nos jornais anteriormente a implantação da Sadia na cidade, mas esta última começou suas atividades de industrialização de carnes antes.

A notícia da futura implantação daquela empresa na cidade não poderia ter tratamento mais positivo pelo jornal, que via nesse tipo de desenvolvimento econômico a definição de “progresso”, desta forma, a edição do dia 06 de agosto de 1970 teve em sua primeira página a seguinte chamada: “Chapecó é sede de grande empresa do continente”. A decisão teria vinda após a análise de outros municípios:

“Depois de analisar as condições técnicas de 14 municípios do Vale do Rio do Peixe e Oeste catarinense, o Conselho de Administração da Sadia, resolveu implantar em Chapecó, imediatamente, um grande complexo industrial para produção, abate e comercialização de aves, notadamente o peru” (Folha d’Oeste, 06/06/1970).

Esse trecho deu a impressão de que a decisão da instalação do município foi algo “técnico”, no entanto, essas “condições técnicas”, como poderemos ver, envolveram a ação da SAC e da prefeitura municipal.

O envolvimento da prefeitura municipal e “demais organizações atuantes na vida econômica local” se deu com a promessa de terreno, água, energia, acesso rodoviário e incentivos fiscais. Além disso, havia a garantia de que os “capitais locais não ficarão ausentes dessa iniciativa que colocará em Chapecó e no Oeste, o maior frigorífico de perus da América Latina”. O complexo industrial ficaria próximo ao parque da EFAPI, e teria capacidade de abate mensal de 100.000 perus e 25.000 frangos⁸⁶.

⁸⁶ Folha d’Oeste, 06/06/1970.

Imagem 18: Os flagrantes fotográficos mostram instantes em que eram firmadas a ata-compromisso entre diretores da SADIA e autoridades de Chapecó, visando a implantação desta importantíssima indústria



Fonte: Folha d'Oeste, 06/06/1970.

Dois meses mais tarde, Atílio Fontana, que àquela altura era senador, juntamente com os diretores da empresa, foram até a cidade para dar andamento às instalações industriais⁸⁷. Já ao final do ano, no dia 25/12, o jornal citou a resolução do FUNDESC que autorizava a empresa a usufruir da captação dos incentivos fiscais para instalação da empresa, e citou como “entre as boas [notícias] de 1971, está é a melhor⁸⁸”.

Em depoimento para o livro “Vida Empresarial” (1997), Dorval Cansian afirmou que a instalação da Sadia no município envolveu a movimentação da SAC para convencer Atílio Fontana:

[...] Nós também conseguimos trazer a Sadia. Por que a Sadia veio pra cá? É um caso muito engraçado até, muito interessante. A Sadia, ela, quando o Sadi Marinho era prefeito de Xanxerê, ele largou uma nota, no Correio do Povo, que era o único jornal que circulava, nós tínhamos o nosso jornal aqui, mas o destaque era o Correio do Povo. Ele botou uma nota dizendo a Sadia, já tinha acertado com a Sadia, com o seu Fontana, que a Sadia ia se estabelecer em Xanxerê. Aí nós, numa reunião da Sociedade Amigos de Chapecó, vimos aquilo e começamos a discutir. Por que nós não vamos procurar os diretores da Sadia para trazer isso aí? E realmente fomos ao Fontana, e pouco tempo, com a colaboração do prefeito, na época o Destri, conseguimos registrar aí uma empresa que deu o maior impulso para Chapecó. Tudo isso são trabalhos de

⁸⁷ Folha d'Oeste, 08/08/1970.

⁸⁸ Folha d'Oeste, 25/12/1970.

comunidade, de união dos chapecoenses. [...] (CANSIAN, Dorval. IN: Associação Comercial e Industrial de Chapecó. Vida Empresarial, 1997, p. 256).

A consolidação da Coopercentral no ramo agroindustrial, através da marca Aurora, também foi um momento importante para esse modelo de desenvolvimento pretendido pelas elites locais. A entrada neste ramo industrial se deu com a incorporação da INCOMASA pela cooperativa. Apesar deste processo ter início no ano de 1970, a atividade de abates só teve início no ano de 1973.

A aquisição teve auxílio do FUNDESC, com a aprovação do projeto e a captação de incentivos fiscais⁸⁹. O crescimento da coopercentral era percebido pela imprensa local, como na edição do dia 12/08/1970, que tratou sobre a economia regional, dando destaque para a atividade das cooperativas:

Também na Zona do Oeste recentemente tem se expandido o cooperativismo agrícola, que é uma consequência do extraordinário desenvolvimento daquele setor básico da vida econômica regional. Nos dias atuais, a região conta com 17 cooperativas agrícolas espalhadas por toda a região, porém, englobadas em uma Central que tem sede em Chapecó e que adquiriu, recentemente, as instalações de um matadouro – frigorífico -, devendo, também, a partir dos próximos meses, entrar no mercado consumidor de carne suína. Esta mesma central, está equipada com veículos que adquiriu recentemente, através de incentivos do Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina – FUNDESC -, num total de 22 viaturas, entre caminhões, pesados, médios e utilitários (Folha d'Oeste, 12/08/1970).

A atividade do cooperativismo estava se expandindo, fortalecendo o setor primário e partindo para a industrialização destes. Segundo Ivone Maria Serpa (2014), a Coopercentral surgiu em 1969, sob a liderança de Aury Bodanese, tendo como principal fundadora a Cooperalfa. A Cooperalfa havia surgido por iniciativa de agricultores chapecoenses, para comercializar grãos e suínos, com o intuito de bater de frente com o SAIC, também conhecido como Grupo Chapecó (SERPA, 2014, pg. 85). A transformação em Coopercentral se deu com a união com mais oito cooperativas, como descrito pelo jornal.

A utilização do antigo frigorífico da INCOMASA pela Coopercentral, e o consequente ingresso desta cooperativa na indústria de carnes, se deu apenas no ano de 1973. A partir de 1970 a referida cooperativa teve um ambiente favorável para suas atividades empresariais:

A década de 1970 é um período em que há um maciço investimento no setor da agricultura, tanto na modernização, como em financiamentos para o setor, dessa forma, havia produção de matéria prima para a agroindústria por parte da agricultura,

⁸⁹ Folha d'Oeste, 21/02/1970.

e incentivos federais para produção e expansão da Coopercentral (SERPA, 2014, PG. 88).

Apesar dos incentivos terem beneficiado diferentes ramos da economia local, como foi o caso da indústria Extrafino (óleos vegetais), o setor que sofreu maior expansão foi o das agroindústrias. Ao final da década de 1960 e início da de 1970, houve uma movimentação para expansão dessas atividades em Chapecó, com a chegada da Sadia no município, e a formação da Coopercentral – e seu posterior ingresso naquela atividade, a partir da incorporação do frigorífico INCOMASA. Segundo SERPA, esse movimento esteve diretamente relacionado com o crescimento da cidade, e sua conversão em importante polo estadual.

O crescimento de Chapecó e região, esteve interligado ao desenvolvimento do setor agroindustrial, tanto para o setor rural - na forma de agricultores que integrados às agroindústrias viram-se com a opção ou talvez obrigação, de não somente comercializar, mas também aceitar os padrões de produção propostos ou impostos – como também no setor urbano, a partir de todos os setores do comércio e indústria, que tiveram suas relações pautadas em atender as demandas vindas do setor agroindustrial. A partir do desenvolvimento das agroindústrias outros setores foram fortalecidos, impulsionados por uma demanda não somente do setor agroindustrial, mas também uma demanda do consumidor final, encorajada pela capacidade de consumo. A evolução e desenvolvimento das atividades econômicas, somadas à acelerada urbanização, tornaram a cidade como uma das mais polarizadas do estado. Essa inserção estadual ocorreu, sobretudo, a partir do processo de modernização do setor agroindustrial e pelas variedades de serviços e bens de consumo ofertados em decorrência desse processo, que auxiliou na promoção do desenvolvimento da cidade e de todo o oeste catarinense (SERPA, 2014, pg. 136-137).

Observando alguns dados trabalhados pela autora, acerca da evolução populacional da cidade, podemos ter uma ideia de como ocorreu esse processo. Nesta tabela, comparando a evolução da população urbana de Chapecó, a autora usa como fonte dados do IPEADATA, do IBDE:

Tabela 11: Crescimento demográfico por cidade

Ano	Chapecó	Joaçaba	São Miguel do Oeste	Maravilha
1960	10.898	11.662	3.522	1.230
1970	20.452	13.755	7.816	3.630
1980	55.269	19.230	18.790	7.181
1991	96.751	23.211	25.638	12.717
2000	134.592	21.688	27.392	14.226
2010	168.159	24.918	35.052	18.090

Fonte: SERPA, 2014, pg. 134

Devemos ter em mente que esses dados correspondem apenas ao crescimento urbano, não estando incluídos os números referentes à população rural. Mas o que podemos perceber é que na década de 1960 houve um crescimento urbano significativo, da ordem de 100%, e se torna ainda mais representativo se se levarmos em conta dados complementares. Segundo Elison Antonio Paim, esse número representava 40% da população. (2003, pg. 16), e apesar de grande parte da população ainda viver na zona rural, em 1950 a população urbana estava na ordem de 20% (HASS, 1993, p.107). Ou seja, houve um movimento de urbanização da cidade de Chapecó, que foi intensificado a partir de 1970, quando a cidade desponta na região, como se pode ver com a comparação, por exemplo, com Joaçaba, que era uma cidade que “rivalizava” diretamente com o município chapecoense. O processo de urbanização era uma das consequências de cidades que se industrializavam.

Como foi afirmado por SERPA (2014) anteriormente, esse processo de crescimento e urbanização esteve diretamente ligado com a expansão da atividade agroindustrial no município. A chegada da Sadia – que, no final dos anos 1960, segundo o referido relatório da CODESUL sobre a indústria de carnes, era a unidade industrial de maior produtividade e rentabilidade – e a consolidação da Coopercentral no ramo, são fatos da década de 1970, porém com raízes na década anterior, bem como a urbanização da cidade. O crescimento de Chapecó não pode ser entendido sem olhar para os anos 1960, no qual esse modelo de desenvolvimento foi sendo construído, encabeçado pelas elites locais e estaduais, que estavam dentro do aparelho estatal, principalmente na Secretaria de Negócios do Oeste, no governo estadual, no poder municipal, nos (ou também nos) aparelhos privados de hegemonia – estaduais e municipais -, e na (ou também na) atividade industrial. Nada disso poderia ser possível se não olharmos para o modelo de desenvolvimento que vigorava no cenário nacional: a aliança entre setor privado e setor público, um modelo enraizado na história econômica e do pensamento econômico nacional.

2.4.2 Progresso para todos?

Através da leitura do jornal, podemos perceber que havia marginalizados pelo modelo de desenvolvimento escolhido. Aliás, a linha editorial do jornal revela que seus autores tinham inclusive alguns indesejados, pessoas que – segundo seu discurso - não “prestariam” para este processo, discurso que revela os problemas de um desenvolvimento econômico acelerado, típico do processo brasileiro.

Na publicação do dia 15 de julho de 1967, o jornal escreveu sobre a mendicância na cidade, que seria “cartão de visita” de Chapecó. Nela, o jornal, em tom de lamentação, afirmou que “O visitante que chega não deixará de enxergar o quadro doloroso da existência de perto de 20 mendigos e o dobro de engraxates a perambular a cidade”. Em outras palavras, aquele que exercia um ofício informal também era visto como uma “vergonha” para os olhos do visitante. Além disso, havia problema dos desocupados, que “infestam as mesas de *snookers* em plena segunda-feira, terça, quarta, etc”. Para o jornal, essas condições seriam incompatíveis com uma cidade que se pretendia “desenvolvida e culta⁹⁰”.

De forma mais explícita, a edição do dia 24/01/1970 mostrou o elitismo da fonte. Em matéria com título “Um quadro desolador, um desafio aos chapecoenses”, o veículo descreve o bairro São Pedro desta forma:

Dentro da cidade de Chapecó, apesar das flores que ornamentam suas avenidas, apesar dos edifícios que se sucedem, apesar da riqueza que circula, enfim, apesar da excelente impressão que deixa aos visitantes, Chapecó sofre de um grande mal, um câncer mesmo, uma Biafra em pleno Oeste catarinense, capaz de causar vergonha a qualquer ser humano válido (Folha d'Oeste, 24/01/1970).

Como se pode perceber, houve um discurso violento de contraposição entre duas cidades, uma que se pretendia bela e moderna, e outra que causaria vergonha, sendo comparada a uma doença para o município. O jornal prosseguiu: “Estamos falando do bairro São Pedro, onde habitam 300 famílias indigentes, ‘vegetando’ o dia-a-dia da mendicância, da prostituição, da promiscuidade, da fome, da doença, dentro de um autêntico submundo”. Ou seja, esse bairro integraria um mundo particular, separado (submundo), no qual não basta considera-los apenas economicamente inválidos, mas também como moralmente inferiores (promíscuos). Ainda houve uma crítica à pobreza de suas casas, nas quais “não é concebível como podem tantas pessoas se amontoar numa área tão ridiculamente pequena e imunda”. Neste trecho o discurso do jornal acentua que eles não “moram”, mas sim “se amontoam”, como se a culpa pela falta de infraestrutura básica, como saneamento básica, fosse culpa da própria população. A publicação chega ao extremo de desumanizar os pobres da cidade: “[...] porque não sabem trabalhar e quiçá, nem tenham condições físicas e humanas para tanto”. O jornal ainda colocou a população deste bairro como moralmente inferiores:

O problema moral é outra vergonha, pois pai, mãe, filhas e filhos de todas as idades, dormem juntos sobre os mesmos trapos e todas as atividades pessoas são feitas sem

⁹⁰ Folha d'Oeste, 15/07/1967.

nenhuma individualização. A promiscuidade é levada pelos menores como herança de berço, crescendo o índice de prostituição [...] A proliferação das doenças venéreas é uma consequência, bem como a geração de novos seres, numa desordenada e desumana fábrica de monstros, carregando a sífilis, os defeitos físicos e mentais, a multiplicar a máquina geradora da miséria e desespero social, na base do casamento extra-legal (Folha d'Oeste, 24/01/1970).

Este trecho é muito violento, causando a impressão no leitor de um lugar que chega a ser desumanizado (“fábrica de monstros”), fazendo uma contraposição entre civilização e barbárie, no qual este não seria um caso de má planejamento e administração pública, mas individualizando o problema, chegando a ser algo “de berço”. Esse quadro seria “[...] de envergonhar uma cidade, desde os seus mais humildes integrantes, até suas mais altas expressões sociais e dignatárias⁹¹”. Através da leitura desta edição, temos de forma explícita a vocação elitista do jornal, para o qual essa população marginalizada na realidade não seria “chapecoense”, mas um submundo externo que envergonharia aqueles a qual o “progresso” chegava. Deve-se destacar que o jornal não criticava a falta de infraestrutura básica do bairro, mas sim individualizava essa questão. Deve-se lembrar que essa falta de infraestrutura não faltava aos projetos da elite local – elite esta que o jornal não poupava elogios -, que tinha influência sobre os rumos da cidade e da região, e consequentemente “culpa” pela falta de atenção administrativa com o bairro violentamente criticado pela imprensa.

Imagem 19: “Um quadro desolador, um desafio aos chapecoenses”.



Fonte: Folha d'Oeste, 24/01/1970

⁹¹ Folha d'Oeste, 24/01/1970.

Através desse exemplo do bairro São Pedro, podemos perceber que os “frutos” do processo de desenvolvimento econômico posto em prática não poderiam ser aproveitados por todos, o que deslegitima as concepções teóricas sobre esse processo enquanto “técnicas”. Como tentamos expor, as escolhas em termos de política econômica tiveram como resultado uma participação desigual no crescimento da renda local pelos atores envolvidos.

CONCLUSÕES

A partir dos anos 1930, o processo de desenvolvimento econômico brasileiro passou por uma “revolução” e, por extensão – também como parte das causas desta revolução –, as concepções sobre o desenvolvimento econômico e a política economia interna e de inserção internacional, grosso modo, o pensamento econômico nacional, teve suas mudanças. Essa mudança mais ampla teve como características principais a transformação do centro dinâmico da economia do setor agroexportador para a indústria nacional, com o planejamento econômico e a intervenção estatal (direta ou indireta) como instrumentos das novas diretrizes do desenvolvimento. Obviamente que tudo isso teve como base os novos e velhos sujeitos sociais, sejam eles empresários do setor industrial, comercial e agrário, intelectuais (*stricto sensu*) ou organizações de classes.

Essa reorientação exigiu a construção e reorganização de um aparelho de Estado adequado para este objetivo, o que causou, para alguns, uma “hipertrofia” no poder executivo, e a formação de um corpo técnico capacitado – uma tecnoestrutura - para ocupar as funções de planejamento dessa máquina administrativa.

No campo do pensamento econômico, temos o surgimento do desenvolvimentismo já no pré-1930, mas seu amadurecimento veio a partir dos anos 1950, quando suas diversas correntes se instalaram dentro dos governos nacionais.

O processo descrito foi tema de profundo debate entre os intelectuais brasileiros. A própria corrente desenvolvimentista se debruçou muito sobre o mesmo para poder ter um diagnóstico capaz de fornecer as informações de que necessitavam para subsidiarem os programas econômicos do País. Os cepalinos deram atenção à passagem da economia agroexportadora para a industrial, atentos para os mecanismos postos em atividade pelo Estado para tal fim, bem como observaram como isso aconteceu em outros países latino-americanos. Para estes pesquisadores, era necessário observar a relação do Brasil (e da América Latina) com o comércio mundial, e notaram que a economia agroexportadora criava um sistema que trazia prejuízos para estabilidade das economias nacionais no continente. Para solucionar esse problema, era necessário industrializar via planejamento econômico e intervenção estatal, e foi isso que colocaram em prática quando assumiram postos de formulação de políticas econômicas. Já os dependentistas debateram diretamente com as teses da CEPAL, e apontaram que a industrialização brasileira acarretou novas demandas, o que fez com que o Brasil (e a América Latina) entrasse em um sistema de dependência com os países com parques industriais

mais avançados, principalmente os Estados Unidos. Além disso, assinalaram a subordinação da burguesia industrial do Brasil ao imperialismo mundial.

A “revolução” por que passou a economia brasileira também acarretou uma mudança na participação das classes na renda nacional e na configuração de um projeto à nação. As organizações dos industriais em associações patronais (aparelhos privados de hegemonia) permitiram a eles lugares privilegiados dentro dos espaços que decidiam os rumos econômicos, o que permitiu grande poder de lobby para estes grupos. Foi a aliança entre desenvolvimentistas e a burguesia industrial organizada que possibilitou a consolidação de seu projeto hegemônico, que tinha o propósito de ser um projeto para toda sociedade.

A cidade de Chapecó, bem como a região da qual é polo, passou por transformações significativas no período compreendido por esta pesquisa. Até meados de 1950, a região tinha a economia baseada principalmente na agricultura, venda de terras e no extrativismo. A dominação política ficava por conta dos madeireiros e colonizadores, liderados pela família Bertaso, que iniciou seu domínio institucional com a nomeação de Serafim Enoss Bertaso para a prefeitura municipal em 1944, quando o município ainda pertencia ao Território Federal do Iguaçu. Nos anos 1950 a cidade passou por um processo de urbanização, no qual o comércio cresceu de forma significativa, e uma incipiente industrialização teve início, com a instalação dos frigoríficos SAIC e INCOMASA. Esse processo fez com que os políticos advindos do meio urbano, principalmente aqueles advindos do comércio, da indústria, bem como profissionais liberais, dividissem espaço político com os madeireiros e colonizadores. Nesse contexto surgiu a figura de Plínio de Nês, que logo dividiu – e em certos momentos foi preponderante –, na liderança política chapecoense. A convivência desses dois resultou em posições divergentes em alguns momentos, mas os dois comungavam o mesmo projeto de desenvolvimento para Chapecó.

O processo de desenvolvimento chapecoense e da região Oeste foi uma extensão de um projeto construído em âmbito estadual, efetivamente, a partir dos anos 1960. Os tecnoburocratas – em sua maioria advindos da Universidade Federal de Santa Catarina e da própria administração pública, pertencentes as correntes desenvolvimentistas –, produziram diagnósticos que apontavam o baixo crescimento da economia catarinense, resultado do baixo dinamismo econômico e – influenciados pelas ideias cepalinas –, da relação centro-periferia estabelecida com os Estados brasileiros com parque industriais mais avançados, fato esse reproduzia internamente e regionalmente a própria relação centro-periferia e o caráter do desenvolvimento desigual. A solução se encontrava na formulação de um projeto industrial via intervenção estatal, por meio de um planejamento econômico e de programas de investimentos

induzidos (fundamentalmente com a criação de linhas de crédito dirigida setorialmente e recursos e obras de infraestrutura de energia e transporte), com influências das diversas correntes desenvolvimentistas, principalmente o desenvolvimentismo da CEPAL, naquele materializado no PAEG.

O diagnóstico oficial foi patrocinado pela FIESC e a CNI, e identificou “pontos de estrangulamento” nos setores de infraestrutura, educação e crédito. A resposta a esses diagnósticos veio após a eleição de Celso Ramos e a construção do PLAMEG, que implantou o referido projeto de desenvolvimento em Santa Catarina, construído através da aliança entre tecnoburocratas e a rede político-empresarial de Celso Ramos. A eleição de Celso Ramos e a implantação do PLAMEG significou entrada definitiva no aparelho de Estado por esta rede, que era organizada em torno da FIESC, que funcionou como um poderoso aparelho privado de hegemonia. Fortemente organizados na sociedade civil e na sociedade política, esse grupo conseguiu construir seu projeto hegemônico industrializante à sociedade. No Oeste, seus membros eram os principais representantes da agroindústria, que tiveram acesso direto aos locais de formulação das políticas que acabariam por beneficiar as indústrias do setor.

A integração do Oeste foi um dos pontos de estrangulamento apontado no Seminário Socioeconômico, e a criação da SNO foi uma tentativa de solucioná-lo. Apesar de ter certa autonomia administrativa e financeira, devemos relativizar tal autonomia, uma vez que ela encarnava a extensão do PLAMEG no Oeste barriga-verde. A Secretaria de Negócios do Oeste era responsável pelos pesados investimentos diretos em infraestrutura – a parte pesada do “consórcio” entre Estado e iniciativa privada –, como a manutenção de estradas, compra de máquinas, ampliação da rede energética, implantação de um sistema de comunicações, dentre outros. Além disso, o ocupante do cargo de secretário tinha lugar privilegiado para estabelecer alianças com os prefeitos, uma vez que estes dependiam de convênios com o órgão para receber recursos e obras, principalmente em energia e rodovias.

Nas concepções de desenvolvimentos estudadas nesta pesquisa, percebemos que o Estado ficou responsável por duas formas de incentivos: o direto, através das obras e empresas estatais; e o indireto, via incentivos e benefícios fiscais. Em Chapecó, a SNO ficou com a primeira parte, e a segunda ficou a cargo dos programas de fomento estaduais e dos benefícios a cargo do executivo municipal.

Esse modelo de desenvolvimento foi aos poucos construindo as bases para tornar Chapecó a “capital do Oeste”. Percebemos que isto não foi algo dado, à época, visto que Chapecó era uma cidade com potencial de crescimento até mesmo superior no Vale do Rio do Peixe, notadamente Videira, Concórdia e Joaçaba, que contavam com potencial econômico

(com agroindústrias mais produtivas) e político significativo (lembrando que os partidos chapecoenses utilizaram políticos dessa região para representa-los na ALESC e na câmara federal).

Durante os anos 1960, principalmente no fim da década, Chapecó recebeu investimentos públicos e iniciou um projeto industrial que resultou na instalação de empresas de grande porte na cidade. Com isso, juntavam-se ao SAIC (grupo Chapecó) a Coopercentral (Aurora) e a Sadia. Esta última revelou a importância da organização da “elite” econômica e política de Chapecó em torno de um aparelho privado de hegemonia do município, a Sociedade Amigos de Chapecó, que conseguiu junto à prefeitura a concessão de benefícios fiscais para a empresa se instalar na cidade.

O projeto da “capital do Oeste” foi construído a partir da aliança das “elites” políticas e econômicas locais com as “elites” político-empresariais e técnicas que ocupavam o centro administrativo estadual.

Apesar desse processo atingir o Oeste como um todo, a cidade de Chapecó foi certamente a grande beneficiada, uma vez que atores oriundos dos meios políticos da cidade ocupavam os principais postos decisórios da época. A partir da década de 1970, é possível observar um crescimento econômico e urbano muito superior ao registrado das “rivais” do Vale do Rio do Peixe, e aí, sim, podemos falar em Chapecó enquanto polo regional.

Podemos observar que os benefícios desse processo foram direcionados para aqueles que controlaram o processo, e que – apesar de toda propaganda positiva –, haviam aqueles que não poderiam aproveitar os “frutos” do “progresso”, e que sofriam com a falta de infraestrutura básica nos bairros pobres da cidade.

Em resumo, este foi o projeto de construção de Chapecó enquanto capital do Oeste. Apesar de ter se iniciado efetivamente com a instalação de agroindústrias de significativo peso econômico na região no início dos anos 1970, seriam nos anos 1960 que as bases foram se construindo para esse projeto, em uma aliança entre as “elites” locais, estaduais e a tecnoburocracia, que resultou em uma reformulação do aparelho de Estado e uma nova repartição da renda estadual entre as classes envolvidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Documentos

Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina. *Relatório: características da região onde será implantado o trecho São Miguel do Oeste – Xaxim da BR-282*. 1968.

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul. *Santa Catarina e a Zona Oeste*. Porto Alegre, 1968.

Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul. *Carnes e derivados: realidade e perspectivas em Santa Catarina*. Florianópolis, 1969.

Jornal Folha d'Oeste. Edições 54 a 179; 229 a 277. Chapecó, 1966 – 1970.

Instituto Técnico de Economia e Planejamento. *Diagnóstico da Economia Catarinense: volume 2*. 1980.

Bibliografia consultada e citada

ABREU, Alcides. *O Estado e o processo de desenvolvimento*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1964.

_____. *Universidade e Desenvolvimento*. Florianópolis, 1965.

_____. Panorama da economia catarinense. In: ABREU, Alcides. et al. *Ensaio sobre a economia catarinense*. Florianópolis: Edeme, 1970. p. 13-44.

BAER, Werneck, KERSTENETKY, Isaac, VILLELA, Annibal V. *As modificações no papel do Estado na economia brasileira*. Pesquisa e planejamento econômico, Rio de Janeiro, 1973, p. 883-912.

BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis: Insular, 2015.

BELANI, Eli Maria. *Madeiras, balsas e balseiros no Rio Uruguai: o processo de colonização no velho município de Chapecó (1917-1950)*. Chapecó: Cometa, 1996.

_____. *Balsas e balseiros no Rio Uruguai (1930-1950)*. Cadernos do Ceom, Chapecó, v. 19, n. 23, p.73-98, 2006.

BIANCHI, Alvaro. *Gramsci além de Maquiavel e Croce: Estado e sociedade civil nos Quaderni del carcere*. Utopía y Praxis Latinoamericana, Maracaibo, v. 36, n. 12, p.25-55, mar. 2007.

BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e poder: Uma nova história política?. In: _____; VAINFAS, Ronaldo. *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 37-54.

CASSOL, Evaldo. *A secretaria do Oeste*. Quatro Barras: Editora Prottexto, 2013.

CHAPECÓ, Associação Comercial e Industrial de; UNOESC. *Vida Empresarial*: volume 2. Chapecó: Grifos, 1997.

COUTINHO, Carlos Nelson; PAULA, Andréa de. *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 173-188.

DURIGUETTO, Maria Lucia. *A questão dos intelectuais em Gramsci*. Serv. Soc. Soc, São Paulo, n. 118, p.265-293, jun. 2014

FERREIRA, Jorge (Org.). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 241-285.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GEVAERD, Carlos José. Panorama Industrial Catarinense e a criação do FUNDESC. Panorama da economia catarinense. In: ABREU, Alcides. et al. *Ensaio sobre a economia catarinense*. Florianópolis: Edeme, 1970. p. 13-44.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*. Vol. 1: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. *Cadernos do cárcere*. Vol. 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. *Cadernos do cárcere*. Vol. 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *Cartas do cárcere*, v. 2. 1931-1937. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GOULARTI FILHO, Alcides. *Formação Econômica de Santa Catarina*. Florianópolis: Ufsc, 2007.

_____. *O Planejamento Estadual em Santa Catarina de 1955 a 2002*. Ensaio, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p.627-659, jun. 2005.

HASS, Monica. *Os partidos políticos e a elite chapecoense: um estudo de poder local*. 1993. 373 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia Política, Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1993.

IANNI, Octavio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

KOLING, Paulo José. *América Latina Periférica: O desenvolvimento latino-americano na concepção de Prebisch/CEPAL (1948/1981)*. 2004. 459 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

LAGO, Paulo Fernando. *Santa Catarina: a terra, o homem, a economia*. Florianópolis: Ufsc, 1968.

LEOPOLDI, M. A. P. *Política e Interesses na industrialização brasileira: as associações industriais, a política econômica e o Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves;

LIGUORI, Guido. *Estado e sociedade civil: entender Gramsci para entender a realidade*. In:

LOHN, Reinaldo. Relações Políticas e Ditadura: do consórcio autoritário à transição controlada. In: BRANCHER, Ana; _____ (Org.). *Histórias na ditadura: Santa Catarina (1964-1985)*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e Revolução*. 6. ed. Florianópolis: Insular, 2017.

MATTOS, Fernando Marcondes de. *A Industrialização Catarinense: análises e tendências*. Florianópolis: Ufsc, 1968.

MAY, Patrícia Zumblick Santos. *Redes político-empresariais de Santa Catarina (1961 - 1970)*. 1998. 182 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de mestrado em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. O Estado Ampliado como Ferramenta Metodológica. *Marx e O Marxismo*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p.27-43, jul. 2014.

_____; Fontes, Virginia. Estado e Teoria política. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 55-71.

MICHELS, Ido Luiz. *Crítica ao modelo catarinense de desenvolvimento: Do planejamento econômico - 1956 aos precatórios - 1997*. Campo Grande: Ufms, 2001.

MONTENEGRO, Darlan. A separação entre o econômico e o político e a questão da democracia no pensamento de Ellen M. Woods. *Crítica Marxista*, Campinas, v. n. 34, p.111-124, mar. 2012.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista*. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *A Navegação venturosa: ensaios sobre Celso Furtado*. 2. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

_____. Celso Furtado e o Pensamento Econômico Brasileiro. In: MORAES, R.. (Org.). *A Inteligência brasileira*. 1. ed.; São Paulo: Brasiliense, 1986.

OURIQUES, Nildo. *O colapso do figurino francês: Crítica as ciências sociais no Brasil*. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2015.

PAIM, Elison Antonio. Aspectos da constituição histórica da região oeste de Santa Catarina. *Saeculum*, João Pessoa, v. 14, n. , p.121-138, jan. 2006.

RÉMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RENK, Arlene. *Identidade comunitária*. Separata. Chapecó: Argos, 2004,

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda. *Entre a nação e a barbárie: Uma leitura de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Celso Furtado à crítica do capitalismo dependente*. 1997. 299 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

SANTOS, Silvio Coelho dos. *Nova história de Santa Catarina*. Florianópolis: Ufsc, 2004.

SCHMITZ, Sergio. *Planejamento Estadual: a experiência catarinense com o plano de metas do governo – PLAMEG (1961-1965)*. Florianópolis: Editora da UFSC, FESC/UEDESC, 1985.

SERPA, Ivone Maria. *Da produção colonial ao sistema agroindustrial: a modificação do perfil produtivo de Chapecó (1920-1980)*. 2014. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2014.

SILVA, Claiton Marcio da. *Dos braços do povo à espada dos militares: Os anos de chumbo na fronteira sul (1964-1970)*. Florianópolis: Pandion, 2014.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castelo, 1930 - 1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira*. 7. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.